

SALUD ESCOLAR

APRENDIZAJE SOCIAL Y RESPONSABILIDAD PÚBLICA:

Transversalidades y Diálogos



Organizadores:
Bárbara Yadira Mellado Pérez
Pedro Roberto Jacobi



SALUD ESCOLAR

APRENDIZAJE SOCIAL Y RESPONSABILIDAD PÚBLICA:

Transversalidades y Diálogos

**Prácticas educativas y Dimensiones socioambientales
en contextos de Cuba y Brasil**

Expediente de Publicação

Ideia original: Barbara Yadira Mellado Pérez

Supervisão e Assessoria: Pedro Roberto Jacobi

Fotos originais: Maria Aparecida Pimentel Toloza Ribas/Barbara Yadira Mellado Perez. Momentos durante implementação do Projeto (Ibiúna/SP/Brasil-2017)

Financiamento: CAPES/BRASIL – Conselho Aperfeiçoamento para Educação Superior-Programa ciências Sem Fronteiras (CsF)- Modalidade Bolsista Jovem Talento (BJT)- Nível A- Bolsa de Pesquisa Pós-Doutoral IEE/USP- (06/2015-02/2018).

http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=073d367c-f55e-48c9-baa9-f28460f9456d&groupId=214072

Projeto de Pesquisa Associado: Política e Desigualdades Escolares no Acesso e Uso de Água Potável, seus impactos na saúde escolar e qualidade de vida socioambiental.

Editor Executivo: Elaine Gardinali

Projeto Editorial: Multiofício, São Paulo, Brasil

Capa: Alcir Alves de Souza Júnior

Bárbara Yadira Mellado Pérez

Pedro Roberto Jacobi

(organizadores)

SALUD ESCOLAR

APRENDIZAJE SOCIAL Y RESPONSABILIDAD PÚBLICA:

Transversalidades y Diálogos

**Prácticas educativas y Dimensiones socioambientales
en contextos de Cuba y Brasil**

DOI 10.11606/9786588109014

1ª. edição

Instituto de Energia e Ambiente – Universidade de São Paulo

2020

©2020 IEE-USP

Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte

Universidade de São Paulo

Reitor: Vahan Agopyan

Vice-reitor: Antonio Carlos Fernandes

Instituto de Energia e Ambiente – IEE/USP

Diretor: Roberto Zilles

Vice-Diretor: Prof. Dr. Tercio Ambrizzi

FICHA CATALOGRÁFICA

S181 Salud escolar: aprendizaje social y responsabilidad pública: transversalidades y diálogos. / organizadores: Bárbara Yadira Mellado Pérez, Pedro Roberto Jacobi. São Paulo: IEE-USP, 2020. 225p.: il; 21 cm.

ISBN 978-65-88109-01-4 -e-book

DOI 10.11606/9786588109014

1. Saúde escolar. 2. Aprendizagem social. 3. Responsabilidade social- aspectos socioambientais. I. Título. II. Pérez, Barbara Yadira. III. Jacobi, Pedro Roberto.

CDU 37:502

ORGANIZADORES y AUTORES



Bárbara Yadira Mellado Pérez

Socióloga y Doctora en Pedagogía. Posdoctorado en Educación Ambiental en IEE/USP/Brasil. Con Maestría en Estudios Integrales Comunitarios y Especialización en Trabajo Social. Profesora Titular y Educadora Popular, Certificada en PRINCE2® (PMP) por Foundation Certificate in Project Management del Reino Unido.

Investigadora miembro en Grupos de Estudio en Brasil (GovAmb y GPEA). Editora Asociada de la Revista Ambiente y Sociedad, y Revista Pedagogía-UFMT. Con experiencias en Universidad de la Habana y de Oriente en Cuba (1995-2019). Profesora Invitada en Universidades de Suecia, Venezuela, Brasil. Profesora en UFMT/MT Brasil. (2018). Coordinadora Académica FATEC SENAI MT (2018).

Email: byadiramellado@gmail.com



Pedro Roberto Jacobi

Sociólogo, Mestre em Planejamento Urbano, Doutor em Sociologia Professor Titular Sênior do Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental/Instituto de Energia e Ambiente (IEE). Coordenador do Projeto Temático Fapesp Governança Ambiental da Macrometrópole Paulista face às Variabilidades Climáticas. Editor da

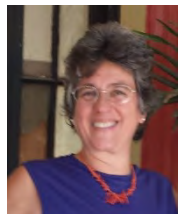
revista Ambiente e Sociedade. Coordenador do Grupo de Estudos Meio Ambiente e Sociedade do Instituto de Estudos Avançados da USP. Presidente do Conselho do ICLEI- Governos Locais pela Sustentabilidade - América do Sul. Membro da Red de Cambio Climático y Tomada de Decisión/RedUnescoUnitwin. Membro do Conselho do SARAS (South American Resilience Center/Uruguai). Membro do INCLINE- Nucleo de Mudanças Climáticas da USP.

Email: prjacobi@gmail.com



Gina Rizpah Besen

Psicóloga, doutora em Ciências da Saúde, Pós-doutora em Ciências Ambientais e Pesquisadora Colaboradora do Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo. Consultora na área de gestão e gerenciamento de resíduos sólidos urbanos e editora associada da Revista Ambiente e Sociedade. Também atua junto a sociedade civil junto ao Observatório da Política Nacional de Resíduos Sólidos, como associada do Instituto 5 Elementos de Educação para a Sustentabilidade, e colaboradora da Aliança Resíduo Zero- Brasil.
E-mail: rizpah1956@gmail.com



Maria Aparecida Pimentel Toloza Ribas

Biomédica Sanitarista, Especialista em Promoção da Saúde FSP/USP, MBA em Gestão Estratégica em Meio Ambiente - IPT/SP, Mestre em Tecnologia Ambiental - IPT/SP; Doutora em Educação pela Faculdade de Educação-FE/USP. São Paulo/Brasil.
E-mail: ribasbiuna@gmail.com

PRÓLOGO

Pedro Roberto Jacobi - Instituto de Energia e Ambiente IEE/USP

Esta publicação reflete o trabalho de pesquisa de Bárbara Yadira Mellado durante seu pós-doutorado no Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo sob a minha supervisão. Ao longo desse período desenvolvemos uma parceria exitosa com resultados no plano da pesquisa, dos trabalhos desenvolvidos em conjunto e com outros parceiros e diálogos com múltiplos atores sociais sobre um tema que muito nos desafia - A Saúde Escolar, Aprendizagem Social e Responsabilidade Pública-Transversalidades e Diálogos.

A problemática da sustentabilidade tem assumido um papel central na reflexão em torno das dimensões do desenvolvimento e das alternativas que se configuram. O agravamento dos níveis de degradação ambiental tem provocado um aumento da vulnerabilidade socioambiental e, embora tenha ocorrido um incremento das iniciativas governamentais e não-governamentais para ampliar o acesso à informação, à educação, aumentando a consciência do público para os efeitos dos problemas ambientais, a incidência e intensidade de desastres naturais e os prejuízos econômicos resultantes têm aumentado de forma significativa.

A reflexão sobre as práticas sociais, em um contexto marcado pela degradação permanente dos ecossistemas e de seus serviços, envolve uma necessária articulação com a produção de sentidos sobre a educação ambiental. A dimensão ambiental se configura

crescentemente como uma questão que envolve um conjunto de atores do universo educativo, potencializando o engajamento dos diversos sistemas de conhecimento, a capacitação de profissionais e a comunidade universitária numa perspectiva interdisciplinar.

Neste livro, a ênfase em práticas que estimulam a interdisciplinaridade e a transversalidade revela o potencial que existe para sair do lugar comum e o trabalho com temáticas que estimulam mudanças no comportamento, responsabilidade social e ética ambiental estimula outro olhar. Trata-se da importância de se compreender a complexidade envolvida nos processos e o desafio de ter uma atitude mais reflexiva e atuante, por conseguinte, tornando os envolvidos mais responsáveis, cuidadosos e engajados em processos colaborativos com o meio ambiente.

O maior desafio é de criar oportunidades de aprendizagem social ativas, nas quais haja o real envolvimento dos sujeitos em relações de diálogo, que favoreçam: a percepção da diversidade de opiniões e visões de mundo; a mediação de interesses individuais e coletivos e a possibilidade de ampliação de repertórios que aumentem a capacidade de contextualizar e refletir. Os processos ativos, principalmente os de base colaborativa (reconhecidos como de coaprendizagem), possuem potencial para a emergência de inovações, de compromissos coletivos e de práticas de cidadania orientadas para a sustentabilidade.

Desejamos a todos uma boa leitura destes artigos que nos estimulam a atuar de forma cooperativa e solidária.

AGRADECIMIENTOS

Todos, de formas diferentes hicieron posible este trabajo, confirmando el valor único de todos los tipos de saberes. Agradecemos presentar este libro a:

CAPES/Brasil, institución que financió el desarrollo del Proyecto: “*Política e Desigualdades Escolares no Acesso e Uso de Água Potável, seus impactos na saúde escolar e qualidade de vida socioambiental*” en su etapa internacional.

Programa Ciências sin Fronteras (CsF), en la modalidad Bolsista Jovem Talento (BJT), que me seleccionó entre tantos jóvenes.

Universidade de São Paulo (USP), por la oportunidad y aceptar en el Programa de Posdoctorado do IEE mis estudios Posdoctorales entre 2015 y 2018.

Grupo de Acompanhamento e Estudos em Governança Ambiental (GovAmb), y el Programa de Posgraduação em Ciência Ambiental (PROCAM) do IEE/USP por compartir tanto conocimiento.

Liderazgo Científico de Pedro Roberto Jacobi, Supervisor, convertido en Maestro, Ejemplo, Referencia académica, científica y Amigo. Todo fue posible gracias a él que abrió la puerta del conocimiento y compartió tanto saber.

Pesquisadores, y amigos en Brasil, que presentaron tan diversas realidades escolares: - En **USP**, especial Viviane y Luciano, y Maria Aparecida Ribas (Cida) que hizo posible Ibiuna/SP. Grupo de Debates Toth-CRIARCOM da ECA/USP de Felipe Chibás Ortiz y Elaine Gardinali.

Gracias Rubens Landin de FSP/USP por hacer puente Habana-SãoPaulo y traer mi proyecto a Pedro Jacobi. - En UFBA a Renata Rocha, e UFMT a Michele Sato, que fue un abrazo científico y humano, con todo el Grupo Pesquisador em Educação Ambiental, Comunicação e Arte (GPEA). Sin cada uno de ellos muy probable fueran otros resultados.

Reina Fleitas, colega en la sociología y amiga por siempre. Fue quien indicó observar SALUD ESCOLAR, Y abrió la Cátedra de Ciencias Sociales en Salud, y el Grupo de Estudios de Sociología de la Salud en la Universidad de la Habana (UH)

Departamento de Sociología de la Facultad de Ciencias Sociales/UH. A todos mis colegas! Mis profesores Ernel, Tere Muñoz, Cloty, Catá y Chely fueron también los mejores colegas. A la generación que hoy impulsa el equipo mi hermandad para siempre!

Grupo de Estudio Sociología de la Educación espacios únicos para pensar e imaginar sociológicamente una realidad mejor. Gracias Yisel Rivero por el compañerismo.

Alumnos de graduación y posgraduación, que aceptaron el desafío de orientación a distancia. Dayana, Arturo, Leonor en la graduación, Solange y Leonor en Maestría y Luciano en su Doctorado. ¡Gracias!

Bárbara Yadira Mellado Pérez

SUMÁRIO

ORGANIZADORES y AUTORES	v
PRÓLOGO	vii
AGRADECIMIENTOS	ix
INTRODUCCIÓN	13
I APRENDIZAGEM SOCIAL E O MEIO AMBIENTE - OS CAMINHOS PARA O DIÁLOGO	20
Pedro Roberto Jacobi	
II DESAFIOS, GOVERNANÇA AMBIENTAL E PARTICIPAÇÃO SOCIAL CONTRA OS RISCOS CLIMÁTICOS E VULNERABILIDADES. PRÁTICAS BRASILEIRAS E CUBANAS.	32
Pedro Roberto Jacobi	
Gina Rizpah Besen	
Bárbara Yadira Mellado Pérez	
III EDUCACIÓN AMBIENTAL Y APRENDIZAJE SOCIAL DESDE LA PROMOCIÓN DE SALUD ESCOLAR: EXPERIENCIAS Y PRÁCTICAS SOBRE ESTUDIO DE CASO EN ESCUELAS DE BRASIL Y CUBA	52
Bárbara Yadira Mellado Pérez	
Pedro Roberto Jacobi	
Maria Aparecida Pimentel Toloza Ribas	
IV SALUD ESCOLAR Y RESPONSABILIDAD SOCIAL: CONVERGENCIAS PARA DIALOGAR EN LA ESCUELA CUBANA.	77
Bárbara Yadira Mellado Pérez	
V LA SALUD ESCOLAR Y CALIDAD DE VIDA SOCIOAMBIENTAL.	105
Barbara Yadira Mellado Pérez	
VI PRÁCTICA EDUCATIVA EN LA ESCUELA PROMOTORA DE SALUD: CONECTANDO AGUA, SALUD ESCOLAR Y CALIDAD DE VIDA SOCIOAMBIENTAL.	132
Bárbara Yadira Mellado Pérez	

VII BARRERAS CULTURALES Y DE COMUNICACIÓN DEL MAESTRO PARA DESARROLLAR SALUD ESCOLAR: ESTUDIO DE CASO	153
Bárbara Yadira Mellado Pérez	
VIII POLÍTICA E DESIGUALDADES ESCOLARES NO ACESSO E USO DE ÁGUA POTÁVEL: IMPACTOS NA SAÚDE ESCOLAR E QUALIDADE DE VIDA SOCIOAMBIENTAL.	178
Bárbara Yadira Mellado Pérez	
IX EDUCAÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE - DIALÓGOS COM A COMUNIDADE ESCOLAR EM IBIÚNA/SP - BRASIL	200
Maria Aparecida Pimentel Toloza Ribas	
Pedro Roberto Jacobi	
X INTEGRAÇÃO: EDUCAÇÃO, SAÚDE E SANEAMENTO - REGIÃO DA VARGEM DO SALTO - IBIÚNA/SP - BRASIL.	215
Maria Aparecida Pimentel Toloza Ribas	
Pedro Roberto Jacobi	

INTRODUCCIÓN

Bárbara Yadira Mellado Pérez

“La educación y la salud están hermanadas y se refuerzan mutuamente, contribuyendo a sacar a la gente de la pobreza y a ofrecerle la oportunidad de desarrollar plenamente su potencial humano” (Margaret Chan)¹

La salud humana ya no es más un asunto opcional en la agenda del desarrollo humano. La inter institucionalidad y multi dimensionalidad para su abordaje, no es sólo una cuestión de competencias para las instituciones de salud pública.

Las sociedades en sus culturas, sus prácticas, su sostenibilidad están condicionando los indicadores y expresiones de salud de sus poblaciones. Observar datos sobre salud, que expresen tendencias de enfermedades, morbilidad, comportamientos por grupos etarios, géneros y territorios consigue una representación que habla de hábitos, costumbres, cultura, posibilidades económicas, necesidades, carencias y demandas, entre otros.

La resiliencia y valores humanos pueden hacer la diferencia cuando de comportamientos humanos se trata, sumando niveles de educación y cultura que para toda sociedad se convierten en indispensables para implementar acciones educativas posibilitando enfrentar situaciones derivadas de prácticas culturales, hábitos de alimentación, la salud ambiental que modifican para cada contexto las expresiones y riesgos para la salud humana, y la oportunidad de atenuar los daños causados por el hombre disminuir sus consecuencias.

¹Chan, Margaret. Directora General de la Organización Mundial de la Salud Cumbre sobre los Objetivos de Desarrollo del Milenio. Intervención en la segunda mesa redonda, sobre la consecución de los objetivos relacionados con la salud y la educación. Nueva York, EEUU. 20 de septiembre de 2010.

Defender utilizar enfoques educativos que consideren y generen responsabilidad social, refuerza que la escuela es un agente social con grandes potencialidades para trasladar el mensaje de lo que ocurre en el planeta. Un ambiente seguro debe de cumplir con condicionantes idóneos de salud: como agua apropiada para el consumo humano, disponibilidad de alimentos, vivienda, educación, servicios de salud, equidad y seguridad social, pero también requiere de una educación ambiental y de responsabilidad para asumir desafíos, y cambios culturales en prácticas cotidianas. Cómo transmitir ese mensaje en el ámbito escolar, es un desafío que supera prácticas pedagógicas convencionales y disciplinares.

Diversos autores, se refieren desde perspectivas sociológicas para pensar la responsabilidad social Kornblit et al. (2007); Red Vega (2009); Giddens (2010), las pedagógicas Avendaño (2012); Sato (2018), y en las socioambientales Jacobi (2020) que fundamentan las relaciones que observamos entre la *escuela, las prácticas educativas y cómo a través de valores, conocimientos y acciones se establecen y configuran concepciones culturales y la visión del mundo que se construye en el ambiente escolar.*

La promoción de salud y prevención de enfermedades es más efectiva en el espacio escolar desde acciones y prácticas educativas están asociadas a la realidad contextual. La innovación pedagógica está llamada a dialogar e impactar sentidos y significados en la concepción y comprensión de la realidad que impacta la vida y sobrevivencia humana, afirmamos que ello acontece una vez se comprenda la responsabilidad individual, grupal y social.

La problemática centra la atención en el desafío que enfrenta el movimiento de escuelas promotoras de salud ante las expresiones de desigualdad social, diversidad e interculturalidad que son visibles y expresan la realidad social en las escuelas. Es una preocupación mundial y regional, diversas organizaciones, e instituciones estimulan acciones para promover y presentar estrategias de comunicación, entre ellas la OMS (2016), FAO, UNESCO, UNICEF (2016) para alinear trabajos de secretarías y ministerios en los países.

Recientemente la OPS (2019) como parte de la campaña de la Semana del Bienestar 2019, pide a los Ministerios de Salud y Ministerios de Educación que unan sus fuerzas para mejorar la salud de los estudiantes y sus comunidades en las Américas, afirmando "una escuela promotora de la salud no solo se centra en fomentar la salud y el comportamiento saludable, al ofrecer alimentación nutritiva y actividad física, pero también en crear condiciones que favorecen la salud. Estas pueden incluir el facilitar la participación de la comunidad, promover un entorno físico y social saludable, abogar por políticas de salud en las escuelas, y trabajando con diferentes socios de la comunidad.

El proyecto ***Política e Desigualdades Escolares no Acesso e Uso de Água Potável, seus impactos na saúde escolar e qualidade de vida socioambiental***, que financió CAPES/Brasil, como estudio de posdoctorado en la USP permitió aproximaciones diversas y resultados que contribuyen a un diálogo entre miembros de la comunidad escolar y protagonistas de procesos educativos con la sociedad. Varios objetivos integran las intenciones de este y otros trabajos a publicar:

1. Encerrar un período de investigación dedicada a promover estudios sobre Salud Escolar observando la transversalidad de la temática, su importancia para la responsabilidad social y la necesidad de actualización e introducción de nuevas prácticas educativas para que la escuela consiga promover salud, calidad de vida y educación ambiental en ambientes escolares.
2. Presentar un conjunto de experiencias y aprendizajes, prácticas educativas y dimensiones socioambientales asociadas al trabajo de campo desarrollado en los contextos de Brasil y Cuba en el Proyecto: "Política e Desigualdades Escolares no Acesso e Uso de Água Potável, seus impactos na saúde escolar e qualidade de vida socioambiental"
3. Contribuir como material didáctico o libro de consulta para la Formación de profesionales que tengan interés en la temática Salud Escolar, Promoción de Salud en la Escuela, Relaciones Educación-Salud-Ambiente en espacios escolares y no escolares .

En este libro presentamos 10 artículos que hacen referencia a nuestra participación en el Debate que se propició durante el desarrollo del proyecto, y que merecen estar a disposición de todos en un material compilado para facilitar las demandas y necesidad de estudios aplicados en la temática.

Los temas y experiencias aquí presentadas con una finalidad didáctica y de divulgación de la ciencia en la temática, responden a etapas del proyecto. Ofrece la oportunidad de leer conceptos, antecedentes, análisis crítico y referencias prácticas y metodológicas que pueden contribuir a la socialización de experiencias y activar acciones de integración y actuación responsables de gestores educacionales,

profesores, líderes de la comunidad, alumnos y los interesados en desenvolver formas innovadoras para hacer llegar el mensaje de necesidad de armonía con la naturaleza y su impacto en la salud humana.

Creemos en el papel de la educación para la transformación de nuestros ambientes. Experiencias y reflexiones obtenidas de trabajos con carácter académico en las que prevalece un **tipo de investigación que** corresponde a un estudio de carácter exploratorio, descriptivo y observacional.

Los **métodos teóricos y de recolección de información y procesamiento** se corresponden con una estrategia de triangulación metodológica, que refiere el uso de varios métodos, fuentes de datos, investigaciones, y trabajos realizados en ambientes escolares seleccionados para el estudio de caso. Siendo aplicado Entrevista en profundidad, Observación no participante, Entrevista Conversadas con líderes y gestores escolares, Cuestionario auto-administrado, Grupos focales de discusión y análisis de contenido.

Cuidando adecuados criterios de inclusión y exclusión en cada caso de estudio. Así como **los aspectos éticos** particulares en todas las experiencias aplicadas. Contamos con aprobación, términos de compromiso que fueron previamente aprobados, se logró transmitir resultados por etapas de todas las acciones realizadas, siendo explícito el consentimiento informado de los maestros y autoridades, con el compromiso de mantener la confidencialidad de los datos y usarlos solo con fines investigativos.

El libro **SALUD ESCOLAR APRENDIZAJE Y RESPONSABILIDAD: Transversalidades y Diálogo**, integra una selección de artículos inéditos y presentados en congresos

elaborados como autores o en coautoría por los organizadores. Todos destacan la significación y, valor y contribución que ofrecen las reflexiones, análisis, experiencias y resultados para profundizar en las Prácticas educativas y Dimensiones socioambientales en contextos escolares y no escolares de Cuba y Brasil.

Los Autores compartimos vivencias en la trayectoria de acciones, encuentros y desencuentros de distintas etapas del proyecto en Brasil. Fue determinante la participación de equipos y grupos de investigación del IEE/USP bajo la conducción de Pedro Roberto Jacobi quien supervisó el trabajo de campo y las acciones de investigación de formación posdoctoral. También, la colaboración de la Dra. Maria Aparecida Pimentel Toloza Ribas quien facilitó la experiencia aplicada en el contexto escolar del municipio Ibiúna/SP y presenta algunas experiencias vividas. Todos con elevado compromiso y reconocida trayectoria académica y científica.

Anunciamos que importantes resultados obtenidos de investigaciones aplicadas, en este momento están encerrando sus análisis y serán publicados en una edición dedicada a experiencias locales. En el caso cubano coinciden con trabajos de investigación para la obtención de grado de formación en graduación (3) y posgraduación (4) tres de Maestría y una de Doctorado.

Serán presentados jóvenes investigadores que fueron protagonistas del trabajo de campo realizado, y constituye un reconocimiento al trabajo responsable del Departamento de Sociología de la Universidad de la Habana, en particular los Grupos de Estudio de Educación y Salud, estos últimos con el liderazgo de la Dra. Reina Fleitas.

Como expresión de interculturalidad y diversidad decidimos mantener los textos de cada artículo en las lenguas español y portugués que fueron escritos. Estos resultados y análisis revelan experiencias que en su mayoría compartimos en *portuñol*.

Este libro llega en un momento excepcional, donde es más urgente que nunca difundir buenas prácticas y experiencias para reforzar cohesión y responsabilidad frente al papel protagónico de la educación en ambientes escolares y no escolares, y su responsabilidad social. Encontrar estrategias intersectoriales, en múltiples niveles de actuación, orientadas a despertar desde las primeras edades necesidad de entornos educativos saludables, cultura y conciencia ambiental para construir escenarios promotores de salud y de calidad de vida, que contribuyan a mayor equidad y justicia y disminución de las desigualdades. ¡Recomiendo la lectura, está pensado con la intención de contribuir al diálogo!

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AVENDAÑO, C. W. R. 2012. *La educación ambiental (EA) como herramienta de la responsabilidad social (RS)*. Luna Azul. [Internet]. Dec. Acceso en 2020 Feb 25. (35): 94-115. 2012. Disponible en:

http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S190924742012000200007&lng=en

Entrevista a Pedro Roberto Jacobi [página na internet]. Acceso em 26 de febrero de 2020]. Disponible en: <http://climacom.mudancasclimaticas.net.br/entrevista-com-pedro-roberto-jacobi/>

KORNBLIT, A. L.; MENDES. D. A. M., DI LEO, P. F.; CAMAROTTI, A.C. 2007. Entre la teoría y la práctica: algunas reflexiones en torno al sujeto en el campo de la promoción

de la salud. *Revista Argentina de Sociología*. [Revista en Internet]. 2007; 5(8):9-25. Argentina: Disponible en: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=26950802>

GUIDDENS, A. 2010. *A política da mudança climática*. Rio de Janeiro, Brasil: Zahar.

OMS Organización Mundial de la Salud. 2016. *Declaración de Shanghai sobre la Promoción de la Salud*. Shanghai: OMS; 2016 Disponible en: <https://www.who.int/healthpromotion/conferences/9gchp/Shanghai-declaration-final-draft-es.pdf.pdf?ua=1>

OPS-OMS. 2019. Campaña de la Semana del Bienestar. 2019. Disponible en: https://www.paho.org/hq/index.php?option=com_content&view=article&id=7107:wellness-week-homepage&Itemid=42416&lang=es

RED VEGA N. 2009. Necesidades emergentes y responsabilidad social universitaria. Alternativas. *Cuadernos de Trabajo Social*. N. 16. ISSN 1133-0473, pp. 65-76 Valladolid, España.

SATO, M. 2018. *Educação Ambiental: tessituras de esperanças*. / Michèle Sato, Regina Silva, Michelle Jaber. Cuiabá, Brasil: Editora Sustentável, EdUFMT.

UNICEF Fondo de las Naciones Unidas para la Infancia. 2016. *Health equity report 2016: summary report*. Panamá: UNICEF; 2016. Disponible en: https://www.unicef.org/lac/20160906_UNICEF_APR_HealthEquityReport_SUMMARY.pdf

I APRENDIZAGEM SOCIAL E O MEIO AMBIENTE - OS CAMINHOS PARA O DIÁLOGO

Pedro Roberto Jacobi

Os crescentes e complexos problemas ambientais demandam uma mudança radical dos sistemas de conhecimento, de valores e dos comportamentos, pois são de natureza global. Beck já argumentava em 1992 em seu livro “Risk Society” que a multiplicação dos riscos, em especial os ambientais e tecnológicos de graves conseqüências, é elemento chave para entender, os limites e as transformações da modernidade. Os riscos contemporâneos (BECK, 1997, p. 16-17) explicitam os limites e as conseqüências das práticas sociais, trazendo consigo um novo elemento, a “reflexividade”. A sociedade, produtora de riscos, torna-se cada vez mais reflexiva, o que significa dizer que ela se torna um tema e um problema para si própria, e reconhece os riscos que produz e reage diante disso. O conceito de risco passa a ocupar um papel estratégico para entender as características, os limites e as transformações do projeto histórico da modernidade (JACOBI, 2005).

Nesse sentido, se configura um paradigma da complexidade, o que demanda a formação de novas mentalidades, conhecimentos e atitudes, pois o caminho para sociedades sustentáveis se fortalece na medida em que se desenvolvam práticas educativas que, pautadas pelo paradigma da complexidade, aportem para a escola e os ambientes pedagógicos uma atitude reflexiva em torno da problemática ambiental. Vivemos numa sociedade cada vez mais pragmática, e a formação de novas mentalidades, conhecimentos e comportamentos implicam a necessidade de se multiplicarem as práticas sociais baseadas no fortalecimento do direito ao acesso à

informação e à educação em uma perspectiva integradora (JACOBI; GRANDISOLI, 2017).

A sustentabilidade como novo critério básico e integrador precisa estimular permanentemente as responsabilidades éticas, na medida em que a ênfase nos determinantes extraeconômicos serve para reconsiderar os aspectos relacionados com a equidade, a justiça social e a ética com os seres vivos (JACOBI; GIATTI; AMBRIZZI, 2014).

A ênfase em práticas que estimulam a interdisciplinaridade e a transversalidade revela o potencial que existe para sair do lugar comum e o trabalho com temáticas que estimulam mudanças no comportamento, responsabilidade social e ética ambiental, estimula outro olhar. Trata-se da importância de se compreender a complexidade envolvida nos processos e o desafio de ter uma atitude mais reflexiva e atuante, por conseguinte, tornando os envolvidos mais responsáveis, cuidadosos e engajados em processos colaborativos com o meio ambiente.

A transformação cultural, necessária para quebrar o hiato existente entre o reconhecimento da crise social e ambiental e a construção real de práticas capazes de estruturar as bases de uma sociedade sustentável alerta para a importância do fortalecimento de comunidades de prática e da aprendizagem social como processos e espaços/tempos que permitam: 1) a ampliação do número de pessoas no exercício deste conhecimento; 2) a comunicação entre estas pessoas de modo a potencializar interações que tragam avanços substanciais na produção de novos repertórios e práticas de mobilização social para a sustentabilidade. Interessa aqui a aprendizagem

social enquanto processo de mudança cultural, orientado para o enfrentamento dos problemas socioambientais da atualidade (GLASSER, 2007; WENGER, 1998).

O maior desafio é de criar oportunidades de aprendizagem social ativas, nas quais haja o real envolvimento dos sujeitos em relações de diálogo, que favoreçam: a percepção da diversidade de opiniões e visões de mundo; a mediação de interesses individuais e coletivos e a possibilidade de ampliação de repertórios que aumentem a capacidade de contextualizar e refletir. Os processos ativos, principalmente os de base colaborativa (reconhecidos como de co-aprendizagem), possuem potencial para a emergência de inovações, de compromissos coletivos e de práticas de cidadania orientadas para a sustentabilidade (JACOBI et al., 2018). Destacam que a instalação de espaços de convívio entremeados pela experiência de pensar e agir de forma dialógica, solidária e ecologicamente sistêmica cria solo fértil para a cultura da participação e, conseqüentemente, para a construção de novos potenciais de governança. Isto implica a necessidade de estimular uma participação mais ativa da sociedade como uma forma de estabelecer um conjunto socialmente identificado de problemas, objetivos e soluções.

A ênfase em práticas que estimulam a interdisciplinaridade e a transversalidade revela o potencial que existe para sair do lugar comum e o trabalho com temáticas que estimulam mudanças no comportamento, responsabilidade social e ética ambiental, estimula outro olhar. Trata-se da importância de se compreender a complexidade envolvida nos processos e o desafio de ter uma atitude mais reflexiva e atuante, por conseguinte, tornando os envolvidos mais responsáveis, cuidadosos e engajados em processos colaborativos com o meio ambiente.

A sustentabilidade fortalece valores coletivos e solidários, a partir de práticas educativas contextualizadoras e problematizadoras que, contribuam para uma atitude de ação-reflexão-ação em torno da problemática ambiental. A premissa que norteia o paradigma proposto é o de formar um pensamento crítico, criativo e sintonizado com a necessidade de propor respostas para o futuro, capaz de analisar as complexas relações entre os processos naturais e sociais e de atuar no ambiente em uma perspectiva global, respeitando as diversidades socioculturais (JACOBI, 2005).

A necessidade de democratização do conhecimento acerca das ações de proteção civil, por meio da promoção da cultura de riscos nos espaços comunitários e nas atividades escolares, potencializa criar comportamentos responsáveis para enfrentar situações de risco e mobilizar a comunidade para o enfrentamento de ações que afetam a sua qualidade de vida. Por outro lado, avanços interdisciplinares na forma de diálogo entre saberes acadêmicos e sociedade podem favorecer com que os mais distintos atores sociais, inclusive, na qualidade de sujeitos dos riscos, possam se apropriar de elementos que configuram a emergência de problemas socioambientais, que não só afetam a qualidade ambiental, mas podem também ter impactos na saúde humana.

Para tanto quanto mais as ações de capacitação e formação dialogarem com visões pautadas pela existência de riscos promovidos pela sociedade humana, denominados de efeitos antrópicos, maiores serão as possibilidades de formar atores sociais mobilizadores e multiplicadores nos diversos setores da sociedade.

Para a construção real de práticas capazes de estruturar as bases de uma sociedade sustentável, coloca-se a necessidade de fortalecimento de comunidades de prática

(WENGER, 1998)² e da Aprendizagem Social (JACOBI, 2011). Estas são caracterizadas como processos que permitem ampliar o número de pessoas no exercício do conhecimento e a comunicação entre essas pessoas, de modo a potencializar interações que tragam avanços substanciais na produção de novos repertórios e práticas de mobilização social para a sustentabilidade.

A partir do conceito de aprendizagem social visa-se responder aos desafios da sustentabilidade e integração das interfaces da gestão de recursos naturais, o que pressupõe a contribuição de diferentes conhecimentos e interdisciplinaridade. Isso implica em compreender o arcabouço jurídico-institucional, as dinâmicas sócio-territoriais, e o papel dos atores sociais que incidem na gestão. O entendimento do problema é pressuposto para que os atores comecem a dividir sua compreensão sobre o mesmo, explorando as possibilidades de perspectivas para a intervenção. Isso resulta no desenvolvimento para a conexão de diferentes tipos de entendimento do problema, criando diálogos intersetoriais e interdisciplinares, enquanto base de fortalecimento de lógicas de cooperação. O convencimento à participação de lideranças e facilitação são essenciais para a construção e manutenção do comprometimento dos atores envolvidos direta ou indiretamente, na governança ambiental nas suas múltiplas realidades. Ao contrário de estratégias de controle, existe a necessidade de mudança flexível e adaptativa ao gerenciamento, e as arenas de articulação se tornam imprescindíveis para o desenvolvimento cooperativo das atividades propostas.

² Conforme Wenger (1998): "Comunidades de prática são grupos de pessoas que compartilham uma preocupação ou paixão por algo que fazem e aprendem como fazê-lo melhor na medida em que interagem com regularidade".

No contexto da governança ambiental, a aprendizagem social compõe-se de um conjunto de estratégias institucionais de aprendizado em coletivo para o fortalecimento da tomada de decisão. Esta abordagem não se centra apenas na obtenção de um conhecimento suplementar e no aperfeiçoamento da compreensão de problemas inter-relacionados complexos, mas permite que os diferentes atores intervenientes compreendam melhor as percepções dos outros sobre os problemas que são essenciais para melhorar as relações dos participantes e proporcionam a base para a uma cooperação consistente e articulada.

O arcabouço teórico da aprendizagem social permite verificar que o aprendizado conjunto é fundamental para que as tarefas comuns e construção de um acordo, levando em conta o processo no qual está inserida, seu contexto e seus resultados, levem ao entendimento da complexidade das questões ambientais que precisam ser decididas. Considera-se que o crescente envolvimento e aprendizado conjunto das entidades envolvidas na gestão, cuja estratégia é *reforçar o aprender junto para intervir junto* (JACOBI, 2011) reforça a dimensão da participação, compartilhamento e co-responsabilização, para decidir quais cenários de sustentabilidade se deseja.

Os referenciais da Aprendizagem Social se inserem nas práticas socioambientais educativas de caráter colaborativo, que têm se revelado como veículo importante na construção de uma nova cultura de diálogo e participação (JACOBI *et al.*, 2018). Como *práxis educativa* engajada e política, abre-se um estimulante espaço para a construção de eixos interdisciplinares em torno dos quais se tece uma nova cultura para uma formação abrangente, a partir de uma abordagem sistêmica e complexa.

A Aprendizagem Social demonstra que o aprendizado conjunto é fundamental para as tarefas comuns e isso reforça a dimensão da participação, compartilhamento e corresponsabilização para decidir quais cenários de sustentabilidade são desejados. Isto implica promover mais colaboração e desenvolver práticas comunicativas que estimulem um engajamento cooperativo e não diretivo dos diversos atores envolvidos. As atividades de educação ambiental, decorrentes de processo participativo, podem oferecer oportunidades de aprendizagem e mudança, potencializando ganhos mútuos por meio das interações, na medida em que nos diálogos os diferentes atores envolvidos aprofundam o conhecimento sobre os aspectos que mais os afetam e têm a possibilidade de novas aprendizagens e instrumentos de ação (JACOBI; GRANDISOLI, 2017).

Num processo de Aprendizagem Social, novas práticas sociais e conhecimentos sobre os contextos socioambientais são estratégicos, sendo muito importante que os participantes aceitem a diversidade de interesses, de argumentos e de conhecimento e que também percebam que um problema complexo poderá ser resolvido por meio de práticas colaborativas, que se sustentam na disseminação de informação, conhecimento e atividades em rede.

Na experiência reflexiva do ser humano se assenta, assim, o seu potencial de produzir cultura e intervir na história. Se entendermos as experiências de vida como berço das interações socioambientais que o indivíduo estabelece na formação contínua de sua identidade, veremos que a formação de uma sensibilidade ambiental e o engajamento nas causas ecológicas estão associados à disponibilidade e à qualidade

das experiências de aprendizagem que o indivíduo vivencia, e mais sintonizadas com a cultura da paz, da justiça social e da sustentabilidade (JACOBI; GRANDISOLI, 2017).

Para que a essência da aprendizagem social aconteça, é necessária uma progressão a partir dos múltiplos processos cognitivos que acontecem ao nível do indivíduo para um patamar de cognição múltiplo que se dá em processos grupais. Aprendizagem social não é sinônimo de participação social, mas um processo no qual comunidades, atores relevantes envolvidos e sociedade aprendem a inovar e a se adaptarem em resposta às transformações socioambientais. Aprendizagem social procura lidar com conflitos, valores e crenças, relações de força complexas e dinâmicas políticas que não se manifestam - ou se manifestam de modo diferente - em organizações e permitam ampliar o número de pessoas no exercício deste conhecimento e a comunicação, de modo a potencializar interações que tragam avanços substanciais na produção de novos repertórios e práticas de mobilização social para a sustentabilidade (JACOBI, 2012).

Essa abordagem integradora das relações entre as esferas subjetivas e intersubjetivas, amplia a possibilidade de constituição de identidades coletivas em espaços de convivência e debates.

A aprendizagem social também implica que os participantes aceitem a diversidade de interesses, argumentos e conhecimento e que também percebam que um problema complexo poderá ser resolvido através de práticas coletivas, que se sustentam na disseminação de informação, conhecimento e atividades em rede, pressupondo a contribuição de diferentes conhecimentos e interdisciplinaridade, no contexto da transversalidade.

Algumas reflexões

O entendimento sobre os problemas ambientais dá-se por uma visão do meio ambiente como um campo de conhecimento e significados socialmente construídos, perpassado pela diversidade cultural e ideológica, assim como pelos conflitos de interesse. Neste complexo contexto, cabe fortalecer repertórios socioeducativos amplos e interdependentes. Os formadores devem estar cada vez mais preparados para reelaborar as informações que recebem, e dentre elas as ambientais, para poderem transmitir e decodificar os significados em torno do meio ambiente e da ecologia nas suas múltiplas determinações e intersecções. (JACOBI, 2005).

Dentre os principais desafios a serem superados está a mudança de cultura dos diversos atores sociais, seja no sentido de reconhecer sistemicamente a legitimidade das demandas uns dos outros, seja no sentido de o Estado brasileiro criar no âmbito dos diversos colegiados, conselhos e fóruns, práticas capazes de diminuir assimetrias econômicas e de conhecimento, democratizar o acesso à informação e tornar os processos de tomada de decisão mais transparentes e participativos.

A contribuição dos espaços deliberativos é fundamental para o fortalecimento de uma gestão democrática, integrada e compartilhada. A ampliação destes espaços de participação cidadã favorece qualitativamente a capacidade de representação dos interesses e a qualidade e equidade da resposta pública às demandas sociais.

O engajamento de grupos e de comunidades em projetos colaborativos constituem uma oportunidade para que se desenvolvam práticas pautadas pela aprendizagem Social. Pois é nesses processos dialógicos fomentados que se se ampliam condições para a troca e integração de conhecimento técnico e local, com a finalidade de avançar

para promover objetivos compartilhados que baseados em ações coletivas podem fortalecer respostas comunitárias para a sustentabilidade.

Ao destacar o conceito de aprendizagem social propõe-se contribuir para que atores sociais envolvidos, responsáveis e comprometidos possam aprofundar seus conhecimentos e ampliar caminhos e práticas interdisciplinares, estabelecendo laços de confiança e cooperação. Assim, deve-se considerar que o caminho para uma sociedade sustentável se fortalece na medida em que se desenvolvam práticas educativas que fomentem ambientes pedagógicos para uma atitude reflexiva, em torno da problemática socioambiental, na formação de novas mentalidades, conhecimentos, valores e comportamentos.

Um dos maiores desafios é o de criar oportunidades de aprendizagem social ativas, nas quais ocorra o envolvimento em relações de diálogo e de ampliação de repertórios que aumentem a capacidade de contextualizar e refletir. Os processos coletivos, principalmente os de base cooperativa, possuem um potencial para a emergência de inovações de compromissos coletivos e de práticas de cidadania orientadas para a sustentabilidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECK, U. *Risk Society*. 2009. Cambridge: Polity Press.

GLASSER, H. 2007. Minding the gap- the role of social learning in linking our stated desire for a more sustainable world to our everyday actions and policies. In: WALSH, A.E.J. *Social Learning- towards a sustainable world*. Wageningen Academic Publishers, Wageningen, Holland, pp. 35-61.

JACOBI, P. R.; GRANDISOLI, E. 2017. *Água e sustentabilidade: desafios, perspectivas e soluções*. São Paulo, SP: IEE-USP e Reconnectta.

JACOBI, P. R.; GIATTI, L.; AMBRIZZI, T. 2015. Interdisciplinaridade e mudanças climáticas: caminhos de reflexão para a sustentabilidade. In: PHILIPPI, A.; FERNANDES, V. (Orgs.). *Práticas da Interdisciplinaridade no Ensino e Pesquisa*. São Paulo: Manole.

JACOBI, P.R. 2012. Governança ambiental, participação social e educação para a sustentabilidade. In: PHILIPPI, A. *Gestão da Natureza Pública e Sustentabilidade*. São Paulo: Manole, pp. 343-361.

JACOBI, P.R. 2011. *Aprendizagem Social - Diálogos e Ferramentas Participativas: Aprender Juntos para Cuidar da Água*. São Paulo: GovAmb/PROCAM/IEE/USP, 83 p.

JACOBI, P.R. 2005. *Educação ambiental: o desafio da construção de um pensamento crítico, complexo e reflexivo*. Educação e Pesquisa (USP), São Paulo, v. 31, p. 234-250.

WENGER, E. 1998. *Communities of practice: Learning, meaning and identity*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.

II DESAFIOS, GOBERNANZA AMBIENTAL E PARTICIPACIÓN SOCIAL CONTRA OS RISCOS CLIMÁTICOS E VULNERABILIDADES. PRÁTICAS BRASILEIRAS E CUBANAS.³

Pedro Roberto Jacobi

Gina Rizpah Besen

Bárbara Yadira Mellado Pérez

INTRODUÇÃO

As mudanças climáticas e o aquecimento da Terra indicam que estamos vivendo uma nova era denominada de Antropoceno (CRUTZEN, 2002). A ação humana na natureza está promovendo alterações de grande escala na superfície terrestre há pelo menos um século. Acelerou o aquecimento global e, para conter os danos ambientais causados pelas mudanças climáticas, é fundamental repensar o atual modelo prevalecente.

A compreensão dos fatores determinantes dos padrões climáticos mundiais desafia tanto os pesquisadores especializados como a população em geral, sobretudo devido às recentes conclusões do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, 2014). O IPCC projeta um cenário radical que afetará a Terra inteira, considerando a polêmica hipótese de ser o dióxido de carbono (CO₂) a principal causa do aquecimento. O tema das alterações climáticas está se transformando em algo que

³ Congreso TROPICO 2016. *Desafíos, gobernanza ambiental y participación social frente a los riesgos y vulnerabilidades climáticas. Prácticas brasileñas y cubanas*. In: Convención TROPICO 2016. I Coloquio de Universidad y geografía en el mundo contemporáneo., 2016, La Habana. Tropic2016. La Habana: Convenciones Habana, 2016. p.2283 - 2294 en Habana/Cuba.

supera as dimensões de um problema ambiental. As mais importantes sociedades científicas são cada vez mais unânimes em afirmar que a humanidade se tornou a principal força de mudança geológica do planeta e a capacidade do planeta para continuar assimilando e atenuando os impactos vindos da pressão humana está dando visíveis sinais de esgotamento.

O grupo liderado por Johan Rockstrom (2009) indica a necessidade de definição dos limites planetários, e coloca a questão sobre o espaço seguro de operação cuja ultrapassagem impede que o planeta continue oferecendo os serviços ecossistêmicos que, até aqui, têm permitido o processo de desenvolvimento.

Destaca-se nesse sentido, onde devem situar-se esses limites para as mudanças climáticas, a depleção da camada estratosférica de ozônio e a acidificação dos oceanos. Os autores expõem outros quatro processos e definem seus limites: perda de biodiversidade, uso de água fresca, mudanças no uso da terra e ciclos do nitrogênio e do fósforo.

A situação de transgressão dos limites seguros de operação global vêm a estabelecer o imperativo de funções socioecológicas de resiliência para atenuar os efeitos combinados das mudanças ambientais. No entanto, todas as possibilidades inerentes à resiliência, mitigação e adaptação frente às mudanças climáticas requerem, primeiramente, o reconhecimento de toda a sociedade, tanto para o que diz respeito às ações pertinentes em nível individual, de comunidade, regional, nacional ou internacional. Para a tomada de decisões, estabelecimento de agendas e de ações, nesse sentido, o primeiro requisito, é, indubitavelmente, a percepção do problema e de sua relevância. Na verdade, a percepção que se refere deve abranger um sentido

amplo das mudanças climáticas e de seus desdobramentos, que se ampliam em escalas temporais e espaciais.

A ciência avançou na identificação de fronteiras planetárias dentro das quais a humanidade poderia operar de forma segura em referência ao funcionamento do sistema terrestre. Atravessar essas fronteiras implicaria entrar numa zona de risco de ruptura ambiental sistêmica.

Cabe destacar que as mudanças globais anunciadas pelo Antropoceno serão graduais ou que, uma vez manifestados seus efeitos, possa ser simples a sua reversão, interferindo nas suas causas. A variabilidade climática seja facilmente possível revertê-los interferindo em suas causas.

Uma das mais importantes contribuições científicas que se tornou parte do argumento central está associada com o conceito de Resiliência, que implica na capacidade de um sistema (um indivíduo, uma floresta, uma cidade ou uma economia) lidar com a mudança incremental ou abrupta e prosseguir em seu desenvolvimento. O que as pesquisas têm demonstrado é que os sistemas, longe de mudarem de forma contínua e gradativa, conhecem mudanças bruscas, inesperadas e, muitas vezes, irreversíveis.

Ao se abordar o tema da resiliência, que pode ser definida como a capacidade dos indivíduos, comunidades e sistemas para sobreviver, adaptar e crescer diante de estresses e choques e, eventualmente, se transformar quando as condições exigem isso, cabe destacar que existem três diferentes tipos e dinâmicas. Estas envolvem de um lado respostas de adaptação capazes de assegurar a simples sobrevivência e a redução de perdas graves diante dos eventos extremos, em segundo lugar as respostas mais ativas, envolvendo a adaptação das estruturas, estilos de vida e

sistemas de produção, mudanças que visam reduzir as perdas econômicas e o sofrimento humano. O terceiro tipo de resiliência envolve mudanças transformadoras, que vão além dos pequenos ajustes nos sistemas atuais de produção e estilos de vida, e nela estão mudanças radicais das estruturas, estilos de vida e sistemas de produção. As soluções envolvem além de processos associados com infraestrutura, ecossistemas e minimização de riscos, os processos sociais que incluem a cooperação, a solidariedade, a educação para a sustentabilidade.

O desafio da resiliência, implica em desenvolver capacidades adaptativas, e isto significa que as incertezas e os riscos deveriam assumir um lugar privilegiado no planejamento em nível local, regional e nacional.

O fortalecimento para desencadear capacidades de adaptação a situações de intensificação de eventos climáticos extremos e de muitos desastres naturais vinculados associados está associado tanto com a adoção de medidas estruturais e não estruturais. Capacidade de adaptação local é o reflexo de condições mais amplas e é gerada pela interação de fatores determinantes, que variam no tempo e no espaço. No nível local, a possibilidade de realizar adaptações pode ser influenciada por fatores como: a capacidade gerencial, o acesso a recursos financeiros, tecnológicos, educação e informação, infraestrutura e o ambiente institucional no qual adaptações ocorrem.

A necessidade de ruptura com a compartimentação do conhecimento

Num contexto marcado pela degradação permanente do meio ambiente e dos seus ecossistemas, chama atenção a prevalência da racionalidade cognitivo-instrumental que agravou a situação ambiental do planeta. Para tanto, coloca-se o desafio de

ruptura com a compartimentação do conhecimento, e isto envolve um conjunto de atores do universo educativo em todos os níveis.

Abre-se a possibilidade de potencializar outras racionalidades para o engajamento dos diversos sistemas de conhecimento, da formação e capacitação de profissionais em geral, fortalecendo conteúdos e conhecimento baseados em valores e práticas sustentáveis, indispensáveis para estimular o interesse, o engajamento e a responsabilização.

Essa busca de respostas na interdisciplinaridade deve-se à constatação de que os problemas que afetam e mantêm a vida no nosso planeta são de natureza global e de que suas causas não podem restringir-se apenas aos fatores estritamente biológicos: pois revelam dimensões políticas, econômicas, institucionais, sociais e culturais.

O desafio da interdisciplinaridade precisa ser visto como um processo de conhecimento que busca estabelecer cortes transversais na compreensão e explicação do contexto da pesquisa. Busca-se a interação entre disciplinas, superando-se a a compartimentação científica provocada pela excessiva especialização. Enquanto combinação de várias áreas de conhecimento, a interdisciplinaridade pressupõe o desenvolvimento de metodologias interativas, configurando a abrangência de enfoque.

A preocupação em consolidar uma dinâmica de capacitação desde uma perspectiva interdisciplinar enfatiza a importância dos processos sociais que determinam as formas de apropriação da natureza e suas transformações através da participação social na gestão dos recursos naturais.

Atualmente o avanço rumo a uma sociedade sustentável é permeado de obstáculos, na medida em que existe uma restrita consciência na sociedade a respeito das implicações do modelo hegemônico de desenvolvimento.

Pode-se afirmar que as causas básicas que provocam atividades ecologicamente predatórias podem ser atribuídas às instituições sociais, aos sistemas de informação e comunicação e aos valores adotados pela sociedade. Isto implica principalmente na necessidade de estimular mudanças que impliquem em acesso ao conhecimento, como uma forma de estabelecer um conjunto socialmente identificado de problemas, objetivos e soluções.

O caminho a ser desenhado por transformações institucionais e da lógica de governança em todos os níveis e setores e da formação de lideranças focadas nas premissas que promovam o conhecimento, incentivem a reflexão crítica e ampliem os diálogos interdisciplinares e intersetoriais.

A sustentabilidade como novo critério básico e integrador precisa estimular permanentemente as responsabilidades éticas, na medida em que a ênfase nos aspectos extraeconômicos serve para reconsiderar os aspectos relacionados com a equidade, a justiça social e a ética dos seres vivos.

A emergência da questão ambiental induz um processo mais complexo do conhecimento e do saber para apreender os processos materiais, enfatizando a visão de complexidade e incerteza, numa perspectiva sociocultural e comunicativa.

Os enfoques de conhecimento se consolidam tendo como referentes os estudos em torno dos efeitos da problemática ambiental sobre as transformações metodológicas, os diálogos interdisciplinares que abrem um novo horizonte para o diagnóstico das

mudanças socioambientais e propiciam a formulação de diferentes abordagens em torno da sustentabilidade ambiental (JACOBI, 2012).

A ênfase em práticas que estimulam a interdisciplinaridade e a transversalidade revela o grande potencial que existe para sair do lugar comum e o trabalho com temáticas que incitem mudanças no comportamento, na responsabilidade socioambiental e na ética ambiental, o que estimula outro olhar.

Trata-se da importância de compreender a complexidade envolvida nos processos e o desafio de ter uma atitude mais reflexiva e atuante e, por conseguinte, que os cidadãos se tornem mais responsáveis, cuidadosos e engajados em processos colaborativos com o meio ambiente (WALS, 2007).

Na sociedade contemporânea, os espaços sociais têm tradicionalmente se dividido entre uma massa de executores e de especialistas autorizados a deliberar, planejar e decidir, legitimados por imposições de caráter coercitivo, tanto no plano material como no plano simbólico. Ciência e conhecimentos da experiência cotidiana de autores-sujeito de seu próprio processo de sobrevivência se divorciam, fortalecendo-se as barreiras e fronteiras simbólicas entre os diferentes estratos sociais, cada vez mais hierarquizados. Nesse contexto se reconfiguram permanentemente os espaços formativos e educativos, nas suas diferentes configurações.

O caminho para uma sociedade sustentável se fortalece na medida em que se ampliem práticas sociais, educativas e de comunicação que, pautadas pelo paradigma da complexidade, conduzam para uma atitude reflexiva em torno da problemática ambiental, visando traduzir o conceito de ambiente na formação de novas mentalidades, conhecimentos e comportamentos. A ênfase na abordagem da

complexidade coloca-se como uma alternativa para a busca de novas formas de gerar conhecimento, e promove uma inflexão na estrutura consolidada que gerou uma hierarquia de saberes.

O aprendizado é um fenômeno que reflete a natureza social do homem, no contexto de suas experiências de participação no mundo. O maior desafio é a valorização do caráter social do aprendizado e dos aspectos colaborativos envolvidos nas comunidades de prática. O foco na promoção da sustentabilidade e de uma visão pautada pela importância de aprofundar e multiplicar conhecimentos como processos que permitam ampliar o número de pessoas no exercício deste conhecimento visa potencializar interações que tragam avanços substanciais na produção de novos repertórios e práticas sociais focadas na sustentabilidade e bem estar humano.

Aprendizagem social e Governança adaptativa: experiências brasileiras

Face à imprevisibilidade das consequências das mudanças climáticas, diversas questões se colocam nos dias de hoje: Como traçar estratégias para enfrentar as mudanças climáticas? Como tornar a sociedade mais reflexiva e, portanto, mais resiliente aos efeitos diretos e indiretos das mudanças climáticas? Como sensibilizar e criar condições para promover ações pautadas pelo reconhecimento dos riscos? E como ampliar o escopo de atuação da comunicação e marketing nas questões inerentes aos riscos em práticas de educação ambiental que deveriam estar cada vez mais inseridas no cotidiano das pessoas?

A relação entre a formação de quadros nas áreas pública e privada que tenham maior compreensão e domínio dos aspectos que compreendem o enfrentamento dos riscos

se torna determinante para fazer frente à magnitude dos eventos naturais adversos, assim, potencializando a redução da vulnerabilidade das comunidades e, portanto, minimizando a intensidade dos desastres e de riscos indiretos que interagem de forma sistêmica com outros aspectos ambientais e sociais em distintas escalas espaciais e temporais. Para isso, avanços interdisciplinares na forma de diálogo entre saberes acadêmicos e sociedade, podem favorecer com que os mais distintos atores sociais, inclusive, na qualidade de sujeitos dos riscos, possam se apropriar de elementos das inter-relações entre variabilidade climática regional com outros problemas socioambientais.

Os riscos associados às mudanças climáticas e ambientais implicam em ampla revisão das práticas de governança dos riscos, como estratégia de enfrentamento dos problemas, fortalecendo-se os processos de governança adaptativa, o que requer que os processos decisórios sejam abertos e participativos. Isto demanda novas estratégias, que pautadas pelo diálogo, impliquem em políticas para enfrentar problemas e riscos com a ampliação dos atores envolvidos de forma a contribuir com seu conhecimento para complementar o conhecimento técnico.

A adaptação à mudança climática global e a transição para a uma economia que avança rumo à descarbonização demandarão novas capacitações, em particular, novas especialidades ocupacionais, modos de aprendizado, gestão e maior esforço de pesquisa. Todo o sistema de educação e treinamento, no mundo todo, terá de ser modificado para atender a esta nova demanda. Hoje já há falta de recursos humanos especializados em muitas das áreas emergentes da economia verde e na capacitação

para a formulação de propostas alternativas e inovadoras tanto na gestão pública quanto no setor privado.

O maior desafio é criar oportunidades de aprendizagem social ativas, nas quais haja o real envolvimento dos sujeitos em relações de diálogo, que favoreçam: a percepção da diversidade de opiniões e visões de mundo; a mediação de interesses individuais e coletivos; e a possibilidade de ampliação de repertórios que aumentem a capacidade de contextualizar e refletir (GLASSER, 2007).

O arcabouço teórico da Aprendizagem Social nos demonstra que o aprendizado conjunto é fundamental para que as tarefas comuns e a construção de um acordo para a gestão de recursos naturais, levando em conta o processo no qual está inserida, seu contexto e seus resultados, levem ao entendimento da complexidade das questões ambientais que precisam ser decididas. Isso reforça a dimensão da participação, compartilhamento e corresponsabilização para decidir quais cenários de sustentabilidade desejados.

O conceito pretende, portanto, integrar os seguintes fatores: uma reflexão crítica; o desenvolvimento de um processo participativo, múltiplo e democrático; a construção de uma percepção partilhada do problema em relação ao grupo de atores sociais envolvidos; e o reconhecimento das interdependências e das interações dos atores.

A crescente incorporação da dimensão socioambiental ao processo de gestão empresarial e nas políticas públicas envolve a discussão de múltiplos aspectos, que requer a incorporação de novos conceitos e métodos no qual as políticas, processos, práticas e programas se tornam partes integrantes da lógica de governança global.

Assim, além da responsabilidade social se incorpora a dimensão da sustentabilidade numa formação profissional que qualifique o formando a desenvolver práticas que agreguem os interesses dos *stakeholders*, e promova ações pautadas pela inovação e criatividade, sendo que comunicação e estratégias criativas e inovadoras de diálogo comunitário serão cada vez mais importantes.

Para tanto, quanto mais as ações de capacitação dialogarem com visões pautadas pela existência de riscos promovidos pela sociedade humana, denominados de efeitos antrópicos, maiores serão as possibilidades de formar atores sociais mobilizadores e multiplicadores nos diversos setores da sociedade.

No entanto para quebrar o hiato existente entre o reconhecimento da crise social e ambiental e a construção real de práticas capazes de estruturar as bases de uma sociedade sustentável, coloca-se a necessidade de fortalecimento de comunidades de prática e da Aprendizagem Social. Estes são caracterizados como processos que permitam ampliar o número de pessoas no exercício deste conhecimento e a comunicação entre essas pessoas, de modo a potencializar interações que tragam avanços substanciais na produção de novos repertórios e práticas de mobilização social para a sustentabilidade.

A abordagem da governança representa um repensar das formas inovadoras de gestão, articulando o elemento político, que consiste em balancear os vários interesses e realidades; o fator credibilidade, por meio de instrumentos que apoiem as políticas, e faça com que as pessoas se reconheçam na formulação e implementação de ações voltadas à resolução concreta dos problemas socioambientais e nas múltiplas dimensões envolvidas.

O processo de governança envolve múltiplas categorias de atores, instituições, inter-relações e temas, cada um dos quais suscetíveis a expressar arranjos específicos entre interesses em jogo e possibilidades de negociação, expressando aspectos de interesse de coletividades, com ênfase na prevalência do interesse comum. Configura a construção, muitas vezes de forma controversa, das condições para a definição de novos espaços institucionais, para as relações entre peritos e leigos, técnicos e usuários, e entre os setores público e privado.

Nesse sentido, a Aprendizagem Social implica em promover mais colaboração e desenvolver práticas comunicativas que estimulem um engajamento cooperativo e não diretivo dos diversos atores envolvidos. O que se pretende é que estes atores disponham de instrumentos e de novas habilidades para maximizar os benefícios da sua participação. Isto abre caminhos para incrementar o potencial de fortalecer espaços de diálogos horizontalizados, de aprendizagem, mediando experiências de diferentes atores sociais.

Pressupõe atuação em rede, atuação integrada e o ganho de poder dos atores envolvidos na gestão, interagindo com os tomadores de decisões. O fortalecimento da governança ambiental pode ter muitas estratégias (institucionais ou não), como as arenas de negociação, as práticas educativas e a participação da sociedade civil, ferramentas para contribuir para o processo de construção de tomada de decisão compartilhada.

O atual debate sobre governança reconhece a necessidade de ampliação do número de atores a serem envolvidos na gestão pública e impulsiona novas formas de articulação político-administrativa, frequentemente se aproximando da estrutura de

rede como princípio básico de organização, fenômeno crescentemente assimilado pelo atual debate sobre governança.

Isto demanda aumentar o grau de interação dos diversos atores sociais, o que se faz necessário enquanto concepção de governança interativa. Assim, coloca-se a necessidade de os gestores públicos promoverem condições favoráveis para que as interações dos diversos atores sociais, imprescindíveis para lidar com a diversidade, dinâmica e complexidade, possam ocorrer. Neste sentido, é fundamental o papel dos governos junto às instituições e estruturas de participação, na definição de princípios normativos que norteiem a dimensão intencional da governança.

Portanto, coloca-se a necessidade de estimular condições de responsabilidade (*accountability*), através do envolvimento e da participação da sociedade civil organizada e dos cidadãos na formulação, implementação e no controle das políticas públicas.

Participação responsável e fortalezas do cenário escolar: o caso cubano

A educação em Cuba é uma das conquistas principais do projeto de desenvolvimento social. Ela tem tido uma alta prioridade desde o desenho de políticas públicas e também por sua reconhecida interação com diversas instituições, sendo a escola cubana um cenário por excelência com capacidade para a multissetorialidade como premissa para nortear o trabalho educativo que requer atualmente a formação de um ser humano com capacidades e habilidades de coexistência entre seus semelhantes e com o meio ambiente.

A introdução da problemática ambiental na agenda escolar está desenhada através de estratégias nacionais. No entanto, a relevância, atualidade e importância do tema exige uma revisão da eficácia de sua implementação. Em muitos países os pesquisadores avançam nas alianças que desde a compreensão de saúde escolar sustentadas na escola, tornam viáveis modelos, estratégias e ações para assumir e encarar desafios que, sem escolha, provoca a mudança climática. Não aguçar o olhar crítico que facilite apreciar as diferenças que gera o acesso e o uso da água potável, expressado na escola e no seu impacto na saúde escolar das crianças faz com que as ciências sociais estejam de costas face a uma realidade que exige ser atendida e que oferece múltiplas leituras das desigualdades e posições na estrutura de classes de um país.

Pensar em uma escola comprometida, e com a clareza de sua responsabilidade na formação ética e nos valores suscitam esta pesquisa. A existência de um Programa Diretor de Promoção e Educação em Saúde no Sistema Nacional de Educação e no Sistema Nacional de Saúde, expressa a vontade política da nação. No entanto, a efetividade, compreensão e verificação dos impactos das mesmas na concepção do mundo que a escola consegue nas novas gerações de cubanos é ainda uma disciplina pendente.

Existe um conflito solapado entre a colocação em nível das políticas e dos fatos. Já são identificados os esforços mobilizados pelos programas de desenvolvimento em coordenação com as agências para o cuidado do meio ambiente e outros, mas são diversos os atores sociais que participam. Não existe um consenso em como desenhar um trabalho harmonioso sem contradições em nossa realidade. As instituições

encarregadas, a família, a comunidade, os governos locais apostam em diferentes níveis e instâncias por múltiplas ações. E é nesse cenário onde o papel da escola pode ser ainda mais importante.

Agora é que percebemos bem o forte vínculo que existe entre uma boa saúde, o desempenho acadêmico e a conclusão dos estudos. A saúde escolar e os programas educativos contribuem para a consecução da Educação para Todos e dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

Ter maior clareza levou a ter melhores programas escolares que ajudaram as comunidades locais e os países a promoverem estilos de vida e ambientes saudáveis no combate contra as doenças transmissíveis, a diarreia, as infestações por parasitos, as doenças sexualmente transmissíveis incluindo o HIV. Os programas escolares tornaram-se agentes de mudança importantes para abordar os fatores de risco das doenças não transmissíveis, os hábitos de alimentação inadequados e o consumo de charutos, bem como para promover a saúde mental e reduzir o uso do álcool e de drogas ilícitas, a violência e as lesões.

As práticas efetivas incluíram enfoques que combinam a educação para a saúde tradicional com enfoques mais integrais que envolvem a toda a escola na criação de ambientes físicos, sociais e de aprendizagem de apoio e reúnem os recursos dos pais, das comunidades locais e das organizações.

Atualmente as estratégias escolares de promoção de saúde são melhor desenhadas para satisfazer as necessidades de regiões específicas e abordar assuntos de saúde.

Enfrentar os desafios atuais e emergentes evidencia como acontecem os avanços desde o desenho das políticas e de ações, mais ainda resta muito por fazer. Os

esforços dos organismos internacionais que dirigem sua atenção para o tema identificaram cinco desafios chave para manter o progresso em todas as regiões e países:

1. Construir evidência e experiência
2. Fortalecer os processos de implementação
3. Reduzir as desvantagens sociais e econômicas – promover a equidade
4. Aproveitar a influência da mídia
5. Melhorar as alianças entre diferentes setores e organizações

Cuba tem um Programa Diretor de Promoção e Educação para a Saúde no Sistema Nacional de Educação. Este programa é uma mostra da vontade política e da decisão do Ministério da Educação de que "é preciso trabalhar para que (...) os problemas de saúde estejam integrados no processo pedagógico e que parte de nossa Pedagogia e de nossa Educação seja educar nossas crianças e jovens para que sejam cidadãos mais sadios, plenos, para que tenham uma noção da vida qualitativamente superior."

O objetivo central deste programa é contribuir para fomentar uma cultura em saúde que se reflete nos estilos de vida mais saudáveis de crianças, adolescentes, jovens e trabalhadores no Sistema Nacional de Educação. Os seus objetivos são:

Fortalecer o tratamento dos objetivos de saúde através dos conteúdos dos programas dos diferentes tipos de ensino.

Contribuir para a formação de valores, o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades, hábitos e condutas saudáveis nas crianças e adolescentes para que sejam capazes de assumirem uma atitude responsável perante a saúde pessoal e coletiva.

Estimular o aperfeiçoamento contínuo do pessoal docente em exercício e em formação sobre Saúde Escolar.

Desenvolver trabalhos e pesquisas científicas que contribuam para o enriquecimento teórico, prático e metodológico do trabalho de Promoção e Educação para a Saúde no âmbito escolar.

O programa diretor nacional declara que a partir de um diagnóstico efetuado e baseando-se nos dados oferecidos por diferentes fontes, os eixos temáticos fundamentais a tratar são os seguintes:

- A. Higiene pessoal e coletiva
- B. Educação Sexual
- C. Educação Nutricional e Higiene dos alimentos
- D. Educação contra o tabagismo, contra o alcoolismo e contra as drogas
- E. Prevenção de acidentes e educação viária
- F. Medicina Tradicional e Natural
- G. Comunicação e convivência

Pode-se observar que a aproximação ou consideração dos agentes do meio ambiente não estão explicitamente declarados, no entanto, o sistema escolar também tem uma estratégia nacional de meio ambiente.

O desencontro entre a concepção de saúde escolar e a estratégia com a estratégia meio ambiental, a ausência de estudos multidisciplinares, e um enfoque que não põe ênfase no aspecto social em suas propostas, deixando a concepção de análise e

estratégias só ao âmbito pedagógico, tem sérias limitações para projetar uma mudança na concepção do mundo dos meninos e meninas em Cuba.

A experiência e trajetória escolar são mediadas por muitas outras variáveis, além de sua origem social. Observar como interatuam de maneira complexa a classe social, o gênero, a etnia, a localização geográfica, a organização familiar, a situação de deficiência física permanente ou temporária e inclusive como intervêm elementos mais conjunturais e provisórios como a posição que se ocupa na estrutura social segundo o responsável e encarregado da educação na família, se parte dessa família estiver desempregada segundo a idade, gênero e setor, são fatores que irão alterar as trajetórias sociais e provavelmente as educativas. Outros elementos que têm cada vez maior peso na trajetória vital dos jovens pobres são: a experiência com a justiça e a polícia e geralmente com atividades ilegais. Isto é incluído no tema como “violência e indisciplina escolar”, mas as estratégias de intervenção deveriam ser associadas, em nossa opinião com as políticas de integração social, cultural e econômica.

Por isso, outro aspecto da análise é considerar e repensar a relação entre o sistema educativo, saúde e desigualdade, o que implica também analisar a ação escolar e sua relação com a saúde. A relação entre o sistema educativo, o sistema de saúde e a desigualdade é um tema complexo para qualquer de nossos países.

CONCLUSÕES

Não são poucos os desafios, e principalmente as estratégias que devem ser pautadas por uma revisão da governança que promova transparência, responsabilidade e

efetividade. Neste contexto, a cooperação e inovação por meio de práticas participativas e coordenação entre políticas públicas e atores que permita avançar na governança e isto implica em construir relações no contexto da política, dos interesses políticos e das propostas de políticas, enfatizando três fatores: credibilidade, intersetorialidade e instrumentos adequados para viabilizar a implementação das propostas de ação.

Para tanto se faz necessário, o fortalecimento dos *decision makers* dos setores público e privado no contexto das mudanças globais, através de programas de capacitação para a liderança no processo decisório integral nos aspectos interrelacionados e interdependentes que se tornam estratégicos face às mudanças climáticas e seus aspectos associados com desenvolvimento sustentável, economia, política e sociedade.

Difundir o modelo pedagógico e implementar a política universal que privilegia a educação cubana, pode ser mencionado como importantes experiências e iniciativas desenvolvidas pela escola cubana, em coordenação com as instituições públicas. Porém, para a saúde, governança ambiental e participação social contra riscos, vulnerabilidades e mudanças climáticas e necessário encontrar o intermédio e o consenso com o local, levando em conta as condições organizativas, curriculares e de funcionamento para atingir as mudanças que se precisam, e não constituem uma limitação para a consecução das metas que garantam uma adequada saúde escolar. Seria útil fazer uma comparação com outras experiências internacionais, analisando as características que sejam comuns e aquelas que nos diferenciam da relação entre educação, saúde e desigualdade em outros sistemas educativos contemporâneos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CRUTZEN, P. J. 2002. *Geology of mankind: the Anthropocene*. Nature 415:23.

GLASSER, H. 2007. Minding the gap- the role of social learning in linking our stated desire for a more sustainable world to our everyday actions and policies. In: Wals, A. *Social learning: towards a sustainable world*. Wageningen: Wageningen Academic Publishers.

JACOBI, P.R. 2012. Governança ambiental, participação social e educação para a sustentabilidade. In: PHILIPPI, A. et al. (Eds.) *Gestão da Natureza Pública e Sustentabilidade*. São Paulo: Manole.

JACOBI, P.R. (org.) 2000. *Ciência Ambiental e os Desafios da Interdisciplinaridade*. São Paulo: Annablume.

ROCKSTRÖM, J.; STEFFEN, W.; NOONE, K.; PERSSON, A.; CHAPIN, F.S.III.; LAMBIN, E. et al. 2009. Planetary boundaries: Exploring the safe operating space for humanity. *Ecology and Society*, v.14, n.2.

WALS, A. 2007. *Social learning: towards a sustainable world*. Wageningen: Wageningen Academic Publishers.

III EDUCACIÓN AMBIENTAL Y APRENDIZAJE SOCIAL DESDE LA PROMOCIÓN DE SALUD ESCOLAR: EXPERIENCIAS Y PRÁCTICAS SOBRE ESTUDIO DE CASO EN ESCUELAS DE BRASIL Y CUBA⁴

Bárbara Yadira Mellado Pérez

Pedro Roberto Jacobi

Maria Aparecida Pimentel Toloza Ribas

RESUMEN

El análisis reflexiona sobre cómo el aprendizaje social transversaliza la promoción de salud en el ámbito escolar, resultado de la interacción de las prácticas educativas innovadoras expresadas en acciones del Programa de Salud Escolar y la Escuela Promotora de Salud. Marcados por la participación y concientización, ese proceso posibilita alcanzar calidad de vida socioambiental en un flujo de acciones para la salud escolar. Referenciamos un estudio de caso, desarrollados en escuelas de Brasil y Cuba, presentando los principales resultados que nos responden a cómo establecer relaciones entre aprendizaje social y promoción de salud partiendo de dimensiones y especificidades de los programas de salud escolar y promoción de salud, así como identificar insuficientes relaciones interinstitucionales, y prácticas poco

⁴ SemiEDU/2019. *Educação ambiental y aprendizaje social desde la promoción de salud escolar: estudio de caso en escuelas de Brasil y Cuba*. In: Seminário Educação 2019- SEMIEDU 2019, 2019, CUIABA. SEMIEDU 2019 Debates sobre educação, pesquisa e inovação. 2019

transformadoras e innovadoras que limitan la sostenibilidad y eficiencia de esos programas.

INTRODUCCIÓN

La escuela del siglo XXI enfrenta desafíos que transforman de forma rápida los procesos reconocidos como formación y socialización de niños y jóvenes. La coexistencia en contextos globalizados de cultura, ideología, política, y obviamente concepciones de comunidad que redefinen roles de grupos, de impacto de los medios de comunicación, y nuevas dinámicas urbanas y rurales. Esa reflexión coloca la atención en nuevos procesos de aprendizaje. Los procesos que no son suficientes si quedan en planos individuales, en la creación de capacidades técnico-profesionales, sin repercutir en la sociedad, o en el desarrollo de la vida y las relaciones humanas de los individuos.

La diversidad de problemas asociados a conflictos socioeducativos que inciden en el desarrollo humano, la calidad de vida, la prevención de enfermedades y la promoción de salud, tienen mucho en común con expresiones de exclusión en diversas formas. Manifestaciones de bullying escolar, de desigualdad y discriminación de sexos, raza, nivel adquisitivo, entre otras que trascienden los espacios escolares, hoy se convierten en prácticas de vida, con consecuencias para la convivencia, la armonía y tolerancias en la sociedad diversa en que vivimos.

Esas consideraciones son más enfáticas en el contexto de América Latina, sustentado en una historia de colonización, y visiones del mundo eurocéntricas. A decir de Giroux,

(...) la emergencia histórica de "nuevos" escenarios para la Pedagogía, sobrepasando los tradicionales linderos escolares que la monopolizaban, se

remonta a los años sesenta en Latinoamérica con las experiencias educativas lideradas por comunidades e instituciones, con ideales liberacionistas en contextos de marginación, explotación económica y dominación política. (GIROUX,1997)

Cambios notables, modificaciones de prácticas y currículo, dinamizan el concepto de aprender. Dejando de ser por definición una función solo de la escuela. Ahora son parte las tecnologías, los e-books, los profesores virtuales, cualquier edad es adecuada para hacer un curso, y en particular los profesores no tienen más la palabra final. Su rol se desplaza a mediadores de un proceso de enseñanza-aprendizaje que no es unilateral.

Este fenómeno que toma forma en la actualidad recuerda que antes de existir la forma "escuela", las sociedades aprendían y se socializaban por medio de otras agencias culturales, como la familia, las cofradías, los gremios de artesanos donde se transmitía el saber de los oficios a las nuevas generaciones, la comunidad local con sus tradiciones y la parroquial, entre otras. (DUARTE, 2003, p.97-113)

Entre esos desafíos la pedagogía está llamada a incorporar dinámicas y didácticas, que desarrollen prácticas y aprendizajes para contextos escolares y no escolares. Debates sobre género, sexualidad, religiosidad, crisis migratorias, raza y desigualdades, por mencionar algunos. Sin embargo, varios de estos temas reciben abordajes que "naturalizan" y terminan en reducciones que no contribuyen a un pensamiento crítico. Un ejemplo, es la educación ambiental presentada en muchos escenarios como conocimiento sobre ecología en un sentido casi caricaturesco, refiriendo conocer la Naturaleza, desde aspectos geográficos como los ríos, montañas, etc., evadiendo un

análisis sobre ambiente comprometido, y claro de la realidad que hoy presentan contextos, territorios y regiones como resultado de los impactos y crisis climáticos.

El debate sobre la justicia ambiental también debe incluir el debate acerca del ambiente escolar, sobre las condiciones de trabajo en la escuela y sobre las propias condiciones de aprendizaje derivadas, en parte, de las condiciones de infraestructura existentes en las instituciones escolares.

No puede haber justicia ambiental si no hay justicia social y viceversa. Esto nos interpela como educadores, (...) en ciertas concepciones de la educación ambiental hay un desplazamiento del discurso hacia un énfasis excesivo en las conductas individuales y un llamado a las actitudes individualistas, como respuesta a la crisis ambiental. Esto despolitiza el debate y también despolitiza la educación ambiental. Bastaría con cambiar nuestras actitudes o nuestro estilo de vida para que, mediante la suma de los esfuerzos individuales, el mundo cambie. Claro que el esfuerzo individual es importante, pero el problema es más complejo. (GENTILI, 2012).

Considerando esos argumentos, el análisis de la Escuela Promotora de Salud, modificaciones aceleradas de patrones de alimentación, de comunicación, de convivencias. Nuevas enfermedades, impactos notables en la reproducción de dolencias prevenibles atentan contra la calidad de vida. Los niños y niñas en edad escolar deberían tener derecho a asistir a escuelas que puedan contribuir en gran medida a la salud y al bienestar presente y futuro. Sin embargo, relacionar ambientes de aprendizaje, prácticas escolares, para una promoción de salud y educación ambiental que posibiliten mayor calidad de vida, no es una expresión fácil de identificar en contextos educativos.

El movimiento de iniciativas internacionales que encabezan la Organización Mundial de la Salud (OMS), UNICEF, UNESCO, y otras oficinas nacionales que monitorean el comportamiento de enfermedades en edad escolar, han evolucionado. Hoy se cuenta con estrategias y programas que, aunque sus nombres se modifican de un país a otro, coinciden esencialmente en la necesidad de una escuela con enfoque integral en la formación, reconociendo que la vida de la comunidad escolar en todos los aspectos, son potencialmente importantes para la promoción de la salud.

El asunto de promover salud, y modificar estilos de vida, trasladando una comprensión adecuada de la concepción de salud, no admite acciones desconectadas, sin integración. La existencia en las escuelas de programas integrados, holísticos y de largo plazo tienen más probabilidades de lograr buenos resultados académicos y mejorar la salud que aquellos basados en la transmisión de información que se lleva a cabo en las aulas. Este análisis nos conduce a pensar en ese proceso que por excelencia puede tener lugar en el ámbito escolar: el aprendizaje Social.

Abrir un estimulante espacio para desarrollar procesos de articulación de acciones que tienen como premisa la noción de “aprender de conjunto para manejar y decidir conjuntamente los cambios y la gestión” está entre los desafíos de la escuela promotora de salud. (JACOBI, 2008, p.25-44)

Generar prácticas y comportamientos responsables, comprometidos con desafíos ambientales, de salud, culturas y contextos que expresen un aprendizaje social que transmitan una herencia para una calidad de vida, acontecen en la dinámica de relaciones que se establecen entre promoción de salud y aprendizaje social en una escuela. Ese es el objetivo de este trabajo que pretende responder cómo establecer

relaciones entre aprendizaje social, las prácticas educativas innovadoras y la calidad de vida socioambiental. La finalidad es identificar las dimensiones y especificidades de los programas de salud escolar, y de la escuela promotora de salud en análisis de contexto de dos realidades, en escuelas de municipios peri-urbano de la region metropolitana de São Paulo en Brasil y de municipios periféricos de La Habana, capital de Cuba.

METODOLOGÍA

Experiencias y aprendizajes de los estudios de caso en los contextos de Brasil y Cuba

El predominio de la estrategia de triangulación metodológica, utilizados en la elaboración de los diagnósticos y caracterización, y diversas técnicas participativas y de consenso para trabajo en grupo, permitió combinar perspectivas de análisis metodológicas cualitativos y cuantitativos. El tiempo disponible y la movilidad de un contexto nacional a otro, fue un desafío teórico y práctico. Sin pretensión de establecer un estudio comparado, aproximaciones metodológicas y contextuales permitieron resultados y conclusiones de valor y generalización. Se identificaron dimensiones, regularidades e interacciones de los contextos escolares estudiados en Cuba y Brasil.

Se presentan prácticas educativas que defienden dialogo entre saberes, especialmente cuando inciden en concepción y comprensión de realidades que impactan la vida y sobrevivencia humanas. La búsqueda del diálogo cambio climático, ambiente, salud, calidad de vida y educación se inscribe como una pos-normalidad y requiere innovar en currículo, dinámica, didáctica y evaluación del proceso de

formación. No va a acontecer un milagro, sin considerar el nivel de preparación de docentes, la concepción de aprendizajes en ambientes más allá del espacio escolar, y las políticas educativas que integren acciones de crecimiento y desarrollo humano, en armonía con la naturaleza.

El estudio desarrollado en escuelas y ambientes escolares en contextos sociales comunitarios seleccionados intencionalmente, en el caso de La Habana/Cuba, fueron dos escuelas en zona periurbana en los municipios Arroyo Naranjo, Barrio El Eléctrico. Y en el municipio Playa, Barrio Buena Vista. En São Paulo/Brasil, las dos escuelas ubicadas en el municipio Ibiúna, ubicadas en zona periurbana/ rural en los barrios Vargem do Salto e Lageado, Los criterios de selección muestral procuraron escuelas que las comunidades beneficiadas fueran contextos socioeconómicos con vulnerabilidades sociales, y explícitas dificultades para el acceso al agua. En los dos países coinciden ser de la zona periurbana a las grandes metrópolis, Habana y São Paulo.

Las preguntas motivadoras del estudio se elaboraron en aras de conseguir objetivos como:

- Analizar, describir, comprender y explicar la promoción y acción de salud escolar a partir del dominio y contribuciones del maestro en la escuela.
- Caracterizar la Escuela de estudio, a partir de las relaciones y condicionantes del territorio y su contexto.
- Identificar los principales problemas de salud escolar y calidad de vida socioambiental relacionados con el que dependen del acceso y uso del agua, relaciones con las desigualdades de género y territorio.

- Implementar prácticas educativas innovadoras para integrar conceptos, conocimientos, participación, gestión y solución a problemas de salud escolar identificados y asociados a los ejes de análisis.

Fue conveniente la combinación de técnicas cualitativas y cuantitativas, aplicándose: Observación no participante, Entrevista, Cuestionario auto-suministrado y Grupo de discusión, identificando como tipo de Investigación la Exploratoria-Correlacional. Con una Muestra Poblacional en el caso de Cuba dos escuelas, de nivel de enseñanza primaria, niños desde 6 hasta 11 años, con un equipo de profesores con nivel universitario de formación. Los datos en ese caso corresponden a 24 profesores, y 276 niños. En el caso de Brasil dos escuelas (RIBAS, 2017), de nivel de enseñanza fundamental (primaria). Los datos en ese caso corresponden a 16 profesores, y 216 niños.

Al identificar especificidades del contexto de estudio para cada caso, se siguieron criterios para entender salud escolar en el ámbito de las normativas y regulaciones de cada país, y en qué forma se conciben las estrategias nacionales, locales y escolares en su conexión con la escuela promotora de salud. Por ejemplo, la salud escolar, en el sistema de trabajo metodológico de la escuela cubana, está concebida como un Programa Director de Promoción y Educación para la Salud en el Sistema Educativo, el cual tiene como propósito: *“Contribuir a fomentar una cultura en salud que se refleje en estilos de vida más sanos de niños, adolescentes, jóvenes y trabajadores en el Sistema Nacional de Educación”* (MINED/MINSAP, 1999).

El aprendizaje social y la interdisciplinariedad en educación ambiental

El aprendizaje es motivo de innumerables estudios basados en teorías psicológicas, pedagógicas, biológicas y otras que provienen de abordajes sociológicos, antropológicos y filosóficos. El concepto de "Aprendizaje Social" remite a la Psicología, siendo el término propuesto por Bandura (citado por GLASSER, 2007, pp. 49) para referirse *al proceso de desarrollo cognitivo (aprendizaje) de los individuos en el contexto social* (JACOBI, 2008, pp. 25-44). Ese abordaje integra las relaciones entre las esferas subjetivas e intersubjetivas, ampliadas a las posibilidades de constituir identidades colectivas en espacios de convivencia y debates. Esta idea abre los caminos para incrementar el potencial de fortalecer espacios de diálogos horizontales, de aprendizaje y del ejercicio de la democracia participativa, mediando experiencias de diferentes sujetos autores/actores sociales locales en la construcción de proyectos de intervención colectivos. (JIGGINS; RÖLING; SLOBBE, 2007, pp. 419-433).

Para este estudio asumimos la concepción de *Aprendizaje Social*, como ese aprender conjunto, para manejar decisiones y enfrentar desafíos y cambios en la gestión. Su alcance se fortalece con el objetivo de pensar la escuela promotora de salud en su relación con el aprendizaje social. Este abordaje se vuelve posible cuando se entrega a la pedagogía diferentes conocimientos e interdisciplinariedad, para entender estrategias normativas y regulaciones, los contextos y dinámica social que condicionan la vida, los actores, los contenidos y desafíos a enfrentar.

Diversos estudios defienden el carácter interdisciplinar o multirreferencial de la educación (ROJAS SORIANO, 2000; ZEMELMAN, 1998; TORRES SANTONMÉ, 2000). La complejidad que envuelve la realidad a estudiar se debe concebir en la idea de

articulación disciplinaria, *"en la medida en que nos coloca frente a una realidad que va más allá de los contenidos [o límites] disciplinarios"* (ZEMELMAN, 1998, pp. 94), donde esta articulación da lugar a un pensar histórico como capacidad del hombre para influir sobre la realidad o construirla.

La posibilidad de formular modelos de investigación integradores; hacer coincidir aportes de todas las especialidades posibles de integrarse en un equipo de trabajo, facilitará diseñar una propuesta metodológica más consistente desde el punto de vista teórico para el análisis e interpretación de los fenómenos sociales (ROJAS SORIANO, 2000, pp. 29) y de lo educativo; y articular especialidades, van a contribuir a un conocimiento troncal (Zemelman, 1998, pp. 100) que va a rescatar el excedente de realidad que escapa a lo unidisciplinar (CACHÓN, 2018).

Pensar el aprendizaje social remite a prácticas educativas de carácter complejo. Esencias colaborativas y participativas, para la concepción de escuelas promotoras de salud, construir una cultura de diálogo, es un paso determinante solo a través de interdisciplinaridad desde enfoques sistémicos y complejos de conocimiento. También implica que los participantes acepten la diversidad de intereses, de argumentos, de conocimientos, y que perciban que un problema tan complejo como la salud humana puede ser resuelto a través de prácticas colectivas, que se sustentan en la diseminación de información, conocimiento y actividades en redes. (WALS, 2007, pp. 18-19).

La lógica conceptual que tomamos como referencia sostiene que el aprendizaje conjunto es fundamental para que las tareas comunes y la construcción de consensos considere cada contexto y sus resultados; siendo posible lleven al entendimiento de la

complejidad de las cuestiones comunitarias, locales y ambientales que precisan ser decididas. (HarmoniCOP, 2003a, 2003b). Ello presupone la contribución de diferentes conocimientos, interdisciplinariedad y transversalidad.

La Escuela promotora de salud y la concepción de salud en la educación ambiental

La escuela entre sus funciones tiene el desafío de afrontar la búsqueda constante de una calidad de vida superior. No son sólo suficientes los intentos de transmitir contenidos y habilidades. Ya Delors desde 1996 en “Los cuatro pilares de la educación” declaraba sobre la necesidad de que la escuela ofreciera un conocimiento para: *aprender a conocer*, es decir, adquirir los instrumentos de la comprensión; *aprender a hacer*, para poder influir sobre el propio entorno; *aprender a vivir juntos*, para participar y cooperar con los demás en todas las actividades humanas; por último, *aprender a ser*, un proceso fundamental que recoge elementos de los tres anteriores (DELORS, 1996, pp. 91-103).

La OMS en su informe de 2007 alertaba que: se debe involucrar a la comunidad escolar en las decisiones sobre la combinación de estrategias más relevante, las políticas escolares, y las formas de mejorar los ambientes físicos y sociales de éstos. Enriquecer las relaciones entre la escuela, los padres y la comunidad local constituye un desafío.

En la actualidad en esta organización, trabajan la estrategia mundial sobre régimen alimentario, actividad física y salud; y son interesantes los resultados de la Encuesta Mundial de Salud a Escolares (GSHS), instrumento para la vigilancia del proyecto de

colaboración diseñado para ayudar a los países a medir y evaluar el comportamiento de los factores de riesgo y factores protectores en 10 áreas clave que impactan los escolares, especialmente adolescentes: Consumo de alcohol, Comportamiento alimentario, Consumo de drogas, Higiene, Salud mental, Actividad física, Factores de protección, Comportamientos sexuales, Consumo de tabaco, y Violencia y lesiones no intencionales (OMS, 2018).

Esas estrategias y áreas claves constituyen base de los programas de salud escolar. La necesidad de implementar programas comunitarios para el desarrollo local, la salud escolar, el cuidado medioambiental y la promoción cultural, se convierten en ejes para pensar acciones que permitan mitigar las desventajas socio-económicas que se muestran en diferentes regiones y comunidades, instituciones escolares y de salud, medioambiental, y otras; a fin de promover la equidad.

De ahí la relevancia de seguir acompañando el modelo de las escuelas como promotoras de salud, que como se conoce buscó integrar una tradición histórica (los programas de salud escolar, orientados a la prevención y protección) con una serie de enfoques complementarios que incluían:

- Educación para la salud con base en metodologías activas de enseñanza aprendizaje.
- Servicios de salud en el contexto de los programas de salud escolar y enfatizando en la detección temprana de los problemas más frecuentes,
- Políticas escolares saludables y mejoramiento del ambiente escolar.
- Activa participación de los niños, sus familias y la comunidad para incrementar la conciencia acerca del vínculo que une salud y educación con el

ambiente y los estilos de vida de quienes “trabajan, aprenden y viven en la escuela”.

Estos enfoques se mantienen en la actualidad, sumando otros esfuerzos innovadores, un perfeccionamiento de los currículos, mayor capacitación de profesores y una educación ambiental que de cuentas de esfuerzos interdisciplinarios. La oportunidad de declarar una escuela promotora de salud, y conectar con la situación de salud escolar, permite como plantea la declaración de Vancouver fortalecer el vínculo entre salud, educación y desarrollo, y se mencionan como ejes (OPS-OMS, 2007):

- Construir evidencia y experiencia o Fortalecer los procesos de implementación
- Mitigar las desventajas sociales y económicas promoviendo la equidad
- Aprovechar la influencia de los medios de comunicación
- Mejorar las alianzas entre diferentes sectores y organizaciones.

Esa iniciativa de Escuelas Promotoras de Salud, iniciada en 1995, propone la convergencia de conceptos renovados del vínculo entre salud y educación y con el ideario de promoción social y participación comunitaria que emergió en la Carta de Ottawa, hace ya más de 20 años. (OMS, 1986).

Entre las tareas más complejas se destaca la introducción de la comprensión de salud, ya sea individual, organizacional o de un grupo determinado. Para la escuela implicó asumir una concepción y definición que promovió la Organización Mundial de la Salud (OMS) en 1946, desde su fundación.

Definiendo salud como *"...un completo estado de bienestar físico, mental y social, y no solamente la ausencia de afecciones o enfermedades"* (TORRES, 2013, pp. 17). Y es a partir de esta definición, el momento en que se legitima el componente social de la salud desde las instituciones internacionales. Legado que asumió la Organización Panamericana de la Salud (OPS), el Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo (PNUD) expresado anualmente en sus Informes de Desarrollo Humano (IDH), constituyendo variable esencial la salud.

Al definir salud como partida de un enfoque integrador, se revela que el sector de salud no puede actuar en solitario, porque la mayoría de los factores determinantes de la salud provienen del contexto social. Sumado a lo antes expuesto permite la creación de un enfoque intersectorial, o interdisciplinar.

Farinas (2005) afirma que la salud no es un estado estático y absoluto, es un fenómeno psico - biológico y social dinámico, relativo, muy variable en la especie humana. Corresponde a un estado ecológico-fisiológico-social de equilibrio y adaptación de todas las posibilidades del organismo humano frente a la complejidad del ambiente social.

Asumiendo esa concepción de salud, como esencia de la escuela promotora, resulta relevante desde el punto de vista investigativo para establecer una relación con el Aprendizaje Social. Tratase de un proceso que tiene sus especificidades y que asociamos a las prácticas educativas e innovadoras que deben caracterizar las acciones de la escuela. Sostenemos la cuestión de promoción de salud y calidad de vida socioambiental en el ámbito escolar, no puede ser efectiva sin participación, sin colaboración, sin aprendizaje social.

La existencia del Programa de Salud Escolar aparece como el conjunto de estrategias y definiciones que regularizan las acciones de esa promoción de salud, varían de un país a otro, pero en la revisión de estos se expresa la voluntad política de los gobiernos, las prioridades y preocupaciones esenciales, así como los principios y marcos normativos para definir la función de la escuela, en su vínculo con la sociedad y las instituciones correspondientes.

La estrategia metodológica y el desarrollo de los análisis en los casos de estudio en escuelas de Brasil y Cuba

a) La partida: el diagnóstico, caracterización e implementación.

El punto de partida fue basado en elementos que posibilitaron elaborar un *Diagnóstico de salud escolar para la calidad de vida socioambiental*, y se identificaron como objeto de estudio y para cada caso implicó, con el auxilio de diversas técnicas:

- Caracterizar la Escuela
- Identificar la situación de salud escolar
- Conocer el contexto social y sus vulnerabilidades
- Movilizar, coordinar y acompañar acciones de Educación y Salud promovidas por la escuela.
- Identificar Dimensiones y convergencias de salud escolar y calidad de vida socioambiental.
- Elaborar acciones basadas en prácticas pedagógicas innovadoras.

Considerando la complejidad de la problemática de estudio, fue identificada la necesidad de establecer interfases innovadoras durante todo el proceso. Las interfases implican en asistencia técnica (conocimientos, habilidades, herramientas), acompañamiento, difusión, promoción de aprendizajes y sistematización. También, en desarrollo de materiales, asesoría, investigación, monitoreo, evaluación y puesta en red de experiencias. Para lo cual es adecuado sean antecedidas por un nivel de organización, que implica movilización y coordinación entre sectores e instituciones. Y esto da paso a un nivel operativo, diseñado para la movilización y participación de la escuela y la comunidad, en todo el proceso.

De esta forma se identifica una serie de factores que pueden considerarse como determinantes en el proceso de implementación y transformación de políticas y prácticas de salud escolar, promoción de salud y calidad de vida socioambiental.

En la revisión de trabajos (WHITMAN, 2005; MERESMAN, 2007; MORALES, 2007) se observa y coincide en que estos factores son relativamente constantes, y no importa el país de análisis, o el escenario, si bien el “peso específico” de cada uno de ellos varía en función del contexto de implementación.

Y también la revisión de los programas de salud escolar, y la concepción de escuela promotora de salud, deriva tres dimensiones complementarias de análisis, procurando explorar aspectos que consideramos de especial interés para examinar la experiencia de implementación en el contexto latinoamericano. Estas dimensiones de análisis y sus fundamentos son:

- la estrategia de alianzas seguida por las escuelas,

- el carácter innovador y de sustentabilidad de las acciones y prácticas emprendidas,
- los aspectos de complejidad que intervienen en todo el proceso.

La principal finalidad de la Escuela Promotora de Salud es contribuir para el desarrollo de la salud y la educación, para la salud de sus alumnos y de la comunidad donde viven. La innovación se expresa en esa perspectiva de facilitar una educación para la salud, una educación ambiental, servicios de salud escolar, elaborar proyectos escuela-comunidad, contar con programas de promoción de salud, pensados para la nutrición y alimentación saludable, actividades deportivas para la educación física, programas de apoyo social y de salud mental, de forma que la escuela implemente políticas y prácticas que respeten y proporcione calidad y bienestar de vida.

Una escuela promotora de salud se caracteriza como una Institución que promueve un estilo de vida, de aprendizaje y de trabajo propicio al desarrollo de la salud. Según Navarro (1999) citado por Meresman (2007) las escuelas para seguir la filosofía y prácticas de las Escuela Promotoras de Salud (EPS) deben promover cambios en las siguientes dimensiones: Curricular, Psico-social, Ecológica, Comunitaria y Organizacional.

b) El análisis y discusión de los resultados:

Las prácticas educativas para la integración, intersectorialidad y participación son identificadas considerando diversos aspectos. Las manifestaciones y especificidades para cada caso de estudio, en la intencionalidad de observar la interacción educación-

salud-ambiente en el desempeño de la escuela promotora de salud, permiten consideraciones como:

- Referente a la existencia de programas de salud escolar, para los dos casos están formalmente diseñados, con predominio de bajo impacto referentes al conocimiento de éste, y en su implementación y aplicación asociado a realidades del contexto local.
- Sobre el predominio de alianzas intersectoriales formales, en el caso cubano tienen expresiones desde el nivel local hasta nacional. Para el caso de Brasil son inexistentes, teniendo lugar sólo desde iniciativas espontáneas por voluntad individual de profesionales. Ofreciendo poca efectividad en las actividades de prevención-promoción, activadas solo ante circunstancias extremas de epidemias, contingencias climáticas, o indicaciones gubernamentales. O ante la llegada de un proyecto o acción externa.
- La inexistencia de diagnósticos y caracterizaciones sobre problemáticas de salud locales, condicionantes sociales en salud, relación de enfermedades con el ambiente, análisis disciplinares y reduccionistas que no estimulan integración, intersectorialidad y participación, son expresión para el contexto brasileño. Siendo otra la realidad de Cuba, por encontrarse como parte del sistema nacional de salud pública, que se basa en la prevención de salud.
- Referente a las prácticas pedagógicas convencionales para problemáticas que superan comprensiones limitadas de fenómenos de carácter global, son limitadas las acciones para los dos estudios de caso. Asociadas a falta de

orientación, como parte de la verticalidad del sistema educacional cubano, y el desconocimiento y falta de motivación en el caso brasileño.

- Predomina el desconocimiento del valor de la innovación en la práctica educativa para transmitir conocimientos, relacionados con temáticas referentes a la relación ambiente-salud-aprendizaje.
- El falso mito de asociar y depender de la existencia de grandes recursos tecnológicos para introducir modificaciones en las prácticas pedagógicas. Ausencia de uso de audiovisuales, experiencias de utilización de las redes sociales para conocer y revelar la realidad de las comunidades, y espacios ambientales locales y territoriales.
- En los estudios de caso, se correlaciona la cuestión del consumo, hábitos, prácticas de higienización, y limitaciones severas de acceso al agua para desarrollar actividades cotidianas, con las enfermedades que predominan.
- Las enfermedades predominantes en el caso cubano son: EDA (Enfermedad diarreica aguda), ERA (Enfermedad respiratoria aguda), CAAB (Crisis aguda de asma bronquial), S. Febril (Síndrome Febril)
- En el caso brasileño se insistió en la relación salud - clima y su asociación con predominio de enfermedades provocadas por el ambiente. Entre varias demandas, se contó con la colaboración, asistencia, e iniciativa del Instituto Adolfo Lutz - Laboratorio de Sorocaba. De los 109 exámenes realizados, 30 resultaron positivo por la presencia de enteroparásita, 7 casos de multiparasitismo.

- En la investigación sobre las cuestiones de saneamiento, los resultados son que: 87% de los casos positivos tienen pozo "caipira" campesino, como origen del agua para consumo, y 13% de mina de agua.
- Para el consumo de agua, 63% consumen directo de pozo, 20% filtrada, 10% comprada e 7% directo de la mina.
- Con relación a los residuos domiciliarios, en muchos casos se utilizan de más de una forma, siendo el que predomina la colecta con camión y tanque, ocurriendo quema y lanzamiento al área verde, en 30% de los casos.
- Con relación al agua de lluvia fue constatado que la mitad de las calles donde viven los alumnos están inundadas y el 20% de ellas el agua entra en la residencia.
- En relación con las obras de saneamiento en la región, 60% de los alumnos tienen conocimiento, pero no saben cómo serán atendidos, si con redes de agua, redes de colecta de alcantarillado o con ambas.
- Ese análisis, desarrollado con un rigor metodológico y teórico descrito en el proyecto de investigación que referimos, permitió diagnosticar y caracterizar la urgencia en que la escuela necesita introducir prácticas innovadoras como acciones de prevención y promoción de salud y calidad de vida socioambiental, asociadas a las realidades contextuales.
- La interacción con las familias, la oportunidad de un escenario de participación e integración de saberes, abrió una ventana de encuentro entre expertos de diferentes instituciones y sectores, con comunidades y familias responsables. También con profesores que reciben ideas desconectadas de un

trabajo que solo puede ser efectivo de forma integrada y a través de prácticas que elimine muros, silencios, preconceptos, hábitos tóxicos y relacionamientos con el ambiente marcadas por incomprendiones o referencias externas, ajenas, al desarrollo pleno de bienestar y capacidades de los seres humanos.

c) Conclusiones: encontrando respuestas

- Para muchos alumnos, el único escenario de dialogo, transmisión de dudas, encuentro de respuestas y explicaciones a situaciones que generan malestar en la vida cotidiana, fue identificado sería el escenario escolar. Las dinámicas grupales con la familia, la interacción de profesores-familia-alumnos en el diseño de acciones para promover salud, enriqueció la comprensión de múltiples problemas con los que convive el ambiente escolar. La evaluación y devolución de aceptación fue positiva.
- En cuatro niveles diseñamos el flujo de acciones que garantizan participación y concientización en todo el programa de acciones expresadas en un proceso de aprendizaje continuo. El primero, parte de las prácticas educativas innovadoras, entiéndase profesores, currículo, métodos y metodologías de enseñanza, así como la identificación certera de demandas y fortalezas del contexto local. El segundo, permite elaborar, y alinear el programa de salud escolar y de la escuela promotora de salud, partiendo de realidades objetivas, caracterizando la situación escolar y sus vulnerabilidades asociadas al contexto local y desarrollo social. El tercer nivel, permite aproximar una concepción de calidad de vida socioambiental, obtenida de un trabajo

conjunto. Todos esos niveles acompañados transversalmente de un aprendizaje social continuo donde se manifiestan la participación, conciencia, y resiliencias correspondientes con las características y condicionantes de la realidad y ámbito escolar, como un cuarto nivel.

- El análisis problematiza, reforzando la necesidad de aprendizaje social, como consecuencias de las acciones previstas para la promoción de salud en la concepción de educación ambiental. Se argumenta que en futuros estudios se pueden diseñar estrategias e indicadores que pueden ser empleados en investigaciones que vinculen agua- salud escolar- calidad de vida socioambiental desde las prácticas que defienden las escuelas promotoras de salud.

CONSIDERACIONES FINALES

Al revelar la importancia de fortalecer prácticas educativas innovadoras que consigan dialogar con problemas que están marcados por condicionantes sociales de salud, educación y ambiente, y que deben ser atendidas, y consideradas por la escuela para promover cambios en las dimensiones: curricular, psico-social, ecológica, comunitaria y organizacional.

El desarrollo del trabajo de campo realizado en dos contextos nacionales diferentes, condicionados por vulnerabilidades semejantes de uso y acceso al agua potable, demuestra similares impactos en la salud escolar y la calidad de vida socioambiental. De forma intencionada se enfatiza en el examen de la contribución de la promoción de la salud no solo a la mejora de la salud y la equidad sanitaria, sino para la calidad

de vida socioambiental, y se utiliza una metodología de trabajo, que identifica dimensiones y prácticas de demostrada eficacia, que demandan la necesidad de participación y concientización conseguidas en un proceso de aprendizaje de convergencias.

Esos alcances estimulan el dialogo innovador, participativo y concientizador para conectar temas socioambientales, de salud y educación no deja espacio a dudas sobre su contribución a un aprendizaje social, que requiere innovar en currículo, dinámica, didáctica y evaluación del proceso de formación.

Al establecer las dimensiones sugeridas, de estrategia de alianzas, de acciones sustentables, capacidad de entender la complejidad que interviene, se contribuye en un proceso que pretende contribuir a la salud escolar y la calidad de vida socioambiental. Esto demanda un contexto global de desafíos permanentes demanda y precisa nuevas herramientas para incentivar y conseguir ampliar su alcance en aras de una vida mejor.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

CACHÓN, R. J. 2018. *Educación, Interdisciplinariedad y Pedagogía*. Consultado en 23/06/2018.

<http://www.comie.org.mx/congreso/memoriaelectronica/v09/ponencias/at08/PRE1178838372.pdf>

DELORS, J. 1996. *Los cuatro pilares de la educación*. Informe a la UNESCO de la Comisión internacional sobre la educación para el siglo XXI, Madrid, España: Santillana/UNESCO. pp. 91-103.

DUARTE, J. 2003. Ambientes de aprendizaje: una aproximación conceptual. *Estudios Pedagógicos Valdivia*, n. 29, p. 97-113, 2003. Disponible en Scielo.

FARIÑAS, T. 2005. *La evolución de la Epidemiología en Cuba: una reflexión*. 1995. Módulo de epidemiología y Salud Pública. Maestría de Salud Pública: Escuela nacional de Salud Pública.

GENTILY, P. Contrapuntos. El País. Justicia social, justicia ambiental y educación - Un diálogo con Moacir Gadotti sobre el Foro Social de Porto Alegre.

GIROUX, H. 1997. *Cruzando límites*. Trabajadores culturales, y políticas educativas. Barcelona: Paidós.

HARMONICOP. 2003a. Public participation and the European Water Framework directive. Role of Information and Communication Tools. Work Package 3 report of the HarmoniCOP project. P. Maurel, ed. K.U. Leuven - Centre for Organizational and Personnel Psychology.

HARMONICOP. 2003b. *Social Learning Pool of questions*. HarmoniCOP combined WP2/ WP3 deliverable. K.U. Leuven - Centre for Organizational and Personnel Psychology.

EL PAÍS. 2012. Disponible en:

https://elpais.com/elpais/2012/01/30/contrapuntos/1327887533_132788.html

JACOBI, P. R. 2008. Governança da Água e Aprendizagem Social no Brasil. *Sociedad Hoy*, núm. 15, 2008, pp. 25-44 Universidad de Concepción. Concepción, Chile.

JIGGINS, J.; RÖLING, N.; VAN SLOBBE, E. 2007. Social learning in situations of competing claims on water use. In: Wals, A., *Social Learning-towards a sustainable world*. Wageningen: Wageningen Academic Editors, pp. 419-433. 2007 (traducción autores)

MERESMAN, S. 2007. Escuelas Promotoras de Salud en el laberinto: del modelo a la implementación, publicado en el *blog de la Red Latinoamericana de Escuelas Promotoras de Salud*. <http://blog.irepsboletin.cl/>

MINED- MINSAP Colectivo de autores. 1999. *Programa Director de Promoción y Educación para la Salud en el Sistema Nacional de Educación*. Impreso por Molinos Trade. Primera edición, 1999. Cuba

OMS - <http://www.who.int/ncds/surveillance/gshs/es/> consultado 23/06/2018

OPS/OMS. 1986. Escuelas Promotoras de la Salud. Entornos saludables y mejor salud para las generaciones futuras. *Comunicación para la Salud* Número 13. Washington 1998 OMS, (1986) Carta de Ottawa para la Promoción de la Salud

OPS-OMS. 2007. *Promoción de salud, escuela y comunidad: el laberinto de la implementación* Notas y aprendizajes desde la experiencia Iberoamericana. Education Development Center (EDC), Centro Colaborador (OPS-OMS)
<http://escpromotorasdesalud.weebly.com/uploads/1/3/9/4/13940309/lab1.pdf>

RIBAS, M. A. P. T. (Coord.). 2017. *Medidas e ações educacionais no controle das parasitoses intestinais e na preservação do meio ambiente em comunidade rural sub-bacia Ribeirão Vargem do Salto Ibiúna / SP* - 2010. Ibiúna: Ação da Cidadania - Comitê Ibiúna, 2010a. (Projeto FEHIDRO 2010 SMT 203)

SemiEDU/2019. Educação ambiental y aprendizaje social desde la promoción de salud escolar: estudio de caso en escuelas de Brasil y Cuba. In: *Seminário Educação 2019- SEMIEDU 2019*, 2019, CUIABA. SEMIEDU 2019 Debates sobre educação, pesquisa e inovação. 2019

TORRES, C. G. M. 2013. *Promoción de la Salud en Sistemas Educativos*. OPS/OMS. La Habana. Cuba.

WALS, A. 2007. *Social Learning- towards a sustainable world*. Wageningen, Holland: Wageningen Academic Publishers. (traducción autores)

IV SALUD ESCOLAR Y RESPONSABILIDAD SOCIAL: CONVERGENCIAS PARA DIALOGAR EN LA ESCUELA CUBANA⁵

Bárbara Yadira Mellado Pérez

Pensar Salud Escolar en el contexto cubano, es una iniciativa que se inscribe en una realidad donde el derecho a la salud, la gratuidad de los servicios y la perspectiva de atención médica son refrendados en la Constitución de la República, artículo 8, y la Ley de la Salud Pública, artículo 4, que privilegian acciones para el bienestar de los ciudadanos. La red nacional Escuelas por la salud creada en 1996, con 97 instituciones, en 2016 alcanzó 876, es una red consolidada y funciona, muestra la cooperación entre los Ministerios de Educación y Salud Pública, se ampara en el Programa Director de Promoción de Salud (PS), y Educación para la salud (EpS) del Sistema Nacional de Educación, su objetivo es fomentar una cultura en salud y estilos de vida sanos en niños, adolescentes, jóvenes y trabajadores. (SANABRIA, 2001)

No obstante, a esa realidad, considerada privilegiada, la necesidad de reflexión sobre la relación escuela promotora de salud y el programa de salud escolar, va a revelar diversas realidades, necesidad de actualización, y comprensión del momento histórico actual, para defender la idea original de estos programas (PS e EpS), que se fundamenta en acciones integradas, interdisciplinarias y dirigidas a las comunidades y situaciones locales.

⁵ Artículo Inédito. Recibido y aceptado para publicación en la Revista Cubana de Salud Pública (RCSP)

Es en ese análisis que colocamos los enfoques de responsabilidad social, observados en ambiente escolar, y delimitamos como problema *¿Cuáles son las convergencias entre acciones de la escuela promotora de salud, las prácticas educativas innovadoras y enfoques de responsabilidad social que deben ser considerados en el Programa de Salud Escolar en las escuelas cubanas?*

MÉTODO

El **tipo de investigación** corresponde a un estudio de carácter exploratorio, descriptivo y observacional con la finalidad de responder *¿Cuáles son las convergencias entre acciones de la escuela promotora de salud, las prácticas educativas innovadoras y enfoques de responsabilidad social que deben ser considerados en el Programa de Salud Escolar en las escuelas cubanas?*

Como **guía y motivación en la lógica metodológica** para responder al problema y atender el objetivo de *identificar las convergencias entre las acciones de la escuela promotora de salud, las prácticas educativas y enfoques de responsabilidad social que considera el Programa de Salud Escolar en las escuelas cubanas*, elaboramos las interrogantes siguientes:

- 1) *¿Cuál es la comprensión y concepción de los profesores sobre promoción de salud y prevención de enfermedades asociadas a acciones del programa de salud escolar?*
- 2) *¿Cuáles prácticas educativas innovadoras permiten integrar conceptos, conocimientos, participación, gestión y solución a problemas de salud escolar?*

- 3) ¿Cómo las condiciones del territorio y el contexto de la Escuela inciden en sus características y el tipo de relaciones que ella establece?
- 4) ¿Qué aspectos de la promoción de salud pueden ser asociados a la responsabilidad social para fortalecer el programa de salud escolar?

El período y lugar de la investigación corresponde 1 año, coincidiendo con el período de curso escolar (2015-2016), para el estudio se seleccionaron documentos y materiales normativos y de regulación, que organizan las estrategias de trabajo del Ministerio de Educación y de Salud en Cuba, constituyendo fuente de datos para análisis de documentos e identificación de etapas y evolución de la concepción y programa de salud escolar. Definiendo así las variables, unidades de análisis y dimensiones del análisis.

En la definición de población y grupo de estudio, se delimita el universo conformado por 51 escuelas que son subordinadas al MINED (Ministerio de Educación), del nivel de enseñanza primaria. Todas ubicadas geográficamente en el municipio Arroyo Naranjo, de la Provincia La Habana. La muestra fue de 1 escuela, seleccionada de forma intencional, respondiendo al criterio de identificación y selección según tres dimensiones: territorialidad, nivel de enseñanza, y características socioeconómicas y contextuales, lo cual permitió obtener indicadores y fue basado basados en estadísticas oficiales. (ONEI, 2017)

De esta forma se logra caracterizar el contexto social comunitario e identificar las variables, dimensiones y unidades de análisis, así como la escuela para el Estudio de Caso fue la primaria "Jesús Hernández Alfonso" respondiendo a las definiciones siguientes:

Territorio: situada en la Habana/Cuba, en zona periurbana del municipio Arroyo Naranjo, Barrio El Eléctrico.

Nivel de enseñanza: Escuela Primaria (primero a sexto grado)

Características socioeconómicas y contextuales: Alta vulnerabilidad social y económica, receptora de migrantes nacionales con viviendas de temporalidad por ser un municipio en la periferia del centro de mayor desarrollo económico y social.

El **grupo de estudio** quedó constituido por los profesores/docentes de la escuela objeto de estudio, que son 24. Y 276 niños, de edades entre de 6 y 11 años, con un equipo de profesores con nivel universitario de formación. Siendo el universo de estudio para el estudio de caso de 24 profesores, y 276 niños.

Los **Criterios de inclusión y exclusión** fueron delimitados como sigue:

Criterio de inclusión: Para el estudio de caso no existieron restricciones de participación de acuerdo con interés de composición de la muestra. Se consideró para la aplicación el suministro de los instrumentos al personal docente (Dirección, Jefes de Ciclo, secretaria docente, bibliotecarias, docentes (en cualquier función no solo frente a aula), especialistas en computación y artes). Los instrumentos se aplicaron de forma progresiva y programada, para utilizar horario adecuado y conciliado previamente.

Criterio de Exclusión: En esta etapa, no se incluyó en la muestra al personal no docente (auxiliares de alimentación, limpieza, porteros y custodios, jardineros, operarios de mantenimiento) de la institución considerando que entre sus funciones no responden por implementación de prácticas educativas, aunque se reconoce la contribución de todos en la formación de valores. La respuesta y participación en el

estudio fue en presencia de la investigadora, con el objetivo de aclarar las dudas de los participantes y evitar los sesgos en la investigación.

Entre las **definiciones para la operacionalización** y elaboración de los instrumentos y técnicas aplicados, así como el análisis de documentos para responder preguntas y objetivos del estudio se definieron como **unidades de análisis**: *Programa de Salud Escolar - Promoción de Salud escolar - Relación Educación y Salud*. Y definidas como **variables**: *acciones de la escuela promotora de salud - prácticas educativas innovadoras - responsabilidad social*.

Los **métodos teóricos y de recolección de información y procesamiento** se corresponden con una estrategia de triangulación metodológica, que refiere el uso de varios métodos, fuentes de datos, investigaciones, y trabajos realizados en la escuela seleccionada para el estudio de caso. En el estudio de caso y obtener resultados y conclusiones, siendo aplicados los siguientes:

- **Entrevista en profundidad para 2** Informantes claves (Asesora de Salud Escolar en la Dirección Municipal de Educación y el jefe de la Unidad de Higiene y Epidemiología del municipio Arroyo Naranjo)
- **Observación no participante** en la Escuela Primaria (E.P) "Jesús Hernández Alfonso" del Reparto Eléctrico, en el municipio de Arroyo Naranjo.
- **Entrevista** fue aplicada a la Directora de la E.P, Promotora de salud de la E.P, y 16 maestros frente al aula.
- **Cuestionario auto suministrado** a 24 maestros, los cuales representan el 80% del total de maestros de la E.P.

- **Grupo de discusión:** con los docentes fue 1 grupo con participación de 10 maestros, y con alumnos realizamos 4 reuniones grupales. Las actividades desarrolladas se organizaron en 4 ejes transversales que responden al objetivo de revelar sentido y significados de las prácticas pedagógicas a partir de situaciones que revelan: 1- Cómo me alimento, 2- Cómo me cuido, 3- Cómo soy, y 4- Cómo vivo.
- Para el **análisis de contenido** fueron revisados 13 documentos de carácter normativo y de trabajo estratégico donde cruzamos las variables declaradas, frecuencia y nivel de dependencia con la transversalidad de análisis de las unidades de análisis.

Los documentos revisados se seleccionaron con intencionalidad de obtención de datos estratégicos y reguladores para la promoción de salud escolar en Cuba, revisando algunos informes de carácter internacional con finalidad de complementación de información, agrupados como sigue:

1. De carácter metodológico, orientador y pedagógico (4 documentos)

(CARVAJAL; TORRES, 2009a)

a. Concepción pedagógica del tratamiento de la promoción de la salud y la educación para la salud a través del proceso pedagógico. En: Concepción pedagógica de la promoción de la salud en el ámbito escolar. MINED, La Habana, Cuba. (CARVAJAL; TORRES, 2009a).

b. Tendencia internacional y en Cuba en relación con el Trabajo de educación y promoción de la salud en las instituciones educacionales. En: Concepción pedagógica de la promoción de la salud en el ámbito escolar. Curso 14, MINED. La Habana, Cuba. (CARVAJAL; TORRES, 2009b).

c. Política educacional en Cuba en relación con el trabajo de Educación para la salud y promoción de la salud en la escuela. En: Concepción pedagógica de la promoción de la salud en el ámbito escolar. MINED. La Habana, Cuba. (CARVAJAL; TORRES, 2009c).

d. Escuelas promotoras de la salud. Reflexiones y metodología. En: Concepción pedagógica de la promoción de la salud en el ámbito escolar. MINED. La Habana, Cuba. (CARVAJAL; TORRES, 2009d).

2. De carácter normativo nacionalmente. (MINJUS, MINED, MINSAP) (3 documentos)

a. MINJUS (1976). Constitución de la República de Cuba. Editora Política. La Habana, Cuba. (MINJUS, 1976)

De Colectivo de autores

a. (1999) Programa Director de Promoción y Educación para la Salud en el Sistema Nacional de Educación. MINED. La Habana, Cuba. (MINED, 1999)

b. (2010) Temas relacionados con la atención a la salud en el ámbito escolar. Instituto Pedagógico Latinoamericano y Caribeño. MINED. La Habana, Cuba. (MINED-IPLAC, 2010)

3. Sobre Datos, historia, tendencias y estadísticas (3 documentos)

- a. (2014) a. Anuario Estadístico de Cuba 2013. Capítulo 18: Educación. República de Cuba. (ONEI, 2014)(19)
- b. Rojas, Ochoa (2006). Modelos de salud en Cuba. Habla un protagonista. Entrevista realizada por Rodríguez, L. Israel. Revista "Temas" No. 47, julio-septiembre/2006. Nueva Época. La Habana, Cuba. (OCHOA, 1999)(20)
- c. Machado, Asunción (s/f). La salud escolar como propósito pedagógico en la escuela cubana. Universidad Pedagógica "E. J. Varona". La Habana, Cuba. (MACHADO, s/f) (21)
- d. Mitjáns, Albertina (2005). La escuela: un espacio de promoción de salud. MINED. La Habana, Cuba. (MITJANS, 2005).

4. Sobre la Región y el mundo (2 documentos)

- a. Meresman, Sergio; Bundy, Don; Cerqueira, M. Teresa (1999). Tendencias y programas de Salud Escolar en América Latina y el Caribe. Tercera Reunión de la Red Latinoamericana de Escuelas Promotoras de la Salud. OPS/OMS/ Banco Mundial.(MERESMAN, BUNDY, CERQUEIRA, 1999).
- b. Informe de un Grupo de Estudio de la OMS acerca de los jóvenes y la "Salud para Todos para el Año 2000". La salud de los jóvenes: un desafío para la sociedad. Informe Salud Para Todos .(OMS, 1986a).

Los datos obtenidos contribuyeron a otras etapas del proyecto macro, y contó con la colaboración de todos los participantes. Los instrumentos se aplicaron al mayor número de integrantes de la muestra para mayor representatividad.

Se consideraron los aspectos éticos particulares para el estudio y no surgieron conflictos. Se solicitó la aprobación de la dirección de la institución para su realización y el consentimiento informado de los maestros y autoridades de la comunidad que conformaron la muestra, con el compromiso de mantener la confidencialidad de los datos y usarlos solo con fines investigativos.

RESULTADOS

Considerando los objetivos del estudio agrupamos en dos dimensiones de análisis los resultados alcanzados, integrando las respuestas para las preguntas lógicas de investigación que guiaron el análisis:

Primero, que *la actuación de escuelas promotoras de salud con responsabilidad social, estimulando convergencias y prácticas educativas, que aporten efectividad al Programa de Salud Escolar son necesarias*. Explicando dos de las preguntas claves: 1) ¿Cuál es la comprensión y concepción de los profesores sobre promoción de salud y prevención de enfermedades asociadas a acciones del programa de salud escolar?, e 2) ¿Cuáles prácticas educativas innovadoras permiten integrar conceptos, conocimientos, participación, gestión y solución a problemas de salud escolar?

Los programas de promoción y educación para la salud en el ámbito escolar tienen una expresión importante en la Iniciativa de Escuelas Promotoras de Salud en 1995. Partió de ofrecer un nuevo enfoque, basado en una renovación conceptual del vínculo entre salud y educación, y el ideario de promoción social y participación comunitaria que emergió en la Carta de Ottawa. (OMS, 1986b)

Se corresponde todo ese esfuerzo, con la intención de rebasar el carácter fundamentalmente preventivo, con enfoque biologicista que había predominado hasta la década del 80. En Cuba iniciaba un nuevo modelo de atención primaria de salud: el médico de familia. Y es en 1986, que son ubicados los primeros médicos propios para el contexto escolar. (MINED MINDSAP, 1999)

Una evolución de la educación sanitaria, a la educación para la salud, y de ésta a ese modelo de las escuelas como promotoras de salud, buscó integrar una tradición histórica (los programas de salud escolar, orientados a la prevención y protección) con una serie de enfoques complementarios que incluían: (OPS, OMS, 2007)

- Educación para la salud con base en metodologías activas de enseñanza aprendizaje.
- Servicios de salud en el contexto de los programas de salud escolar y enfatizando en la detección temprana de los problemas más frecuentes,
- Políticas escolares saludables y mejoramiento del ambiente escolar.
- Activa participación de los niños, sus familias y la comunidad.

En la actualidad mantiene esos enfoques, pero se adicionan desafíos, en los que la escuela demanda de esfuerzos innovadores, un perfeccionamiento de los currículos, mayor capacitación de profesores y una educación ambiental que de cuentas de esfuerzos interdisciplinarios. La oportunidad de declarar una escuela promotora de salud, y conectar con la situación de salud escolar, permite como plantea la

declaración de Vancouver fortalecer el vínculo entre salud, educación y desarrollo, y se mencionan como ejes: (OPS, OMS, 2007)

- Construir evidencia y experiencia o Fortalecer los procesos de implementación
- Mitigar las desventajas sociales y económicas promoviendo la equidad
- Aprovechar la influencia de los medios de comunicación
- Mejorar las alianzas entre diferentes sectores y organizaciones.

Un resultado obtenido, en el estudio de caso fue que, de acuerdo con la complejidad del ambiente y espacio escolar, es necesario *establecer interfases* innovadoras durante todas las etapas de implementación de programas y acciones, estas son: asistencia técnica (conocimientos, habilidades, herramientas), acompañamiento, difusión, promoción de aprendizajes y sistematización. Y también, desarrollo de materiales, asesoría, investigación, monitoreo, evaluación y puesta en red de experiencias.

Una práctica intencionada para producir modificaciones profundas en el sistema de generación y transferencia de conocimientos, habilidades, actitudes y valores, con la articulación de la participación de los agentes y que mejora la calidad de algún aspecto significativo del hecho educativo, se reconoce como innovación. Innovación es "... un proceso encaminado a la solución de problemas de calidad, cobertura, eficiencia y efectividad en el ámbito educativo, resultado de un proceso participativo de planificación, que surge desde la práctica educativa del profesorado y que

confronta las creencias de docentes y administrativos, y plantea formas alternativas de enseñar, aprender y gestionar". (VYGOTSKY, 1995)

Estos argumentos, movilizan la revisión del proceso de formación. Cuál sería el escenario para despertar la inquietud, provocar interrogantes y cuestionamientos ante el quien soy, como me relaciono con mi entorno, que prácticas favorecen o no la calidad de vida, y cuanto asumo con responsabilidad la vida, el futuro, no deberían ser espontaneas acciones del ámbito escolar. Intencionalmente la función de la escuela impacta y genera conductas, expectativas, prácticas, cultura y conciencia. (OMS, 2009)

Y segundo, se revela deficiente diálogo, actualización, y contextualización de demandas entre instituciones para atender desde prácticas pedagógicas la promoción y prevención de salud en la comunidad para explicar: 1) ¿Cómo las condiciones del territorio y el contexto de la Escuela inciden en sus características y el tipo de relaciones que ella establece?, e 2) ¿Qué aspectos de la promoción de salud pueden ser asociados a la responsabilidad social para fortalecer el programa de salud escolar?

En la lógica de trabajo para contextos específicos un resultado identificado es la necesidad de saber elaborar *Diagnósticos de Salud Escolar*, tomando como punto de partida conocer y delimitar la presencia de vulnerabilidades socioeconómicas que impactan la Escuela objeto de estudio, elaboramos un *paso a paso* que facilita esta acción, sirviendo de guía de trabajo para equipos:

a) Caracterizar la Escuela, b) Identificar la situación de salud escolar, c) Conocer el contexto social y sus vulnerabilidades, d) Movilizar, coordinar y acompañar acciones de Educación y Salud promovidas por la escuela, e) Identificar Dimensiones y

convergencias da salud escolar y responsabilidad social, f) Elaborar acciones basadas en prácticas pedagógicas innovadoras.

Un elemento para destacar consiste en definir *niveles para poder actuar* con mayor efectividad. Un Nivel Político, que implica movilizar y coordinar entre sectores e instituciones. Y dan paso a un Nivel Operativo, diseñado para movilización y participación de la escuela y la comunidad, en todo el proceso

Por otra parte, retomar con inmediatez la discusión sobre el valor de introducir prácticas educativas innovadoras supera la existencia de normativas de trabajo. En ese análisis, es condición entender y contribuir a las situaciones del contexto. La interacción con las familias, la oportunidad de un escenario de participación e integración de saberes abrió una ventana de encuentro entre expertos de diferentes instituciones y sectores, con comunidades y familias responsables, y también con profesores que reciben ideas desconectadas de un trabajo que solo puede ser efectivo de forma integrado. Atender las determinantes sociales de salud en el territorio es una necesidad. (OMS, 2009)

Nuevas prácticas y establecer diálogos participativos elimina muros, silencios, preconceptos, hábitos tóxicos y relacionamientos con el ambiente marcadas por incomprensiones o referencias externas, ajenas, al desarrollo pleno de bienestar y capacidades de los seres humanos.

DISCUSIÓN

Se presenta en tres ejes esenciales que cruzan y entrelazan las unidades de análisis declaradas como criterio de la investigadora.

LA PRACTICA EDUCATIVA: Salud escolar y escuela promotora de salud con responsabilidad social

Partiendo de la existencia de programas de promoción y educación para la salud desde la Iniciativa de Escuelas Promotoras de Salud en 1995, que activa el enfoque y concepción de la relación salud-educación como proclamó la Carta de Ottawa (OMS, 1986b), dejando atrás un enfoque biologicista de fuerte predominio, Cuba es pionera del nuevo modelo de atención primaria de salud: el médico de familia, siendo 1986, el inicio de presencialidad del médico el contexto escolar, y marcando una nueva etapa de la relación educación-salud.

Esa realidad no es posible sea analizada descontextualizada, los destinos socioeconómicos de las comunidades impactan esta relación y tendrán reflejo directo en la concepción de salud individual y colectiva. Por eso la importancia de identificar el territorio y sus características, establecer las interfases innovadoras a desarrollar en la escuela, y los niveles de actuación, pensados para actuar en un Nivel Político, para movilizar y coordinar entre sectores e instituciones. Y poder actuar a un Nivel Operativo, diseñado para movilización y participación de la escuela y la comunidad, en todo el proceso.

Se identifican así una serie de factores que pueden considerarse “determinantes” en el proceso de implementación y transformación de políticas y prácticas de salud escolar, promoción de salud y calidad de vida socioambiental. En la revisión de trabajos (Whitman (2005), Meresman, S. (2007), Morales (2007) se coincide en que estos factores son relativamente constantes, y no importa el país de análisis, o el

escenario, si bien el “peso específico” de cada uno de ellos varía en función del contexto de implementación. (OPS, OMS, 2007)

Y también deriva tres *dimensiones* complementarias de análisis, procurando explorar aspectos que consideramos de especial interés para examinar la experiencia de implementación en el contexto latinoamericano. Estas dimensiones de análisis y sus fundamentos son tres. La primera, *la estrategia de alianzas seguida por las escuelas*; segunda, *el carácter innovador y de sustentabilidad de las acciones y prácticas emprendidas*; y tercera, *los aspectos de complejidad que intervienen en todo el proceso*.

La principal finalidad de la Escuela Promotora de Salud es contribuir para el desarrollo de la salud y la educación, para la salud de sus alumnos y de la comunidad donde viven. La innovación de la práctica pedagógica (...) posibilita en muchas formas que la escuela implemente políticas y prácticas que respeten y proporcione calidad y bienestar de vida. (OPS-OMS, 1998)

En resumen, una escuela promotora de salud se caracteriza como una Institución que promueve un estilo de vida, de aprendizaje y de trabajo propicio al desarrollo de la salud, para lograrlo deben promover cambios de orden Curricular, Psico-social, Ecológica, Comunitaria y Organizacional, constituyendo el desafío de este movimiento.

Sin embargo, aun comprendida esa concepción, no enfocar desde la responsabilidad social, deja un vacío en múltiples experiencias que las escuelas implementan. Si entendemos la responsabilidad social en la educación, como una forma de hacer educación, el modo de ser una institución educativa, la ética que la constituye, más

allá de su discurso. Aunque, compartimos, ese concepto está en construcción, ya que comparte algunas premisas con determinados enfoques, y confronta algunos postulados con otras perspectivas. El abanico de posturas se despliega desde la visión asistencial de la beneficencia liberal hasta los enfoques críticos, pasando por la solidaridad social. (RUBIO, 2013)

En todo ese análisis, subyace siempre un concepto de sociedad y de relación entre ésta y las instituciones educativas, así como, por supuesto, una concepción de la función social de la educación. Debate importante sostenido por diversas escuelas de pensamiento teórico filosófico, psicológico, sociológico y pedagógico. Por lo tanto, lo primero que debe plantearse una institución educativa interesada en ser socialmente responsable es cuál es el impacto que tienen sus actividades en tres planos: en los estudiantes, en los trabajadores (personal académico y no académico) y en el entorno (social, ambiental, cultural, político y económico). (RUBIO, 2013)

Encontrar esas expresiones, en el quehacer escolar fue motivación del análisis desarrollado. Estrategias planteadas, dimensiones diseñadas, sin embargo, cuestionables alcances y resultados, indica que pueden existir causas como no implicar adecuadamente los contextos en el análisis, por tanto, desestimulo para mayor participación, y calidad de las alianzas decisivas para trasladar mensajes que provoquen cambios necesarios en la practicas y la cultura que dinamizan esos procesos.

LA INNOVACIÓN: prácticas educativas con significado y sentido para promover salud con responsabilidad social

Cuestiones tan sensibles, demandan situaciones de aprendizaje novedosas. Innovaciones educativas dentro de un aprendizaje planteado como un proceso sistemático e intencionado que requiere del conocimiento y utilización de diversas estrategias, tiene de base utilizar la innovación dentro de la práctica docente, dialogar entre disciplinas, contextos, tipos de saberes, exige reducir el esfuerzo entre diversos profesionales para aumentar la rapidez en obtener resultados, y conseguir responder a demandas de nuestra sociedad.

Concebir prácticas pedagógicas sustentadas en la generación y transferencia de conocimientos, habilidades, actitudes y valores, precisa sean articuladas acciones que integradoras de comprensión de la realidad. Evaluar concepciones, y variables como calidad de vida, medio ambiente y cambio climático en su relación y observación de la salud, y las formas en que la escuela promueve cultura, comprensión, y prácticas que impliquen responsabilidad social y conocimientos, en busca de transformación, constituyen un desafío.

En todo proceso de enseñanza-aprendizaje la vinculación con las realidades concretas es fundamental. Estas permiten que los alumnos experimenten las verdaderas insuficiencias y dificultades de su entorno. Al mismo tiempo, el contacto directo con la realidad histórico-cultural posibilita el desarrollo paralelo de los ejes de una formación integral en relación a las capacidades conceptuales, el carácter afectivo-volitivo y finalmente los aspectos procedimentales que hoy en día están tan olvidados en la formación (...) (VYGOTSKY, 1995)

Según la teoría de la psicología de la educación elaborada por Vygotsky, solo con el conocimiento directo y sensible de la realidad el individuo puede adquirir una motivación que le permite participar activamente en el proceso de enseñanza-aprendizaje. Se ha de procurar forjar el vínculo entre la sensibilidad del alumno y su entorno, generando su involucramiento en el problema. Simultáneamente, el educando y el educador buscan la solución del hecho conflictivo o contradictorio mediante diversos mecanismos y, apoyados por su formación científico-técnica, crean o modifican las circunstancias, permitiéndoles desarrollarse tanto en el ámbito material como en el espiritual. Hay que resaltar que en este proceso se debe tener presente una filosofía educativa que valore dos aspectos fundamentales del quehacer formativo: la *ratio* y el *pathos*, como partes constitutivas de la formación integral del ser humano. (VYGOTSKY, 1995)

El papel de la escuela y su función social en un escenario que demanda nuevas prácticas, cultura y conciencia contribuyen a mejor calidad de vida, idea que se fortalece, al decir de Amartya Sen (8)(32), (AMARTYA SEN, 2016) que declaró: la oportunidad de participar en procesos democráticos que mejoran la propia calidad de vida, y es uno de los factores más importantes en el desarrollo humano. En América Latina y en el Caribe, las Escuelas Promotoras de Salud han proporcionado a muchas personas esa oportunidad. Las redes de Escuelas Promotoras de Salud en los países y las regiones, a pesar de las dificultades que enfrentan en la comprensión de su misión, demuestran ser un mecanismo que es valioso y que contribuye a que varios profesionales tengan la posibilidad de aprender unos de otros, obtener ideas prácticas y lo que es más importante, rodearse del apoyo que necesitan para enfrentar barreras

y retos. Las Escuelas Promotoras de Salud en América Latina y en el Caribe, y deben continuar fortaleciéndose para asegurar el éxito de la iniciativa, exponen resultados positivos que pueden ser generalizados. (OPS-OMS 2007)

LAS CONVERGENCIAS. Salud escolar y responsabilidad social. De la aplicabilidad y los límites en la promoción de salud

Presentamos aquí los resultados del estudio de caso y el análisis de contenido de los documentos seleccionados. Al identificar especificidades del contexto de estudio, se siguieron criterios para entender salud escolar en el ámbito de las normativas y regulaciones del país, y en qué forma se conciben las estrategias nacionales, locales y escolares en su conexión con la escuela promotora de salud.

Con financiamiento del Gobierno Cubano, el Programa Latinoamericano contra el cáncer y la Unión Europea aportaron fondos y recursos para publicar desde 1999, con Edición en La Habana, el Programa Director de Promoción y Educación para la Salud en el Sistema Nacional de Educación. (RUBIO, 2013). Dejando definidos conceptos básicos y fundamentos teóricos y metodológicos, propósito, objetivos, contenidos y líneas de trabajo, significando que el país cuenta con una estrategia nacional para atender la salud escolar.

El sistema de trabajo metodológico de la escuela cubana, en su modelo pedagógico, está concebida con el propósito de: *"Contribuir a fomentar una cultura en salud que se refleje en estilos de vida más sanos de niños, adolescentes, jóvenes y trabajadores en el Sistema Nacional de Educación"*. (MINED MINDSAP, 1999) Especialistas de las direcciones nacionales en los ministerios de educación y salud son los que más han

producido sobre este tema, con valor de informes de trabajo, análisis histórico por periodos y etapas, y presentaciones en Congresos, no siendo una línea de investigación consolidada en el país. (33)⁶

En la discusión de los resultados del estudio de caso, se enfatiza en la integración, intersectorialidad y participación. Al referir la relación salud escolar -promoción de salud - responsabilidad social se sintetiza en:

- La existencia de programas de salud escolar, formalmente diseñados, con predominio de bajo impacto referentes al conocimiento de éste, y en su implementación y aplicación asociado a realidades del contexto local.
- Predominio de alianzas intersectoriales formales, con baja efectividad siendo activado solo ante circunstancias extremas de epidemias, contingencias climáticas, o indicaciones gubernamentales. O ante la llegada de un proyecto o acción externa.
- Escasos diagnósticos y caracterizaciones sobre problemáticas de salud local, condicionantes sociales en salud, relación de enfermedades con el ambiente, considerados para acciones en la escuela.
- Prevalencia de análisis disciplinares y reduccionistas que no estimulan integración, intersectorialidad y participación.
- Prácticas pedagógicas convencionales para problemáticas que superan comprensiones limitadas de fenómenos de carácter global.

⁶Valenzuela T. La salud escolar: resultado de la educación cubana. Disponible en: <http://web@radiorebelde.icrt.cuHabana>, Cuba: 2013.12.11-18:45:59. (internet) Consultado 11/12/2014.

- Ausencia de enfoques de responsabilidad social y desconocimiento del valor de la innovación en la práctica educativa
- En el estudio de caso, se correlaciona las problemáticas del consumo, hábitos, prácticas de higienización, y limitaciones severas de acceso al agua para desarrollar actividades cotidianas, asociadas a enfermedades que prevalecen.

Estos argumentos evidencian que la existencia de normas y regulaciones no garantiza la actuación y participación de instituciones y sectores, con comunidades y familias responsables, sumados a los equipos de docentes y comunidad escolar. Prevalece una actuación muchas veces desconectadas, y sin diálogo con los programas y estrategias formalmente aprobados, que no siempre consideran las condicionantes sociales en salud de los escenarios locales de alumnos y profesores.

Para muchos alumnos, el único escenario de diálogo, transmisión de dudas, encuentro de respuestas y explicaciones a situaciones que generan malestar en la vida cotidiana, fue identificado sería el escenario escolar. Las dinámicas grupales con la familia, la interacción de profesores-familia-alumnos en el diseño de acciones para promover salud, enriqueció la comprensión de múltiples problemas con los que convive el ambiente escolar.

Los retornos e impactos obtenidos de las reuniones grupales con alumnos de la muestra seleccionada, que pertenecen a la enseñanza primaria, y tienen entre 7 y 11 años de edad, que revelan aspectos que permitieron interpretar los 4 ejes de acciones y prácticas innovadoras, y la forma en que se ofrecen sentido a las prácticas pedagógicas interdisciplinarias, resulto relevante, que responden con descontracción, y en forma de relato, historia personal, dibujos y breves escritos sobre:

- 1 - Cómo me alimento,
- 2 - Cómo me cuido,
- 3 - Cómo soy,
- 4 - Cómo vivo.

De estas prácticas surgieron acciones e iniciativas que implicó toma de conciencia para comportamientos más responsables de acuerdo con las realidades objetivas que ellos viven.

Surgen demandas para implementar acciones y programas con empleo de las TIC, técnicas de participación y cohesión para trabajo grupal, elaboración de banco de datos, fotografías, videos, producciones que revelan la realidad local, su necesidad de divulgarla, y la emergencia en asociar con los temas que movilizaron el estudio, es válido para otros proyectos y escuelas que precisen activas su programa de salud escolar.

Sobre las dimensiones incluidas para la labor de promoción de salud en la escuela, se confirma el valor de que la escuela cuente con estrategia de alianzas, analice el carácter de sustentabilidad de las acciones emprendidas, y pueda distinguir los aspectos de complejidad que intervienen en todo el proceso. No es suficiente la existencia de políticas públicas, y programas sectoriales, si la gestión estratégica no apunta a una dinámica activa y participativa la efectividad queda en el plano de la formalidad.

La relación salud escolar, promoción de salud y responsabilidad social están atravesadas por *condicionantes sociales de salud, educación y ambiente* que deben ser

atendidas por la escuela, la comunidad y la sociedad. Se observó para el estudio de caso, una correlación entre las condiciones socioeconómicas que caracterizan la comunidad y el contexto donde está la escuela y las expresiones de bienestar y salud en el contexto escolar. (OMS, 2009) El escenario escolar puede significar un espacio excepcional de interacciones y acciones, que quiebren preconceptos, estigmas, y cuestiones de orden social y cultural referente a los cuidados de la salud humana, y su relación con el espacio socio ambiental en que se vive.

Convergen en objetivos similares los propósitos de la Escuela Promotora de Salud y la búsqueda de mayor calidad de vida socioambiental. Sin embargo, ausencias de estrategias interdisciplinarias, desconocimiento de prácticas innovadoras, son un límite que no contribuye a pensar unas acciones de mayor alcance y efectividad.

Sostener que la responsabilidad social, puede ser comprendida como una práctica humana eminentemente discursiva de hombres en relación, estructuralmente comunicativa, de declaraciones y acciones, donde el conocimiento se valida intersubjetivamente.

Si el aprendizaje centra en la conciencia, y se sitúa en lógicas donde el lenguaje con otros hombres y la consideración histórica compartida, resultan fundamentales.

Los desafíos para enfrentar la nueva era global de salud pública prevista para 2030 (OMS, 2015, 2016) permiten analizar que (...) entonces, no queda más que dejar atrás los conceptos de responsabilidad individual y personal, para ampliarlos a la responsabilidad catalogada como social o corresponsabilidad solidaria, conceptos que recuperan la interdependencia entre los hombres como seres eminentemente sociales, desde una perspectiva horizontal y de reciprocidad y no verticalista y de

caridad como inicialmente se mal entendió la responsabilidad social. (sanabra; BENEVIDES, 2001)

La necesidad de una educación social que, al decir de Paulo Freyre (1990), busca responder a los intereses de las colectividades, se convierte en una pauta de permanente atención. Así, la formación integral del sujeto se convierte en una fuerza social eficaz puesto que le permite al individuo encontrar las razones científicas de su atraso, de la explotación, de la discriminación.

“Como seres conscientes, los hombres están no solo en el mundo sino con el mundo, junto con otros hombres. Sólo los hombres, en tanto seres ‘abiertos’, son capaces de llevar a cabo la compleja operación de transformar el mundo con su acción y simultáneamente captar y expresar la realidad del mundo en su lenguaje creativo”. (FREYRE, 1990).

CONCLUSIONES

Las convergencias entre acciones de la escuela promotora de salud, prácticas educativas innovadoras y enfoques de responsabilidad social prevalecen en el nivel de estrategias y no en la actuación escolar cotidiana.

El desafío es fortalecer una enseñanza que asimila contenidos y aprendizajes significativos con efectividad para construir una cultura de vida con calidad, salud y bienestar físico, mental y social impulsados por el Programa de Salud Escolar.

Las contribuciones que ofrece la existencia de un Programa Director de Promoción y Educación para la Salud en el Sistema Nacional de Educación de Cuba, son

fundamentales para el desarrollo de una cultura de salud, atender su implementación va estar en dependencia de acciones locales y adecuadas al papel de la escuela en cada comunidad.

Al identificar las convergencias entre las acciones de la escuela promotora de salud, prácticas educativas innovadoras y los enfoques de responsabilidad social se revela una nueva forma de hacer con creatividad, donde la participación, interdisciplinaridad y traducciones del contexto socioeconómico, comunitario y social del ambiente de salud en la escuela, posibilitan un ciudadano más consciente de su papel y su responsabilidad social haciendo que tengan sentido y significado una cultura y un ambiente con salud.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

- AMARTYA, S. 2016. Fondo de las Naciones Unidas para la Infancia. *Health equity report 2016: summary report*. Panamá: UNICEF; 2016. Disponible en: https://www.unicef.org/lac/20160906_UNICEF_APR_HealthEquityReport_SUMMARY.pdf (12) CEPAL (Comisión Económica para América Latina y el Caribe). Horizontes 2030: la igualdad en el centro del desarrollo sostenible. Santiago: CEPAL; 2016. Disponible en: http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/40159/4/S1600653_es.pdf.
- CARVAJAL, C.; TORRES, M. A. 2009. Concepción pedagógica del tratamiento de la promoción de la salud y la educación para la salud a través del proceso pedagógico. En: *Concepción pedagógica de la promoción de la salud en el ámbito escolar*. La Habana, Cuba: MINED; 2009a.
- CARVAJAL, C.; TORRES, M. A. 2009. Tendencia internacional y en Cuba en relación con el Trabajo de educación y promoción de la salud en las instituciones educacionales. En: *Concepción pedagógica de la promoción de la salud en el ámbito escolar*. Curso 14. La Habana, Cuba: MINED; 2009b.

- CARVAJAL, C.; TORRES, M. A. 2009. Política educacional en Cuba en relación con el trabajo de Educación para la salud y promoción de la salud en la escuela. En: *Concepción pedagógica de la promoción de la salud en el ámbito escolar*. La Habana, Cuba: MINED; 2009c.
- CARVAJAL, C.; TORRES, M. A. 2009. Escuelas promotoras de la salud. Reflexiones y metodología. En: *Concepción pedagógica de la promoción de la salud en el ámbito escolar*. La Habana, Cuba: MINED; 2009d.
- FREIRE, P. 1990. *La naturaleza política de la educación: cultura, poder y liberación*. Barcelona, España: Editorial Paidós.
- MACHADO, A. *La salud escolar como propósito pedagógico en la escuela cubana*. Universidad Pedagógica "E. J. Varona". La Habana, Cuba; s/f.
- MERESMAN, S.; BUNDY, D.; CERQUEIRA, M T. 1999. Tendencias y programas de Salud Escolar en América Latina y el Caribe. *Tercera Reunión de la Red Latinoamericana de Escuelas Promotoras de la Salud*. OPS/OMS: Banco Mundial.
- MINED Cuba. 1999. *Programa Director de Promoción y Educación para la Salud en el Sistema Nacional de Educación*. La Habana, Cuba: MINED.
- MINED-IPLAC Cuba. 2010. *Temas relacionados con la atención a la salud en el ámbito escolar*. Instituto Pedagógico Latinoamericano y Caribeño. La Habana, Cuba: MINED.
- MINED-MINSAP. 1999. *Programa Director de Promoción y Educación para la Salud en el Sistema Nacional de Educación*. Habana, Cuba: MINED-MINSAP; 1999. Molinos Trade. Primera edición. [internet]. Disponible en: https://www.ecured.cu/Programa_Director_de_Promoci%C3%B3n_y_Educaci%C3%B3n_para_la_Salud_en_el_Sistema_nacional_de_Educaci%C3%B3n
- MINJUS Cuba. 1976. *Constitución de la República de Cuba*. La Habana, Cuba: Editora Política.
- Mitjás, A. 2005. *La escuela: un espacio de promoción de salud*. La Habana, Cuba: MINED.

OCHOA, R. 1999. *Modelos de salud en Cuba*. Habla un protagonista. Entrevista realizada por Rodríguez, L. Israel. Revista "Temas" No. 47, julio-septiembre/2006. La Habana, Cuba: Nueva Epoca.

OPS-OMS (Organización Panamericana de la Salud/ Organización Mundial de la Salud). 1998. *Escuelas Promotoras de la Salud*. Entornos saludables y mejor salud para las generaciones futuras. Com. Para Salud. Washington. Disponible en: <http://www.icsaragon.com/cursos/iacs/103/6/4/Escuelas%20promotoras%20salud%20OPS%201998.pdf>

OMS. 1986. La salud de los jóvenes: un desafío para la sociedad. *Informe Salud Para Todos*. OMS, Ginebra: 1986a.

ONEI Cuba. 2014. *Anuario Estadístico de Cuba 2013*. Capítulo 18: Educación. República de Cuba. Oficina Nacional de Estadística e Información. La Habana, Cuba: ONEI.

OMS-Organización Mundial de la Salud. 1986. *Carta de Ottawa para Promoción de la Salud*. OMS, Ginebra: 1986b. Disponible en: <http://www1.paho.org/spanish/hpp/ottawachartersp.pdf?ua=1>

OPS, OMS (Organización Panamericana de la Salud , Organización Mundial de la Salud). 2007. *Promoción de salud, escuela y comunidad: el laberinto de la implementación* Notas y aprendizajes desde la experiencia Iberoamericana.(EDC), OPS-OMS: 2007. [internet]. Disponible en: <http://escpromotorasdesalud.weebly.com/uploads/1/3/9/4/13940309/lab1.pdf>

OMS-Organización Mundial de la Salud. 2009. *Comisión sobre Determinantes sociales de la salud - Informe Final: Subsana las desigualdades en una generación*. Ginebra, OMS: 2009 [internet]. Disponible en: https://www.who.int/social_determinants/thecommission/finalreport/es/

OMS-Organización Mundial de la Salud. 2015. *From MDGs to SDGs: a new era for global public health*. 2016–2030. Ginebra: OMS; 2015. Disponible en: http://www.who.int/about/finances-accountability/funding/financing-dialogue/MDGstoSDGs_Summary.pdf?ua=1

OMS-Organización Mundial de la Salud. 2016. *Global health observatory data repository. Life expectancy: data by WHO region*. [Internet]; 2016. Disponible en: <http://apps.who.int/gho/data/view.main.SDG2016LEXREGv?lang=en>

RUBIO, V. 2013. Responsabilidad social en educación: Apuntes para su comprensión desde la investigación cualitativa. *Rev. Inv. en Educación* . Vol. XIII, N° 2: 19-40. España: 2013.

SANABRIA, R. G.; BENAVIDES, L. M. 2001. Evaluación del movimiento de municipios por la salud: Playa, La Habana: 2001. *Rev. Cub. S. Púb* 2003; 29(2):13946. Acceso: 19/01/2017. Disponible en: <http://scielo.sld.cu/scielo.php?script=S086434662003000200009&lng=es>

VYGOTSKY, L. S. 1995. *Pensamiento y lenguaje*. Teoría del desarrollo cultural de las funciones psíquicas. Argentina: Fausto. III Ed.

V LA SALUD ESCOLAR Y CALIDAD DE VIDA SOCIOAMBIENTAL.⁷

Barbara Yadira Mellado Pérez

RESUMEN

La salud humana es centro de análisis de diversas disciplinas. Estudiar la salud escolar se sustenta en la importancia del grupo etario que incluye la infancia y adolescencia, ellos representan el futuro de la humanidad. Colocar la mirada en el ámbito y escenario escolar, adiciona el valor de la institución escolar para desarrollar una labor educativa que posibilite construir y sostener actitudes coherentes para la vida, con comprensión de un mundo impactado por procesos globales que atentan contra la sobrevivencia humana. En ese contexto apostar por una calidad de vida socio ambiental es tarea para la escuela, la familia y la sociedad. En esa búsqueda es el encuentro con el acceso al agua potable, preciado recurso natural que se agota, y del que desconocemos sus impactos, y consecuencias. El caso cubano, sus experiencias, la proyección desde las políticas públicas, los esfuerzos institucionales, y la situación que enfrenta alrededor de esta problemática es el objetivo esencial.

⁷ Este artículo constituye un capítulo con igual título: "La salud escolar y calidad de vida socioambiental" en libro "LA INVESTIGACIÓN SOCIOANTROPOLÓGICA EN SALUD. EL ENFOQUE DE GÉNERO." 2015. Publicado impreso en La Habana/Cuba. No está indexado, obteniendo su mayor visibilidad en esta publicación.

INTRODUCCIÓN

El impacto de la educación en todas las dimensiones de la vida del ser humano está fundamentado desde el propio surgimiento de la sociología como ciencia. La humanidad está enfrentando diversas y complejas situaciones que hoy se manifiestan en varias naciones y se agudizan a partir de la distribución desigual de riquezas, y la mirada de desventaja con que son tratados muchos seres humanos.

La gravedad del cambio climático como reto socioeconómico y ambiental global resulta cada día más evidente. Ello hace urgente la necesidad de adoptar estrategias de respuesta ante este desafío, que considere debidamente los criterios de equidad, desarrollo y sostenibilidad. Los estudios especializados más recientes sobre este tema revelan los elevados costos y las muy adversas implicaciones socio ambientales que se derivarían de la no acción o lentitud de los decisores de políticas, así lo expresa Ramón Pich Madruga (2011), experto de la temática en Cuba.

Pensar una escuela comprometida, y con claridad de su responsabilidad en la formación ética y en valores moviliza ésta investigación. La existencia de un Programa Director de Promoción y Educación para la Salud en el Sistema Nacional de Educación y en el sistema de Nacional de Salud expresan la voluntad política de la nación. Sin embargo la efectividad, comprensión y verificación de los impactos de las mismas en la concepción del mundo que consigue la escuela en las nuevas generaciones de cubanos es aún una asignatura pendiente.

Sin dudas el agua, es un bien común vital. Su disponibilidad y libre acceso remiten por lo tanto a un derecho particularísimo: el derecho a la vida. Ello es expresión de su

carácter sagrado como mito, como cultura, como espiritualidad que ha caracterizado muchas sociedades. Saber que el planeta en que vivimos es una enorme masa donde circula el agua que es lo que le da vida. El 75% del planeta está conformado por agua, y sin embargo sólo el 3% del agua del planeta es potable, es lo único que pueden consumir los humanos. La problemática del agua en la actualidad es centro de profundos debates ambientales, siendo imposible excluirla de cualquier análisis. El agua comprende escenarios de tensiones y conflictos que comprende diversidad de intereses y condicionan desde su acceso y usos las diferencias que se marcan de género y del territorio donde te tocó vivir, por mencionar dos aspectos que serán analizados en la investigación.

La definición adoptada en la Conferencia Internacional sobre agua y medio ambiente en Dublín, Irlanda, en 1992, que adopta la definición del agua como "recurso finito"⁸. La tendencia en los últimos años coloca en la mirada la mercantilización de este bien común expandido a nuevos ámbitos y esferas, agudizando los efectos medio ambientales. En el terreno social la gestión mercantil del agua contribuyó a intensificar los procesos de polarización social, se agudizan así las desigualdades sociales en el acceso a la misma.

Diferentes instituciones cubanas están relacionadas con el manejo de este recurso. En Cuba existe un Programa Nacional de Agua Potable (PNA) y Saneamiento que reúne los esfuerzos para resolver el serio problema de la población que aún no cuenta con estos servicios. El Programa plantea la necesidad de emplear de forma extensa

⁸Conferencia Internacional sobre agua y medio ambiente en Dublín, Irlanda, en 1992.

soluciones apropiadas al lugar, que se caractericen por un amplio uso de materiales locales y de bajo costo, fáciles de construir, operar y mantener.

El PNA ha contribuido a que la población con acceso a agua potable se incrementara, así como la cobertura de saneamiento llegara a mayor cantidad de habitantes. En la actualidad, según datos de expertos ofrecidos en la televisión nacional en septiembre de 2013, el acceso al agua en Cuba llega con conexión intradomiciliaria al 75% de los habitantes, que son 8 millones 401 mil 868 Habitantes, la diferencia sigue dependiendo del servicio y abasto por otras vías, muchas veces afectando el acceso y calidad de la misma⁹.

La Política trazada y aprobada es multisectorial aunque el Instituto Nacional de Recursos Hidráulicos (INRH)¹⁰ es el organismo rector, y exige estrategias que se adoptan para gestionar con éxito este recurso. Surgen así las estrategias que proporcionan el marco jurídico-institucional en este campo.

En ese encuentro necesario entre la política nacional del manejo del agua y los recursos hidráulicos del país, se asignan misiones estratégicas, objetivos y líneas de trabajo que articulan las relaciones entre instituciones. Se convierte en esencial promover la sustentabilidad ambiental de los recursos hídricos, y es en este ámbito donde la escuela juega un importante rol.

Las diferencias de acuerdo al género y al territorio se refuerzan si colocamos la atención en la educación que desde edades tempranas reciben los niños y niñas referentes a estos temas. Se aprecia que el riesgo de vivir en un contexto, donde el

⁹ Informe de especialistas del INRH y del CITMA en Programa Televisivo de la Mesa Redonda: El agua: disponibilidad, calidad y derroche en Cuba. Fecha (05-09-13)

¹⁰ Descripción de la siglas INRH- Instituto Nacional de Recursos Hidráulicos.

acceso y uso del agua potable no puede ser indiscriminado, sobrepasa lo proyectado en las políticas, siendo notable sus consecuencias, en espacios y territorios caracterizados por indicadores distintivos en cuanto el acceso a servicios públicos y la calidad de vida, en territorios periféricos a los grandes centros urbanos. De igual manera las diferencias y desigualdades para acceder y emplear el agua, hacen una sutil diferencia entre los cubanos. La vida cotidiana tiene diversas improntas, y una de ellas, sin discusión está relacionada con el agua. Se precisa incorporar el tema desde la formación en las edades más tempranas.

Entender el agua como un recurso natural limitado, como un bien de dominio público, que tiene valor económico y ecológico facilita entender por qué es imprescindible una mirada desde el ámbito escolar, y cuanto le puede aportar a un futuro más sostenible.

La necesidad de identificar fortalezas y debilidades que median las interacciones entre la escuela y las políticas de acceso y usos del agua potable, para comprender su impacto en la salud escolar y la calidad de vida socioambiental de los niños y niñas, es una preocupación sociológica. Desde una perspectiva de análisis cualitativo, y de comprensión crítica de la problemática algunas interrogantes deberán ser respondidas para poder sistematizar el conocimiento latinoamericano construido en torno a la salud escolar y su relación con el acceso y el uso del agua; analizar el impacto de las políticas sobre acceso y uso del agua sobre la salud escolar de niños y niñas cubanas; e identificar los principales problemas de salud escolar y calidad de vida socioambiental que dependen del acceso y uso del agua y su relación con las desigualdades de género y territorio.

DESARROLLO

Para un análisis y reflexión adecuados partimos del reconocimiento de que la educación en Cuba es una de las conquistas principales del proyecto de desarrollo social. Ha contado con una alta prioridad desde el diseño de las políticas públicas y también por su reconocida interacción con diversidad de instituciones, siendo la escuela cubana un escenario por excelencia con capacidades para la multisectorialidad, como premisa para encaminar la labor educativa que demanda en nuestros tiempos la formación de un ser humano con capacidades y habilidades de coexistencia entre sus iguales y con el medio ambiente.

La introducción de la problemática ambiental a la agenda escolar está diseñada a través de estrategias nacionales. Sin embargo, la relevancia, actualidad e importancia del tema exige una revisión a la eficacia de su implementación. En muchos países, los investigadores avanzan en las alianzas que desde la comprensión de salud escolar sostenidas en la escuela, hacen viables modelos, estrategias y acciones para asumir y enfrentar retos que sin elección nos genera el cambio climático. No agudizar la mirada crítica que facilite apreciar lo que genera de diferencias el acceso y uso del agua potable, expresado en la escuela, y en su impacto en la salud escolar de niños y niñas, coloca de espaldas a las ciencias sociales, a una realidad que demanda ser atendida y que ofrece múltiples lecturas de las desigualdades y posiciones en la estructura de clases de un país.

Existe un conflicto solapado entre el planteamiento a nivel de políticas y los hechos. Ya se identifican esfuerzos movilizados por programas de desarrollo en coordinación con

agencias para el cuidado del medio ambiente y otros, pero son diversos los actores sociales que intervienen. No existe un consenso en como diseñar un trabajo armonioso, sin contradicciones en nuestra realidad. Las instituciones encargadas, la familia, la comunidad, los gobiernos locales, apuestan en diferentes niveles e instancias por múltiples acciones. Y es en ese escenario donde el papel de la escuela puede ser más relevante.

El acceso y uso del agua potable impacta la salud escolar. Y aunque el tema es prioridad y centro del debate en la agenda política regional e internacional, la incursión en esta problemática particular de salud escolar es muy débil en su tratamiento.

Evaluar sistemáticamente el impacto del acceso y uso del agua potable en la salud escolar, por medio de la investigación científica, desde la perspectiva de las ciencias sociales, posibilita la comprensión y dinámica de las relaciones entre la escuela y las políticas. Verificar cuanto de lo diseñado en las estrategias nacionales prevé atender de forma integradora y local las problemáticas y desigualdades en el acceso y uso del agua potable que impactan la salud escolar, sin dudas va a posibilitar hacer propuestas y desarrollar acciones que garanticen mayor calidad de vida y conciencia de la problemática a solucionar.

La educación atraviesa todas las lógicas definidas para enfrentar las complejas situaciones que vive la humanidad. Las diferencias entre naciones, regiones y grupos sociales se agudizan a partir de la distribución desigual de riquezas, colocando a un alto por ciento de la población mundial en posiciones de desventaja.

No es casual se colocara este aspecto como un elemento esencial en los objetivos de desarrollo del milenio, y dedicar espacio a seguir la evolución de las metas educativas para el 2021, está en la voluntad de grupos regionales, organismos internacionales, y es una necesidad para América Latina.

La educación se asocia con diversos procesos que acontecen en la vida social de una nación. La experiencia cubana muestra el desarrollo de una política de educación que ha contribuido a la superación de la pobreza. Por varias décadas se produjo un cambio en la política para el desarrollo convirtiéndose la educación en prioridad y con un enfoque de igualdad de oportunidades. Se transformó la posibilidad y oportunidad reales de acceso a la educación de toda la población: de un patrón de analfabetismo, niveles mínimos de instrucción y enormes desigualdades de acceso a la educación se transitó a una situación caracterizada por bajas tasas de analfabetismo y alto nivel de instrucción promedio si se compara con las poblaciones de otros países latinoamericanos, en todos los niveles de enseñanza.

El balance entre el valor del INB (Ingreso nacional bruto), la esperanza de vida y el indicador de educación del IDH evidencia que Cuba ocupa un lugar ventajoso en la posición 59 con un valor de 0.780 a nivel mundial, según el Informe de Desarrollo Humano del 2013 (PNUD, 2013), se debe esencialmente al factor de educación y salud. Si se compara con América Latina Cuba está en la 6ta posición compartida con Panamá, pero los valores de sus índices de esperanza de vida y educación supera a los de todos los países latinoamericanos que la anteceden.

Según Inés Dussel, cada niño tiene el derecho humano a la educación, la salud y la seguridad. La función central de las escuelas es la enseñanza y el aprendizaje, pero

también son un recurso comunitario único para promover la salud y el desarrollo de niños, familias y docentes. Educación, salud y otros sectores deben trabajar juntos como socios para desarrollar el máximo potencial de la gente joven, mitigando el impacto de las desventajas sociales y económicas. Ha habido avances importantes en el logro de mejores resultados sanitarios y educativos durante la última década mediante iniciativas escolares de salud, educación y desarrollo. El consenso sobre los componentes centrales de un programa escolar efectivo – políticas, educación para la salud con base en habilidades, entorno social y físico de apoyo, alianzas comunitarias y servicios de salud – es el resultado de experiencias en la ejecución de iniciativas escolares de salud (DUSSEL, 2004).

Esta temática ha sido objeto de análisis de los distintos países y organizaciones internacionales que usan términos diferentes, aunque todos se basan en la misma evidencia y principios fundamentales¹¹:

- La relación entre la matrícula y la participación escolar y mejores resultados en salud está bien documentada, especialmente en el caso de las niñas. Desde el año 2000, ha habido progreso sostenido, aunque inconsistente, en el logro de tasas más altas de participación escolar en todas partes del mundo.

¹¹Instituto PROINAPSA-UIS. “Escuelas por la Salud, la Educación y el Desarrollo. Un Llamado a la Acción”. Traducción de Leonardo Mantilla Castellanos, MD. Centro Colaborador de la OPS/OMS en Colombia en Promoción de la Salud y Salud Sexual y Reproductiva.

- La fuerte asociación entre una buena salud y el desempeño académico y la terminación de la escolaridad se comprende bien ahora. La salud escolar y los programas educativos contribuyen al logro de la Educación para Todos y los Objetivos de Desarrollo del Milenio.
- Una evidencia mejor ha conducido a mejores programas escolares que han ayudado a las comunidades locales y los países, a promover estilos de vida y ambientes saludables para combatir enfermedades transmisibles como la diarrea, las infestaciones por lombrices y las infecciones de transmisión sexual, incluido el VIH. Los programas escolares han sido agentes de cambio importantes para abordar factores de riesgo de las enfermedades no transmisibles, como los hábitos de alimentación inadecuados y el consumo de tabaco, así como para promover la salud mental y reducir el uso de alcohol y drogas ilícitas, la violencia y las lesiones.
- Las prácticas efectivas han incluido enfoques que combinan la educación para la salud tradicional con enfoques más integrales que involucran a toda la escuela en la creación de ambientes físicos, sociales y de aprendizaje de apoyo, y reúnen los recursos combinados de los padres, las comunidades locales y las organizaciones.
- Las estrategias escolares de promoción de la salud se diseñan ahora mejor para satisfacer las necesidades de regiones específicas y asuntos de salud.

Afrontar los desafíos actuales y emergentes marca como se producen los avances desde el diseño de políticas y acciones, pero todavía queda mucho por hacer. Los

esfuerzos de organismos internacionales que colocan su atención en el tema¹², identificaron *cinco desafíos claves* para mantener el progreso en todas las regiones y países:

- Construir evidencia y experiencia
- Fortalecer los procesos de implementación
- Mitigar las desventajas sociales y económicas – promover la equidad
- Aprovechar la influencia de los medios
- Mejorar las alianzas entre diferentes sectores y organizaciones

Cuba cuenta con el Programa Director de Promoción y Educación para la Salud en el Sistema Nacional de Educación. Es una expresión de la voluntad política y la decisión del Ministerio de Educación de "...que hay que trabajar para que (...) los problemas de salud estén integrados al proceso pedagógico y que parte de nuestra Pedagogía y de nuestra Educación sea educar a nuestros niños y jóvenes para que sean ciudadanos más sanos, plenos, para que tengan una noción de la vida cualitativamente superior."

13

¹²Es el caso de la OMS y el Consorcio Pan-canadiense de Salud Escolar sobre Construcción de Alianzas para la Salud, el Aprendizaje y el Desarrollo, quienes ofrecieron opiniones en Declaración de un grupo internacional de expertos, participantes en la Reunión Técnica de la Vancouver, Junio 5 al 8 de 2007. Que aunque señalan ésta no representa necesariamente las decisiones o la política de la Organización Mundial de la Salud o del Consorcio Pan-canadiense de Salud Escolar, permite una aproximación muy objetiva para este análisis.

¹³Gómez Gutiérrez, Luis I. Ministro de Educación Reunión Conjunta MINED – MINSAP. Camagüey, 13 de noviembre 1993.

El propósito de este programa es *Contribuir a fomentar una cultura en salud que se refleje en estilos de vida más sanos de niños, adolescentes, jóvenes y trabajadores en el Sistema Nacional de Educación*. Y sus objetivos son¹⁴:

- Fortalecer el tratamiento de los objetivos de salud a través de los contenidos de los programas de las diferentes enseñanzas.
- Contribuir a la formación de valores, al desarrollo de conocimientos, habilidades, hábitos y conductas saludables en los niños y adolescentes para que sean capaces de asumir una actitud responsable ante la salud personal y colectiva.
- Estimular el perfeccionamiento continuo del personal docente en ejercicio y en formación en materia de Salud Escolar.
- Desarrollar trabajos e investigaciones científicas que contribuyan al enriquecimiento teórico, práctico y metodológico del trabajo de la Promoción y Educación para la Salud en el ámbito escolar.

El programa director nacional, declara que a partir de un diagnóstico efectuado y sobre la base de los datos aportados por diferentes fuentes, los ejes temáticos fundamentales a tratar son los siguientes:

- A.- Higiene personal y colectiva
- B.- Educación Sexual
- C.- Educación Nutricional e Higiene de los alimentos

¹⁴ "Programa director de promoción y educación para la salud en el sistema nacional de educación". MINED. La Habana, 1999

D.- Educación anti tabáquica, antialcohólica y antidroga

E.- Prevención de accidentes y Educación vial

F.- Medicina Tradicional y Natural.

G.- Comunicación y convivencia

Puede observarse que la aproximación o consideración de los agentes medioambientales no está declarada de forma explícita, sin embargo, el sistema escolar también cuenta con una estrategia nacional de medio ambiente.

El desencuentro en la concepción de salud escolar con la estrategia medioambiental, la ausencia de estudios multidisciplinares, y un enfoque que no coloca centralidad de lo social en sus propuestas, dejando la concepción de análisis y estrategias solo al ámbito pedagógico, expone serias limitaciones para proyectar un cambio en la concepción del mundo de niños y niñas en Cuba.

La experiencia y trayectoria escolar está mediada por muchas otras variables además de su origen social. Observar cómo interactúan en forma compleja la clase social, el género, la etnia, la localización geográfica, la organización familiar, la situación de discapacidad provisoria o permanente, e incluso cómo intervienen elementos más coyunturales y provisorios como la posición que se tiene en la estructura social de acuerdo al responsable y encargado de su educación en la familia, si parte de la familia está desempleado según edad, género y sector, son factores que alterarán las trayectorias sociales y muy probablemente educativas. Otros elementos que cada vez tienen mayor peso en la trayectoria vital de los jóvenes pobres son: la experiencia con la justicia y la policía, y más en general con actividades ilegales. Esto aparece tematizado como "violencia e indisciplina escolar", pero las estrategias de

intervención deberían más bien asociarlo, según nuestro punto de vista, a políticas de integración social, cultural y económica.

Por ello, otra arista del análisis es considerar y repensar la relación entre sistema educativo, salud y desigualdad, lo cual implica también mirar hacia adentro de la acción escolar y de salud. La relación entre sistema educativo, sistema de salud y desigualdad es un tema complejo para cualquiera de nuestros países.

Expandir el modelo pedagógico y hacer valer la política universal que privilegia la educación cubana para la salud, tal como hoy existe, sin encontrar el intermedio y consenso con lo local, considerando condiciones organizativas, curriculares y de funcionamiento para alcanzar los cambios que se necesitan, constituye una limitación para el logro de las metas que garantizan una adecuada salud escolar. Es útil plantearse una comparación con otras experiencias internacionales, analizando las características que nos asemejan y nos diferencian de la relación entre educación, salud y desigualdad en otros sistemas educativos contemporáneos.

Los accesos a servicios públicos y el uso de los recursos naturales están condicionados a múltiples factores. Detenernos en el uso del agua y sus accesos es un ejercicio que devela interesantes análisis, y carencias en su tratamiento en el orden cultural y educativo. Cuba enfrenta grandes desafíos en materia medioambiental, y lo hace no solo con las políticas trazadas en este sector, sino con las estrategias económicas y sociales para un desarrollo sostenible y un proceso de adaptación al cambio climático

que es ya impostergable, así lo expresa Gisela Alonso Domínguez, quien preside la Agencia Cubana de Medio Ambiente.¹⁵

Estudios señalan la posibilidad de cuatro escenarios futuros para las ciudades: colapso, ruralización, división, y ciudades resilientes. (NEWMAN; BEATLEY; HEATHER, 2009). Y argumenta Newman esta afirmación al describir como en el escenario de división existente, la población con mayor acceso económico y mejor colocada en la estructura social monopoliza recursos y se aísla del resto de la ciudad, lo cual fracciona todo el tejido social en sus distintos niveles socioeconómicos. No contribuyen estas realidades a una eco-cultura. Es imprescindible para nuestros países vincular los problemas ambientales con los de desarrollo. Así la problemática del agua es multidimensional.

Se aprecia desde la Conferencia de las Naciones Unidas sobre Medio Ambiente y Desarrollo celebrada en Río de Janeiro, 1992, marca un punto de inflexión en la geopolítica ambiental global, basado en una serie de Acuerdos Multilaterales Ambientales (AMA), dejando un instrumental jurídico institucional para defender lo explicitado en la Declaración Universal de Derechos de la Madre Tierra donde se consigna: derecho al agua como fuente de vida, y derecho a la salud integral. Aquí hubo un espacio para una institucionalización del tratamiento a las problemáticas ambientales.

Citando a Pedro Roberto Jacobi, experto brasileño del tema, "...en 1973 se utiliza por primera vez el concepto de eco-desarrollo, para caracterizar una concepción alternativa

¹⁵ "El hombre, una especie en peligro de extinción." Entrevista a Gisela Alonso Domínguez. En Periódico Granma.

de desarrollo, cuyos principios fueron la existencia de cinco dimensiones de desarrollo”:

1. la sustentabilidad social,
2. la sustentabilidad económica,
3. la sustentabilidad ecológica,
4. la sustentabilidad espacial,
5. la sustentabilidad cultural.

Estos principios se articulan con teorías de autodeterminación defendidas por los países no alineados desde la década de los años 1960 (JACOBI, 2005), y hacen evidente que mientras los modelos de desarrollo puestos en marcha no sean revisados y diseñados desde estrategias más participativas, los cambios seguirán haciéndose esperar. La sustentabilidad social y cultural en particular, adquiere valor particular para la labor escolar. Es escenario de desarrollo, de construcción de representaciones y símbolos que condicionan la formación del hombre.

En Cuba existe un Programa Nacional de Agua (PNA) Potable y Saneamiento que reúne los esfuerzos para resolver el serio problema de la población que aún no cuenta con estos servicios. El Programa plantea la necesidad de emplear de forma extensa soluciones apropiadas al lugar, que se caractericen por un amplio uso de materiales locales y de bajo costo, fáciles de construir, operar y mantener.

En la actualidad el acceso al agua en Cuba expone datos donde el 75% de la población que representan 8 millones 401 mil 868 Habitantes reciben el agua por Conexión Intradomiciliaria. La población restante depende para su acceso de otros mecanismos

de suministro, que pone en juego la calidad, la frecuencia y el adecuado uso del agua. Estos datos refieren la situación en el espacio doméstico, se conoce que Abasto por Pipas son 525 mil 696 habitantes para el 4.7%, un Fácil Acceso a 200 - 300 m se encuentra 1 millón 310 mil 014 habitantes para un 11.7%, y una población Dispersa de 963 mil 200 habitantes que es el 8.6%. Aquí se concentra la población con dificultades para almacenar, transportar y conservar adecuadamente el agua.¹⁶

Este comportamiento no es distante de lo que acontece en las instituciones escolares, responsabilidad en su mayoría del Ministerio de Educación a través de sus direcciones provinciales y municipales. Dependen del servicio de agua a través de pipas, y tienen serias dificultades de instalaciones, lo cual en no pocas oportunidades termina siendo un servicio cancelado, quedando en la familia el servicio de agua para consumir que llevan los niños, lo cual genera otras complicaciones desde el ámbito higienico-sanitario.

La Política trazada y aprobada es multisectorial, existe un programa de salud con enfoque biomédico pero no incluye perspectivas focales ateniéndonos a las desigualdades que existen en el acceso al agua. No obstante se identifica al INRH¹⁷, como organismo rector, y exige estrategias que se adoptan para gestionar con éxito este recurso.

Las prioridades que se establecen son 4 y abarcan 22 principios:

¹⁶ Informe de especialistas del INRH y del CITMA en Programa Televisivo de la Mesa Redonda: El agua: disponibilidad, calidad y derroche en Cuba. Fecha (05-09-13)

¹⁷ INRH- Instituto Nacional de Recursos Hidráulicos.

1. Uso racional y productivo del agua.
2. Uso eficiente de la infraestructura hidráulica.
3. Prevención de riesgos asociados a la calidad del agua.
4. Prevención de los riesgos asociados a eventos extremos del clima.

En el segundo informe de Cuba sobre el cumplimiento de los Objetivos del Milenio, la meta 10 se alega cumplida desde 1995 y que ya en 2004, 95,6% de la población disfrutaba de acceso sostenido a agua potable (FLEITAS; ROSA, 2012, p. 32). Ese nivel es valorado como de los más altos de Latinoamérica. Los más bajos accesos se localizan en la región oriental y en zonas rurales del país. El envejecimiento de las redes de distribución y la sequía se reconocen como las principales dificultades para su acceso sostenible. Otra situación está marcada por el tiempo medio de servicio del recibo del agua, la intermitencia en algunas zonas del país, obliga a la población a almacenar el agua en tanques y otros depósitos, lo cual reduce los efectos de potabilización, y ello conduce a hacer más dependiente de la cultura de la higiene que tengan las familias lograr que el agua que se use sea sana (FLEITAS; ROSA, 2012, p. 36).

La Política encauza el camino del agua, este intercambio permitirá llevar a la población, qué existe detrás de los esfuerzos que realiza el país, a pesar de la crisis económica, para llevar el agua a cada casa, escuela e instituciones. Las dificultades objetivas y subjetivas para evitar el derroche y proteger este recurso tan preciado que todos usamos son múltiples. Así teniendo en cuenta este diagnóstico que incluso

forma parte las críticas y deficiencias que tiene la sociedad cubana¹⁸, se identifica que las demandas y preocupaciones están en¹⁹:

- La escasez de agua en varios lugares y las inundaciones en otros.
- La afectación de la calidad del agua de las fuentes afectadas por focos contaminantes.
- La existencia de embalses subutilizados.
- La pérdida y derroche de agua que puede recuperarse, tanto en la economía como a escala de toda la sociedad.
- El potencial hidroeléctrico no utilizado.
- Los sistemas tarifarios y tributarios que no contribuyen al ahorro del agua.
- La medición de los consumos tiene baja cobertura.
- En el abasto humano reciben el agua por redes más de 8 millones de habitantes, que es aún insuficiente, pues el resto la recibe por otras vías y de los que la reciben existen lugares con dificultades en las presiones de servicio y ciclos altos de entrega de agua con alto número de salideros.

La referencia más cercana a la educación es lo que refiere la Contribución de la ciencia y la tecnología y la educación y ello esta resumido en:

¹⁸ Análisis realizado para la aprobación de los lineamientos de la Política Económica y Social del Partido y la Revolución, específicamente del 300 al 303 y otros estrechamente vinculados, sostiene la elaboración del Diagnóstico y la Política Nacional del Agua, la que fue aprobada por el Consejo de Ministros en diciembre del 2012.

¹⁹ Información brindada por los directivos del Instituto Nacional de Recursos Hidráulicos y el CITMA en la Mesa Redonda (programa de TV nacional) del 5 de septiembre de 2013. Art. Los caminos del agua en Cuba.

1. Incrementar los esfuerzos que hoy se llevan a cabo desde la ciencia y la tecnología para la atención a los principales problemas del país, logrando un impacto en la reducción de la contaminación, mediante:

- Los actuales estudios sobre peligro, vulnerabilidad y riesgo y sobre el cambio climático, para la toma de decisiones en la gestión territorial de las zonas afectadas del país.
- Desarrollo de campañas educativas. Fortalecimiento de la educación formal.
- En el VI Congreso del Partido, el último desarrollado, se recoge en el lineamiento 133, la necesidad de desarrollar investigaciones integrales para proteger, conservar y rehabilitar el medio ambiente y adecuar la política ambiental a las nuevas proyecciones del entorno económico y social. Es esta directriz el llamado a fomentar la educación ambiental, enfatizando en la conservación y uso racional de recursos naturales como los suelos, el agua, las playas, la atmósfera, los bosques y la biodiversidad.

Obsérvese cómo nada apunta a la transformación o creación de hábitos de consumo, cultura de uso, valor para la vida cotidiana, y su impacto en la salud humana. Las directivas máximas del Partido y la nación se resumen en estos lineamientos:

300 - El balance de agua constituirá el instrumento de planificación mediante el cual se mida la eficiencia en el consumo estatal y privado, respecto a la disponibilidad del recurso.

301 - Continuará desarrollándose el programa hidráulico con inversiones de largo alcance para enfrentar mucho más eficazmente los problemas de la sequía y del uso racional del agua en todo el país, elevando la proporción del área agrícola bajo riego.

302 - Se priorizará y ampliará el programa de rehabilitación de redes, acueductos y alcantarillados hasta la vivienda, según lo planificado, con el objetivo de elevar la calidad del agua, disminuir las pérdidas, incrementar su reciclaje y reducir consecuentemente el consumo energético. Incluir la venta de herrajes y accesorios a la población.

303 - En atención a propiciar una cultura para el uso racional del agua, estudiar el reordenamiento de las tarifas del servicio, incluyendo el alcantarillado, con el objetivo de la disminución gradual del subsidio, así como reducir paulatinamente el derroche en su uso. Regular de manera obligatoria la medición del gasto y el cobro a los clientes estatales y privados.

Mucho trabajo por hacer y en ello la escuela puede ser protagonista, su función de producción y reproducción social, así como legitimadora de cultura, es hoy un pendiente en el escenario cubano. Desconocer que entre las consecuencias directas del cambio climático se aumenta la vulnerabilidad de la salud humana, en esas circunstancias se prevé mayores afectaciones por enfermedades respiratorias o cardiovasculares y un incremento en las transmitidas por vectores. Con las alteraciones de los ecosistemas, también es previsible la aparición de enfermedades emergentes y el resurgimiento de virus y microorganismos no existentes en la actualidad, que pueden mutar.

Cuando los expertos, y en réplica los medios, precisan que entre las estrategias cubanas existe el Programa científico-técnico, que incluye investigaciones básicas sobre el clima, modelaciones a mediano y largo plazo de los impactos, los estudios en la salud y el perfeccionamiento de las alertas climáticas, no solo en pronósticos de tiempo, sino de sequías, agro meteorológicas y su impacto en la producción de alimentos, el turismo, y en todos los aspectos sociales. Prevalece entonces, una idea esencial donde el sujeto tiene necesariamente otra participación. Fortalece esta idea, lo expresado por Pedro Roberto Jacobi: "Vive-se, no início do século XXI, uma emergência que, mais que ecológica, é uma crise do estilo de pensamento, dos imaginários sociais, dos pressupostos epistemológicos e do conhecimento que sustentaram a modernidade. Uma crise do ser no mundo que se manifesta em toda sua plenitude: nos espaços internos do sujeito, nas condutas sociais auto destrutivas; e nos espaços externos, na degradação da natureza e da qualidade de vida das pessoas (JACOBI, 2005, p. 233)

Aproximarse a la escuela y comprender cómo se enfrenta o asume esta emergencia, somete a una mirada crítica desde la perspectiva sociológica esta problemática. En las estadísticas que se usan para medir, se habla de conexiones domiciliarias, pero las conexiones escolares no aparecen monitoreadas, así pasa con los indicadores mundiales. Es cierto que el mayor problema está en la vivienda porque se da por sentado que cuando el estado o una institución construyen una escuela le pone las conexiones, y en la casa depende más de las tradiciones y posibilidades familiares. Pero eso no significa que no haya dificultades con el acceso aunque esté la conexión. En Cuba la escuela es mixta y resulta muy difícil entender que puedan haber

desigualdades en el acceso al agua potable para niños y niñas según territorios, pero podría ser comprobado desde el punto de vista del comportamiento del uso al interior de la escuela y según el género, a partir de los hábitos de higiene que tienen niños y niñas, o del trato diferenciado que aplican los maestros a los mismos, expresados en el currículo formal u oculto.

Este tema es de escaso tratamiento en el país. Un antecedente podría ser la investigación sobre *Familia y desigualdades de género en el acceso al agua potable realizada en la Habana Vieja*, en la medida que estudia la relación entre acceso al agua, la salud y las desigualdades. Pero se centra en el ámbito familiar y no aborda esta problemática en el espacio escolar. De ello se concluye la emergencia de este tema, su actualidad y novedad para las ciencias sociales en Cuba.

La intención de conocer que pasa con la salud escolar en Cuba, mirando la escuela y el desarrollo de sus estrategias propias, y las que están diseñadas desde el nivel de políticas, abre la posibilidad de acercamiento a la temática del acceso y uso del agua potable y su impacto en la salud escolar. No obstante, se queda un planteamiento teórico y metodológico para estudiar los impactos en la salud escolar de otros problemas ambientales, que tienen altos costos sociales y marcan diferenciación y desigualdades, en un contexto socioeconómico sui géneris.

La discusión sobre el acceso y uso del agua potable, presente en el debate ambiental, ya sea desde la disciplina, o como eje articulador y parte de los currículos de los cursos de formación de los maestros, o como un indicador del desafío de la internalización de la educación ambiental en los espacios educativos, deja explícito que el problema no es solo de las generaciones en formación, sino una carencia entre los educadores y

una ausencia del tema en los espacios educativos. Es necesario transmitir un conocimiento necesario para que niños y niñas adquieran bases adecuadas de comprensión de los problemas y riesgos ambientales, así como su impacto en el medio ambiente global y local. Ello se fortalece si se logra un adecuado diálogo de disciplinas y saberes.

CONCLUSIONES

Las referencias y abordajes desde el campo de la educación y la sociología ubicadas en el pensamiento crítico, que marcó las décadas de los 70 hasta la actualidad, destacan a autores como Paulo Freire, Giroux, Appel. Otros más dedicados a los estudios de complejidad como Capra y Morin, quienes proponen una educación basada en prácticas, orientaciones y contenidos que trasciendan la conservación del ambiente. Así lo resume Pedro Roberto Jacobi en su artículo que concluye parafraseando a Morin, que dice: "la educación ambiental crítica, y el conocimiento para ser pertinente no se deriva de saberes desunidos y compartimentados..." (JACOBI, 2005, p. 233)

El desafío es complejo, las premisas para un diálogo de saberes entre educación y medio ambiente, no admiten esperas, y son determinantes para la salud humana. Es importante concebir la investigación y aproximación desde lógicas más combinadas e integradas, pensando también en un sujeto no dividido en partes. Para ello la interdisciplinariedad será determinante. Necesidad de repensar las prácticas, de modificar el rol de los maestros, y de las lógicas de interacción social, deberán caracterizar la formación y comprensión de los procesos escolares.

No asumir la salud escolar como un elemento importante del sistema escolar, que ofrece sistematización, conocimientos e identificación de problemáticas generadas por el acceso y usos del agua potable, estableciendo desigualdades y otros conflictos, significa no escuchar o desestimar una mirada que aportaría a la escuela resultados para una labor de mayor aporte a la sociedad y de más contribución a lo que demanda la agenda de trabajo medio ambiental.

Podemos presumir que entre la escuela y las políticas diseñadas para la gestión y saneamiento del agua potable median debilidades y fortalezas que no se han identificado y limitan la comprensión del impacto del acceso y uso del agua potable a la salud escolar de los niños y niñas.

Cuando la escuela asume una postura proactiva, creando y posibilitando condiciones necesarias para que ocurra la cooperación entre diferentes actores sociales, a los cuales ella tiene acceso por excelencia como la familia y la comunidad, se establece un diálogo comprometido y responsable con el presente y futuro de las nuevas generaciones.

El trabajo responsable desde el ámbito escolar revela un proceso de aprendizaje tanto para educadores como educandos, que despierta concientización y responsabilidad favorables al desarrollo de proyectos más sustentables para mirar con esperanza hacia una calidad de vida socioambiental.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

CHAN, M. 2010. Directora General de la Organización Mundial de la Salud Cumbre sobre los Objetivos de Desarrollo del Milenio. *Intervención en la segunda mesa*

redonda, sobre la consecución de los objetivos relacionados con la salud y la educación. Nueva York, EEUU, 20 de septiembre de 2010.

DUSSEL, I. 2004. *Desigualdades sociales y desigualdades escolares en la Argentina de hoy: algunas reflexiones y propuestas*, FLACSO-Argentina.

FLEITAS, R.; VOGHON, R. 2012. Familia y desigualdades de género en el acceso al agua potable y al saneamiento. El caso del barrio de Jesús María. En Fleitas Reina y Romero Magela. *Familia, Género y violencia doméstica. Diversas experiencias de investigación social*. Instituto Cubano de Investigación Cultural Juan Marinello, La Habana.

INRH-Instituto Nacional de Recursos Hidráulicos. 1999. Informe sobre uso del agua en Cuba. La Habana.

JACOBI, P. R. 2005. Educação Ambiental: o desafio da construção de um pensamento crítico, complexo e reflexivo. Universidade de São Paulo. Tomado de *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 31, n. 2, maio/jago. 2005.

MINED. 1999. *Programa director de promoción y educación para la salud en el Sistema Nacional de Educación*. Editorial Educación, La Habana.

NEWMAN, P.T.; BEATLEY, B. H. 2011. Resilient Cities. Responding to peak oil and climate change, en *Cambio Climático: enfoques desde el Sur*. Editorial Ciencias Sociales y Ruth Casa Editorial. La Habana.

OPS/OMS Instituto PROINAPSA-UIS. 2009. *Escuelas por la Salud, la Educación y el Desarrollo*. Un Llamado a la Acción. Traducción de Leonardo Mantilla Castellanos, MD. Colombia.

PERIÓDICO GRANMA. 2012. El hombre, una especie en peligro de extinción. Entrevista a Gisela Alonso Domínguez, presidenta de la Agencia de Medio Ambiente en Cuba, por Maite María Jiménez, La Habana.

PICHS MADRUGA, R. (coordinador). 2011. *Cambio Climático: enfoques desde el Sur*. Editorial Ciencias Sociales y Ruth Casa Editorial, La Habana.

PNUD. 2013. *Informe sobre Desarrollo Humano*. El ascenso del Sur: Progreso humano en un mundo diverso. New York, EEUU.

SÁNCHEZ, F. 2006. *Descentralización y progreso en el acceso a los servicios sociales de educación, salud y agua y alcantarillado*, La Habana, marzo de 2006.

SEOANE, J.; TADDEI, E.; ALGRANATTI, C. 2013. Extractivismo, Despojo y Crisis climática. Televisión Cubana (página digital Programa Mesa Redonda) *Los caminos del agua en Cuba*. Información brindada por directivos del Instituto Nacional de Recursos Hidráulicos -INRH y el Ministerio de Ciencia Tecnología y Medio Ambiente -CITMA, La Habana, 5 de septiembre de 2013. Ediciones Herramientas, Editorial El colectivo y GEAL. Buenos Aires. Argentina.

VI PRÁCTICA EDUCATIVA EN LA ESCUELA PROMOTORA DE SALUD: CONECTANDO AGUA, SALUD ESCOLAR Y CALIDAD DE VIDA SOCIOAMBIENTAL.

Bárbara Yadira Mellado Pérez

RESUMEN

Este ensayo presenta un estudio que relaciona la cuestión del agua, la salud escolar y la calidad de vida socioambiental. Su importancia, además de revelar interacciones y especificidades con consecuencias para la salud humana, conlleva implementar diagnósticos para caracterizar contextos escolares, identificados por necesidades y realidades diversas. La presencia de actores sociales como la escuela y la comunidad aportan la oportunidad de establecer una prioridad para entender la escuela promotora de salud, en su capacidad de innovar dentro de la práctica pedagógica, utilizando diversas estrategias de enseñanza, que posibilite asimilar contenidos y alcanzar un aprendizaje significativo de reflexión, crítica y análisis. La experiencia toma como objeto de estudio escuelas de Cuba y de Brasil, cada caso en contextos periurbanos, y condicionados por numerosas vulnerabilidades sociales que inciden en la calidad de vida. Los resultados se validan mediante una estrategia de triangulación metodológica. La interdisciplinariedad que caracteriza el estudio revela cuanto de innovador exigen las prácticas educativas que defienden dialogo entre saberes, especialmente cuando inciden en concepción y comprensión de realidades que impactan la vida y sobrevivencia humanas. El dialogo Cambio Climático, Ambiente, Salud, Calidad de Vida y Educación se inscribe como una pos-normalidad y requiere innovar en currículo, dinámica, didáctica y evaluación del proceso de formación. Los

resultados permiten primero, inferir dimensiones que median las interacciones y prácticas de acceso y uso de agua potable en la salud escolar. Y segundo, identificamos convergencias de la escuela promotora de salud con la calidad de vida socioambiental, para revelar prácticas educativas innovadoras.

*"Innovar es encontrar nuevos o mejorados usos a los recursos de que ya disponemos."
Peter Ferdinand Drucker*

INTRODUCCIÓN

Entre las reflexiones y los desafíos que desbordan el Foro Mundial del Agua, celebrado en Brasilia/2018, fueron varias las reflexiones sobre servicios de agua, interrupciones, dilemas estructurales, que acompañan sequías, crecimiento demográfico y mala administración que van drenando las reservas hídricas con mayor frecuencia en los últimos años, y provoca no postergar la gestión de los recursos hídricos. Esos aspectos, de una parte, y por otra los derechos básicos de acceso al agua potable, segura y de buena calidad dependiendo de un adecuado saneamiento, hoy condicionando el comportamiento de salud humana, así como la brecha entre los que pueden pagar y garantizar accesos de calidad, y los que dependen de políticas y gestiones públicas.

Sin embargo, la cuestión de resiliencia, la ejecución de acciones educativas, de prevención, de promoción para enfrentar la situación, acumula reservas y entre tanto se arriesgan la salud humana, y la oportunidad de atenuar los daños causados por el hombre. En esa dirección la importancia de relacionar agua- educación-salud-

ambiente. Lo que ocurre en el planeta no es ajeno al ser humano porque el ser humano es parte del planeta. Prueba de ello son los últimos desastres naturales. La necesidad de un ambiente seguro es una necesidad básica humana. Un ambiente seguro debe de cumplir con condicionantes idóneos de salud: como agua apropiada para el consumo humano, disponibilidad de alimentos, vivienda, educación, servicios de salud, equidad y seguridad social, pero también requiere de una educación ambiental. Cómo transmitir ese mensaje en el ámbito escolar, es un desafío que supera prácticas pedagógicas convencionales y disciplinares.

Este trabajo, refiere una investigación que se inscribe en el marco del Programa Ciencias sin Fronteras financiado por CAPES, y presenta un estudio que relaciona la cuestión del agua, la salud escolar y la calidad de vida socioambiental. La experiencia toma como objeto de estudio escuelas de Cuba y de Brasil, cada caso en contextos periurbanos, y condicionados por numerosas vulnerabilidades sociales que inciden en la calidad de vida.

Los resultados se validan mediante una estrategia de triangulación metodológica. Y se clasifican en un primer grupo, donde inferimos dimensiones que median las interacciones y prácticas de acceso y uso de agua potable en la salud escolar. Y en un segundo, identificamos convergencias de la escuela promotora de salud con la calidad de vida socioambiental. El aporte práctico desde la interdisciplinariedad que caracteriza el estudio revela cuanto de innovador exigen las prácticas educativas que defienden dialogo entre saberes, especialmente cuando inciden en concepción y comprensión de realidades que impactan la vida y sobrevivencia humanas. El dialogo Cambio Climático, Ambiente, Salud, Calidad de Vida y Educación se inscribe como una

pos-normalidad y requiere innovar en currículo, dinámica, didáctica y evaluación del proceso de formación.

DIMENSIONES QUE MEDIAN LAS INTERACCIONES Y PRÁCTICAS DE ACCESO Y USO DE AGUA POTABLE EN LA SALUD ESCOLAR

Agua y salud humana

La disponibilidad de agua apta para el consumo, la preparación de alimentos, la higiene personal y doméstica, la agricultura o la producción de energía, es esencial para garantizar la salud y el bienestar de los seres humanos, todos inciden en el aspecto evolutivo, ecológico o fisiológico, el agua es imprescindible para todas las formas de vida. Esa disponibilidad establece un cuadro higiénico que establece barreras en la propagación de enfermedades infecciosas. Y a la vez, las prácticas que median su uso pueden convertir al agua en un importante vehículo de transmisión de muchas enfermedades que han afectado a los seres humanos durante siglos. Tanto el exceso de agua (inundaciones) como la escasez y su calidad deficiente, pueden afectar a los seres humanos. Graves epidemias se han enfrentado, pero otras dolencias son endémicas y producen efectos crónicos y debilitantes.

Los esfuerzos avanzaron en la mayoría de las naciones, fue en crear sistemas para recolección de aguas residuales, a modo de disminuir riesgos para la salud pública en los centros urbanos. La densidad y variedad de los agentes patógenos humanos que se descargan están relacionadas con la población atendida por el sistema de recolección de aguas residuales, las cualidades estacionales de ciertas enfermedades y

el grado de las infecciones de la comunidad en un momento dado. Notables diferencias acontecen entre comunidades urbanas y rurales, y también en las periferias o zonas vulnerables de las grandes metrópolis.

La mayor contaminación a las aguas es considerable por *Giardia*, *Cryptosporidium*, *Campylobacter* y *Yersinia* provenientes de la fauna silvestre y el ganado que vive en la cuenca, así como de granjas o corrales de engorde de bovinos y avícolas. También, los rellenos sanitarios indebidamente ubicados, mal diseñados o con un funcionamiento deficiente

[...] Los residuos sólidos urbanos (basuras) no sólo contienen desperdicios de alimentos, plásticos, telas, cartón, estiércol y piedras sino también materia fecal. Se agregan a estos desechos fecales las heces de roedores y aves que hurgan en busca de alimentos en los vertederos. (AGUIAR, 1998)

Según datos Geldrich (1990), los Agentes patógenos *Salmonella*, *Shigella*, *Leptospira*, *Campylobacter*, *E. coli* patógenas, *Vibrio cholerae*, *Vibrio cholerae* eltor, *Yersini*. Los Parásitos *Entamoeba histolytica*, *Cryptosporidium*, *Giardia*. Y Virus, los Enterovirus, pasan a través de excretores de Seres humanos, Ganado vacuno, Ovejas, Cerdos, Perros, Gatos, Fauna silvestre y Bacterias. Y las estimaciones del número de individuos, animales domésticos y fauna silvestre infestados varían de menos del 1% al 25% de la población total. Se desarrollan nuevas investigaciones, surgen nuevos agentes patógenos transmitidos por el agua recién conocidos y emergentes. Estos microorganismos pueden clasificarse en cuatro grandes grupos: bacterias, virus, protozoos y helmintos.

Las causas que exacerban esas situaciones, y agudizan cuadros de salud críticos por desconocimiento, descontrol, exposición de la población humana, están asociadas a aspectos que consideramos relevantes en este trabajo. En un contexto mundial que expone niveles de hacinamiento y un crecimiento desorganizado de asentamientos, comunidades y ciudades, se quiebran las barreras infraestructurales de saneamiento (abastecimiento y distribución de agua, recolección y tratamiento de aguas residuales, disposición de residuales sólidos). Adicionando, la creciente movilidad de las personas a escala internacional.

Agua, Salud Humana y Salud Escolar

Desde el punto de vista de la salud pública, es conveniente clasificar las enfermedades relacionadas con el agua de conformidad a diversas consideraciones de Salud Ambiental. Asumimos esta clasificación del Sistema Nacional de Salud de Cuba (AGUIAR, 1998), justificado con el consenso de la OMS, el cual se ha generalizado dividirla en cinco grupos:

- *vinculadas con la falta de higiene:* caracterizadas por la escasez o la inaccesibilidad del agua para la higiene personal y doméstica.
- *producidas por contacto con el agua:* ocurren cuando el agua ha sido contaminada por las heces, sirve de hábitat a los agentes patógenos o a los huéspedes intermediarios. La enfermedad se produce cuando éstos se ponen en contacto con los seres humanos.

- *transmitidas por vectores de hábitat acuático*: Cuando el agua proporciona un hábitat o un área de reproducción para los insectos vectores de la enfermedad. Ejemplo de ello son los mosquitos transmisores de malaria, la filariasis, el dengue, la fiebre amarilla y la encefalitis.
- *diseminadas por el agua*: Este grupo de enfermedades está surgiendo en los países desarrollados donde los agentes patógenos infectan a los seres humanos a través de las vías respiratorias.
- *transmitidas por el agua*: estas se transmiten por la ingestión de agua que ha sido contaminada por microorganismos patógenos, principalmente a través de heces humana. La ingestión puede ser directa, por agua potable, o indirecta, con alimentos o bebida que han sido preparados con agua contaminada.

También puede ser, por la ruta fecal-oral, prácticas higiénicas deficientes y contaminación de los alimentos u objetos.

El último grupo, que refiere a las enfermedades transmitidas por el agua, constituye objeto central del análisis en nuestro estudio, considerando es donde más podemos incidir con propuestas de educación y promoción de salud. La posibilidad de disminuir impactos de estas enfermedades está asociadas a prácticas, y aspectos culturales, y de conocimiento que se puede acompañar de acciones, y mayor participación de actores.

La mitad de la población padece enfermedades transmitidas por el agua, comprendiendo:

- enfermedades gastroentéricas tales como la disentería, la giardiasis, la hepatitis A y el rotavirus.
- enfermedades epidémicas clásicas que se transmiten por el agua: cólera, disentería y fiebre tifoidea.
- enfermedades diarreicas.

Las diarreicas son causa principal de mortalidad y morbilidad infantil. Estadísticas plantean que el 90 por ciento del total de defunciones mundiales por esta causa ocurren en niños menores de 5 años. También un tercio de las camas de los hospitales pediátricos están ocupadas por pacientes con diarrea, y se calcula que los niños sufren un promedio de 3,3 episodios de diarrea por año, aunque en ciertas zonas se pueden producir hasta nueve episodios, estos datos se manejaban desde 1994.

En la actualidad la situación se mantiene, siendo declarado por la OMS en 2017, que por lo general son consecuencia de la exposición a alimentos o agua contaminados. En todo el mundo, 780 millones de personas carecen de acceso al agua potable, y 2500 millones a sistemas de saneamiento apropiados. Los más afectados son los países en desarrollo, donde bajos ingresos, pobreza, hambre conducen a estados de malnutrición de muchos niños. (OMS, 2017)

Por otra parte, la obesidad infantil es un serio problema de salud en edad escolar. Así como, otros aspectos asociados a la pobreza, el desempleo de familias completas, elevados índices de violencia, abusos y discriminaciones, trabajo infantil, tiene lugar

el escenario en que la escuela desafía una vez más los encargos que la sociedad coloca en ella.

La práctica Educativa: Salud escolar y escuela promotora de salud

Los programas de promoción y educación para la salud en el ámbito escolar tienen una expresión importante en la Iniciativa de Escuelas Promotoras de Salud en 1995. La partida fue ofrecer un nuevo enfoque, basado en una renovación conceptual del vínculo entre salud y educación y en el ideario de promoción social y participación comunitaria que emergió en la Carta de Ottawa. (OMS 1986). Ya han pasado más de 20 años.

Ese modelo de las escuelas como promotoras de salud, buscó integrar una tradición histórica (los programas de salud escolar, orientados a la prevención y protección) con una serie de enfoques complementarios que incluían:

- Educación para la salud con base en metodologías activas de enseñanza aprendizaje.
- Servicios de salud en el contexto de los programas de salud escolar y enfatizando en la detección temprana de los problemas más frecuentes,
- Políticas escolares saludables y mejoramiento del ambiente escolar.
- Activa participación de los niños, sus familias y la comunidad para incrementar la conciencia acerca del vínculo que une salud y educación con

el ambiente y los estilos de vida de quienes “trabajan, aprenden y viven en la escuela”.

En la actualidad mantiene esos enfoques, pero se adicionan desafíos, en los que la escuela demanda de esfuerzos innovadores, un perfeccionamiento de los currículos, mayor capacitación de profesores y una educación ambiental que de cuentas de esfuerzos interdisciplinarios.

La oportunidad de declarar una escuela promotora de salud, y conectar con la situación de salud escolar, permite como plantea la declaración de Vancouver fortalecer el vínculo entre salud, educación y desarrollo, y se mencionan como ejes (OMS, 2007):

- Construir evidencia y experiencia o Fortalecer los procesos de implementación
- Mitigar las desventajas sociales y económicas promoviendo la equidad
- Aprovechar la influencia de los medios de comunicación
- Mejorar las alianzas entre diferentes sectores y organizaciones.

Basados en estos elementos, consideramos la posibilidad de elaborar un Diagnóstico de Salud Escolar para la calidad de vida Socioambiental. Ello significó identificar como objeto de estudio: la Escuela, y para cada caso implicó:

- Caracterizar la Escuela
- Identificar la situación de salud escolar

- Conocer el contexto social y sus vulnerabilidades
- Movilizar, coordinar y acompañar acciones de Educación y Salud promovidas por la escuela.
- Identificar Dimensiones y convergencias da salud escolar y calidad de vida socioambiental.
- Elaborar acciones basadas en prácticas pedagógicas innovadoras.

Considerando la complejidad de la problemática de estudio, fue identificado la necesidad de establecer interfases innovadoras durante todo el proceso. Las interfases implican asistencia técnica (conocimientos, habilidades, herramientas), acompañamiento, difusión, promoción de aprendizajes y sistematización. También, desarrollo de materiales, asesoría, investigación, monitoreo, evaluación y puesta en red de experiencias.

Para lo cual declaramos, éstas son antecedidas por un Nivel Político, que implica movilizar y coordinar entre sectores e instituciones. Y dan paso a un Nivel Operativo, diseñado para movilización y participación de la escuela y la comunidad, en todo el proceso.

Se identifican una serie de factores que pueden considerarse “determinantes” en el proceso de implementación y transformación de políticas y prácticas de salud escolar, promoción de salud y calidad de vida socioambiental.

En la revisión de trabajos (WHITMAN, 2005; MERESMAN, 2007; MORALES, 2007) se coincide en que estos factores son relativamente constantes, y no importa el país de análisis, o el escenario, si bien el “peso específico” de cada uno de ellos varía en función del contexto de implementación. (OMS, 2007)

Y también deriva tres dimensiones complementarias de análisis, procurando explorar aspectos que consideramos de especial interés para examinar la experiencia de implementación en el contexto latinoamericano. Estas dimensiones de análisis y sus fundamentos son:

- la estrategia de alianzas seguida por las escuelas,
- el carácter innovador y de sustentabilidad de las acciones y prácticas emprendidas,
- los aspectos de complejidad que intervienen en todo el proceso

La principal finalidad de la Escuela Promotora de Salud es contribuir para el desarrollo de la salud y la educación, para la salud de sus alumnos y de la comunidad donde viven. La innovación se expresa en esa perspectiva de facilitar una educación para la salud, una educación ambiental, servicios de salud escolar, elaborar proyectos escuela-comunidad, contar con programas de promoción de salud, pensados para la nutrición y alimentación saludable, actividades deportivas para la educación física, programas de apoyo social y de salud mental, de forma que la escuela implemente políticas y prácticas que respeten y proporcione calidad y bienestar de vida.

En resumen, una escuela promotora de salud se caracteriza como una Institución que promueve un estilo de vida, de aprendizaje y de trabajo propicio al desarrollo de la salud. Según Navarro (1999) las escuelas para seguir la filosofía y prácticas de las Escuela Promotoras de Salud (EPS) deben promover cambios en las siguientes dimensiones: Curricular, Psico-social, Ecológica, Comunitaria y Organizacional.

CONVERGENCIAS DE LA ESCUELA PROMOTORA DE SALUD CON LA CALIDAD DE VIDA SOCIOAMBIENTAL

Cuestiones tan sensibles, demandan situaciones de aprendizaje novedosas. Innovaciones educativas dentro de un aprendizaje planteado como un proceso sistemático e intencionado que requiere del conocimiento y utilización de diversas estrategias, tiene de base utilizar la innovación dentro de la práctica docente, dialogar entre disciplinas, contextos, tipos de saberes, exige reducir el esfuerzo entre diversos profesionales para aumentar la rapidez en obtener resultados, y conseguir responder a demandas de nuestra sociedad.

Una práctica intencionada para producir modificaciones profundas en el sistema de generación y transferencia de conocimientos, habilidades, actitudes y valores, con la articulación de la participación de los agentes y que mejora la calidad de algún aspecto significativo del hecho educativo, se reconoce como innovación. Innovación es

“... un proceso encaminado a la solución de problemas de calidad, cobertura, eficiencia y efectividad en el ámbito educativo, resultado de un proceso participativo de planificación, que surge desde la práctica educativa del profesorado y que confronta las creencias de docentes y administrativos, y plantea formas alternativas de enseñar, aprender y gestionar”. (BLANCO; MESSINA, 2000)

Desde esa concepción, comprender calidad de vida, medio ambiente y cambio climático en su relación constituyen desafío innovador en la intención de observar la salud, y las formas en que la escuela promueve una cultura, una comprensión, unas prácticas que impliquen responsabilidad y conocimientos, en busca de transformación.

Calidad de vida, medio ambiente y cambio climático

Según la OMS, la calidad de vida es "la percepción que un individuo tiene de su lugar en la existencia, en el contexto de la cultura y del sistema de valores en los que vive y en relación con sus objetivos, sus expectativas, sus normas, sus inquietudes. Se trata de un concepto muy amplio que está influido de modo complejo por la salud física del sujeto, su estado psicológico, su nivel de independencia, sus relaciones sociales, así como su relación con los elementos esenciales de su entorno" (REAL, 2012) Ese concepto, resulta ser muy polémico, y se asocia a diversas condiciones de vida que hoy viven muchos seres humanos. (BURGUI, 2008)

No es cuestionable, el consenso de que el medio ambiente en el que vivimos ejerce una clara influencia en nuestro estado de salud. El aire que respiramos, la alimentación que llevamos, nuestros hábitos de vida, nuestras prácticas, todos constituyen factores determinantes. La calidad de vida está influenciada por la salud y otros factores de la realidad cotidiana, no es fácil identificar niveles, índices, etc. su componente subjetivo y fenomenológico, es esencial para cualquier estudio de todos los factores condicionantes.

Es ineficiente que la escuela no promueva entender el Medio ambiente, a partir de identificar los niveles de contaminación física, química, biológica, psicosocial y sociocultural, a los que estamos expuestos los seres humanos. La ausencia de enfoques interdisciplinarios, minimizar la complejidad del tema, abordajes sin integralidad tanto dentro como fuera del currículo escolar, y profesores que cuentan con escasos conocimientos, son limitaciones que el sistema escolar enfrenta en el mundo, para el abordaje objetivo de esta problemática. Desconocer la influencia del medio ambiente, implica desconocer el entorno en que nacemos y nos desenvolvemos, y esa falta de conciencia básica constituye un obstáculo que no consigue asociar la realidad ambiental en que vivimos con la situación de salud de una comunidad.

"El cambio climático puede afectar a la salud de manera directa (consecuencias de temperaturas demasiado altas o bajas, pérdida de vidas y lesiones en inundaciones y tormentas) e indirecta, alterando el alcance de los vectores de enfermedades, como los mosquitos, y de los patógenos transmitidos por el agua, así como la calidad del agua, la calidad del aire, y la calidad y disponibilidad de los alimentos. El impacto real en la salud dependerá mucho de las condiciones ambientales locales y las circunstancias socioeconómicas, así como de las diversas adaptaciones sociales, institucionales, tecnológicas y comportamentales orientadas a reducir todo el conjunto de amenazas para la salud." (IPCC,2001)

Las enfermedades infecciosas, en particular las transmitidas por insectos vectores o por el agua, son sensibles a las condiciones climáticas. Se necesitan datos sobre la incidencia de enfermedades para que los estudios epidemiológicos dispongan de una

referencia. La falta de información precisa sobre las actuales tasas de incidencia de enfermedades dificulta la discusión sobre si dichas tasas están cambiando como consecuencia de las condiciones climáticas (OMS, 2003).

Amartya Sen, declaró que la oportunidad de participar en procesos democráticos que mejoran la propia calidad de vida, y es uno de los factores más importantes en el desarrollo humano. En América Latina y en el Caribe, las Escuelas Promotoras de Salud han proporcionado a muchas personas esa oportunidad. Las redes de Escuelas Promotoras de Salud en los países y las regiones, a pesar de las dificultades que enfrentan en la comprensión de su misión, demuestran ser un mecanismo que es valioso y que contribuye a que varios profesionales tengan la posibilidad de aprender unos de otros, obtener ideas prácticas y lo que es más importante, rodearse del apoyo que necesitan para enfrentar barreras y retos.

Las Escuelas Promotoras de Salud en América Latina y en el Caribe, y deben continuar fortaleciéndose para asegurar el éxito de la iniciativa, exponen resultados positivos que pueden ser generalizados.

Un elemento común para este análisis, que se inscribe en un esfuerzo interdisciplinar derrumba hipótesis de trabajo desligados del uso de las nuevas tecnologías, a lógicas de enseñanza sin interacción con la práctica y realidad cognoscible. Implica un desempeño pedagógico de inclusión, de respeto mutuo, de diversidad e interculturalidad.

Abordar la cuestión del agua, la salud escolar y la escuela promotora de salud y calidad de vida socioambiental, además del común denominador, sobre atender los

niveles de participación, demanda necesarias transformaciones en la forma de trasladar mensajes.

Por tanto, su presentación en espacios escolares y comunitarios, serían totalmente ineficaces sin considerar prácticas innovadoras, integradoras e interdisciplinarias. Este trabajo, enfoca en la cuestión del agua, como elemento que condiciona comportamientos de salud, y que da oportunidad para desenvolver acciones que van desde lo educativo, cultural a sistematizar prácticas pedagógicas innovadoras de promoción de salud, y de cuidado del medio ambiente. En otros estudios pueden ser analizados otros fenómenos asociados a los cambios climáticos.

CONCLUSIONES

Un estudio que se enmarca en posturas interdisciplinarias deviene en alta complejidad, sobre todo desde perspectivas teóricas. La investigación de carácter aplicado no enfatiza, en debates teórico-conceptuales, que ubique a los autores en tendencias más clásicas o contemporáneas. El análisis problematiza, a partir de identificar desconexiones frente al tratamiento de una cuestión que tiene significativa importancia para la vida.

El análisis en el contexto escolar ratifica la fortaleza de la educación como herramienta de la que dispone la escuela en su labor de prevención y promoción. El trabajo de campo desarrollado permite, primero, identificar las dimensiones que emergen son Educativa, Cultural, Ambiental y Política, como mediadoras de las interacciones y prácticas de acceso y uso de agua potable en la salud escolar. Y segundo, existen

convergencias de la escuela promotora de salud y sus objetivos que inciden en la construcción y educación de asumir una nueva concepción de calidad de vida socioambiental.

En ambos resultados, se validan prácticas educativas innovadoras que consiguen dialogar con problemas que están marcados por condicionantes sociales de salud, educación y ambiente, y que deben ser atendidas, y consideradas por la escuela para promover cambios en las dimensiones:

- Curricular,
- Psico-social,
- Ecológica,
- Comunitaria
- Organizacional

El valor aplicado, recae en el desarrollo del trabajo de campo en dos contextos nacionales diferentes, condicionados por vulnerabilidades semejantes de uso y acceso al agua potable, por tanto, similares impactos en la salud escolar y la calidad de vida socioambiental.

De forma intencionada se enfatiza en el examen de la contribución de la promoción de la salud no solo a la mejora de la salud y la equidad sanitaria, sino para la calidad de vida socioambiental, y se aprovecha una metodología de trabajo, que identifica dimensiones y prácticas de demostrada eficacia.

Las prácticas educativas innovadoras serán determinantes en el cumplimiento de los Objetivos de Desarrollo, pensadas en:

- renovar la misión de la promoción de la salud,
- explicitar y optimizar la función y los logros de la promoción de la salud,
- proporcionar orientaciones a los países sobre la aplicación práctica de los conceptos y métodos de la promoción de la salud,
- potenciar el compromiso político con el enfoque de la salud para todos,
- posibilitar que las personas, los gobiernos y la sociedad civil aborden los determinantes sociales de la salud y que las personas tomen control de sus vidas,
- intercambiar experiencias nacionales en el ámbito de la mejora de los conocimientos sobre salud, la intensificación de la acción intersectorial y la movilización social, y la creación de ciudades, comunidades y asentamientos humanos saludables.

Si observamos esos alcances, se estimula el diálogo innovador para conectar Cambio Climático, Ambiente, Salud, Calidad de Vida y Educación, no deja espacio a dudas sobre su carácter pos-normal y complejo, requiriendo innovar en currículo, dinámica, didáctica y evaluación del proceso de formación, al establecer las dimensiones sugeridas, de estrategia de alianzas, de acciones sustentables, capacidad de entender la complejidad que interviene, en un proceso que pretende contribuir a la salud escolar y la calidad de vida socioambiental. Un contexto global de desafíos

permanentes demanda y precisa nuevas herramientas para incentivar y conseguir ampliar su alcance en aras de una vida mejor.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

AGUIAR, P. P. H. 1998. Agua y Salud. En *RTV*(La Habana) Vol. 3, No. 2 Marzo 27. ISSN 1028-4338

BLANCO, R.; MESSINA, G. 2000. *Estado del arte sobre las innovaciones educativas en América Latina*. Colombia, Convenio Andrés Bello, UNESCO.

BURGUI, M. 2008. Medio ambiente y calidad de vida. En *Cuadernos de bioética: Revista oficial de la Asociación Española de Bioética y Ética Médica*. Cuad. Bioét. XIX, 2008/2º <
https://www.researchgate.net/publication/28312586_Medio_ambiente_y_calidad_de_vida>.

GELDREICH, E. E.; FOX, K. R.; GOODRICH, J.A. et al. 1992. Searching for a water supply connection in the Cabool, Missouri disease outbreak of E. coli O 157:H7. *Water Res* 1992; 26:1127-1137

IPCC. 2001. *Synthesis Report, Third Assessment Report*. Cambridge University Press.

OMS. 2003. *Cambio climático y salud humana - Riesgos y respuestas RESUMEN* <<http://www.who.int/globalchange/publications/en/Spanishsummary.pdf> >

OMS. 2017. *Enfermedades diarreicas*. Nota descriptiva. Mayo. <<http://www.who.int/mediacentre/factsheets/fs330/es/>>

OPS-OMS. 2007. *Promoción de salud, escuela y comunidad: el laberinto de la implementación Notas y aprendizajes desde la experiencia Iberoamericana*. Education Development Center (EDC), Centro Colaborador (OPS-OMS) <<http://escpromotorasdesalud.weebly.com/uploads/1/3/9/4/13940309/lab1.pdf>

REAL F., G. 2012. Calidad de vida, medio ambiente, sostenibilidad y ciudadanía ¿construimos juntos el futuro. *Revista NEJ - Electrónica*, Vol. 17 - n. 3 - p. 305-326 / set-dec 2012.

VII BARRERAS CULTURALES Y DE COMUNICACIÓN DEL MAESTRO PARA DESARROLLAR SALUD ESCOLAR: ESTUDIO DE CASO

Bárbara Yadira Mellado Pérez

INTRODUCCIÓN

El ejercicio de la ciudadanía y la convivencia social, aunque no aparecen a primera vista, por prevalecer el análisis que emerge de la producción de bienes y servicios, y las formas de organización del trabajo; han sido impactadas por el proceso de globalización económica y cultural, facilitado por la rápida evolución de las tecnologías de la información y las comunicaciones.

Instituciones y organismos internacionales indican que a esta problemática será difícil no prestarle atención en la actualidad. Las distinciones están condicionadas por contextos culturales, políticos, y económicos, sin embargo, las alternativas no admiten esperas, pues hacen de la convivencia, del bienestar y calidad de vida, del equilibrio social, un escenario para el que hay que prepararse y ello implica una educación que conduzca a ser tolerantes, a aprender y convivir con lo diferente.

Todos los asuntos de la diversidad y la interculturalidad se han replanteado, en la medida en que las industrias audiovisuales y las tecnologías digitales, van acercando a las sociedades y engendrando a la vez nuevas diferencias y desigualdades, ya no principalmente territoriales o de origen histórico, sino según el acceso a los nuevos bienes y mensajes.

La atención a los impactos de la globalización moviliza reflexiones y análisis que desde diferentes miradas presenta las ciencias sociales. El informe de Políticas de Atención a la Diversidad Cultural (UNESCO, 2005a) plantea:

“La globalización se nos presenta como una oportunidad de intercambio y enriquecimiento entre naciones y personas, pero también introduce nuevas tensiones en la convivencia social. Advertimos el surgimiento de nuevas formas de intolerancia y agresión.(...) La diversidad cultural, en lugar de ser considerada como patrimonio común de la humanidad y oportunidad de crecimiento, se convierte en amenaza, y es utilizada como excusa para la intolerancia y la discriminación”

Estas demandas llegan desde la política e ideologías, la cultura y la economía, la educación y el mercado laboral, y se expresan en la diversidad de procesos que tienen lugar en la cotidianidad condicionando el bienestar y calidad de vida de los seres humanos.

“La sociedad le pide de todo a la educación, y ese todo está inundado de reclamos contradictorios. Le pide igualdad de oportunidades, preparación para la vida productiva, disciplinamiento en el esfuerzo, transmisión de valores, respeto a la integridad de los estudiantes, autoridad y un sistema justo de esfuerzos y reconocimientos” (HOPENHAYN, 2005).

De igual manera, se le pide también al sistema “que asegure continuidad y progresión de los educandos” (CEPAL-UNESCO, 2005), transmisión de conocimientos pertinentes para enfrentar el mercado laboral y los cambios productivos, modelos de enseñanza que mantengan alta la motivación y profesores que infundan pasión por aprender. La demanda se complejiza junto con los públicos asociados a esta comunidad educativa.

Puede comprenderse la razón esencial de provocar un debate sobre las barreras culturales a la comunicación, que a nuestro juicio parte de entender la diversidad cultural, para colocar a la escuela en nuevos tiempos de necesaria interculturalidad. Legitimar, reproducir y generar prácticas conscientes impactará la concepción del mundo de los que conviven en la institución escolar.

De igual manera la responsabilidad social de la escuela, condiciona su abandono de roles tradicionales y conservadores, demandando que se ocupe de construir nuevos sentidos y significados culturales y de comunicación en otras circunstancias, de creciente desigualdad e inequidad social, un arrollador desarrollo tecnológico, y la transformación en la manera en que interactuamos y nos comunicamos, marcando la asistencia a una sociedad que desdibuja y cuestiona cualquier límite.

Este trabajo ***hace un análisis de las barreras culturales y de comunicación que determinan los resultados obtenidos de un estudio de caso sobre la labor y acciones de los maestros, para el desarrollo de la salud escolar, en el municipio Arroyo Naranjo, de la capital cubana.*** Validado por una investigación de carácter Exploratoria-correlacional, con un diseño no experimental transeccional, desde una perspectiva cualitativa, y que respondió como objetivos en general a: Analizar las contribuciones del maestro a la salud escolar en la Escuela Primaria "Jesús Hernández Alfonso" del Reparto Eléctrico, Arroyo Naranjo, en el curso 2014-2015. Sobre esos resultados validados y obtenidos con la aplicación de rigurosos métodos y técnicas, surge la intención de realizar una lectura que identifique las barreras culturales y de la comunicación que limitan y condicionan la labor de los maestros.

Sobre la estructura del trabajo, la lógica teórica del análisis se inscribe en sustentos teóricos que aporta la sociología. Estas razones facilitan una estructura de comprensión que nos lleva desde entender la "nueva escuela" a la cual se le asignan roles y encargos sociales, cada día más complejos. Los antecedentes asocian todo el análisis con la cultura, y las concepciones y distinciones para comprender la diversidad cultural en una educación intercultural. Ello sostiene relacionar las barreras culturales y de comunicación que facilitan otra lectura de los resultados, constituyendo las justificaciones del análisis en una escuela y para la salud escolar.

LAS BARRERAS CULTURALES Y DE COMUNICACIÓN: RESULTADOS DEL ANÁLISIS EN UNA ESCUELA

No es casual que los antecedentes para llegar a este apartado, sean primero, entender cultura y cuáles procesos se asocia a ello, porque si en algo la mundialización y globalización han tenido impacto, es en esas comprensiones. Y segundo, las concepciones y distinciones para comprender la diversidad cultural en una educación intercultural. Ningún análisis en el ámbito escolar debería obviar esta mirada, porque en la base de cualquier lectura de desigualdad, estaría siendo atravesada por una concepción cultural, que tiene matices, interpretaciones, juicios y costumbres, y que coloca a los que forma en la sociedad con huellas imborrables.

Y por otro lado, identificar barreras culturales, da por existente una cultura. Y en ella y de ella se desprenden múltiples procesos que han sido condicionados por sentidos y

significados adquiridos a lo largo de la socialización y formación de la que los sujetos formamos parte.

El análisis se sustenta en la propuesta de Felipe Chibás Ortiz, publicada en

“Creatividad, comunicación y cultura”. Asumimos su concepto de barreras culturales a la comunicación: “entendidas como el conjunto de factores, de orden simbólico o concreto, de origen cultural (entendiendo la cultura como una red de significados que contribuyen a construir un estilo de vida), que van más allá de las diferencias idiomáticas y que pueden dificultar la comunicación y las relaciones entre persona, grupos, redes u organizaciones de diferentes valores, costumbres, etnias, edad, género, países, regiones, religiones, nivel educacional, información, acceso y facilidad para usar tecnologías, entre otras. (CHIBÁS ORTIZ, 2015, p. 62)

Y aunque el autor revela que “las barreras culturales a la comunicación son un fenómeno presente en el cotidiano de las organizaciones, y tienen una influencia visible en el comportamiento de estas” (CHIBÁS ORTIZ, 2015, p. 62) resaltando que la cultura potencia la comunicación y la creatividad bien empleadas, y en su defecto deviene obstáculo indiscutible, vale la polémica instalada en la sociología, de que todo ello, lo que facilita y lo que obstaculiza, es construido “a priori”, es intencionado, es resultante social.

Las barreras que presenta Chibás en su obra, aunque un poco más ampliadas, y de la cual mantenemos numeración asignada en la obra original por su utilidad, nos refiere coloquemos atención en: 1. Etnocentrismo, 2. Individualismo Vs. Colectivismo, 3. Sexismo, 4. Sensualismo, 5. Religiocentrismo, 6. Urbano Vs. Rural, 7. Sobrevaloración extrema de las reglas, 8. Conflicto Edad, 9. Estilos comunicacionales, 10. Conflicto

tiempo, 11. Distancias jerárquicas, 12. Control de incerteza. 13. Internalidad Vs. Externalidad. (CHIBÁS ORTIZ, 2015, p. 62)

El autor, se refiere a un contexto esencialmente para ambientes organizacionales empresariales, sin embargo, este trabajo revela su valor, carácter generalizador, y flexible para otros contextos. La escuela es una organización, una institución por excelencia, depositaria desde la antigüedad de innumerables encargos sociales. La comprensión de su evolución y desarrollo en diversas etapas del pensamiento filosófico y sociológico, radica en interpretar cual ha sido en cada circunstancia su encargo y relevancia social.

No es cuestionable el papel de la escuela como transmisora de mensajes, unos explícitos, otros ocultos, pero sin dudas la educación desempeña un papel catalizador de la introducción de información y conocimientos. Y además su llegada esta mediada por el emisor. Gran reto en los momentos actuales, pues no se precisa llegue de forma exclusiva a través del maestro.

Relacionar la escuela con el desarrollo de salud escolar, examinando el desempeño de los maestros, encuentra una herramienta de análisis en la identificación de barreras culturales y de comunicación presentes. Aunque pudiera ser una experiencia a generalizar, este estudio se centra en los resultados obtenidos de una investigación de campo.

Es reconocido que el desarrollo social en Cuba, tiene fuertes sustentos en la salud y la educación, unidos a la seguridad social, como expresión de la voluntad y políticas públicas. Sin embargo, existen pocos antecedentes de estudios sobre la salud escolar desde la perspectiva sociológica. Están diseñadas las estrategias nacionales, y

definidas las instituciones responsables, lo cual no es suficiente para conseguir efectividad en esos modelos de comunicación esencialmente institucionales.

Un estudio realizado desde finales de 2014 en dos escuelas de la capital cubana sobre la salud escolar, para identificar cuánto la implementación de los programas de salud escolar se corresponde con las estrategias nacionales diseñadas para ello, facilitó importantes resultados que legitiman la buena voluntad e intención en el nivel macro social, pero deformidad en la medida que desciende a los niveles de base, y en especial considerando las diferencias que presentan los territorios en dependencia de los índices de desarrollo.

La concepción de interculturalidad antes expuesta entonces no se reduce a cultura de saberes artísticos, es en su esencia una convocatoria a la diversidad, a la inclusión. Puede plantearse que, en la escuela se aprende de los maestros, de los compañeros de clase, de los libros, del ejemplo de los adultos, de la forma en que se organiza y lleva a cabo la tarea escolar, de muchas cosas. Se aprende una relación con el conocimiento y con la realidad a la que ese conocimiento se refiere y sobre la que le permite actuar. Se aprenden formas de relacionarse con otras personas, ideas sobre uno mismo, sobre nuestro lugar en la estructura social, en la vida y en el mundo, se desarrollan esperanzas y expectativas, se adquieren habilidades.

La escuela no es sólo el lugar donde se desarrolla el proceso de enseñanza-aprendizaje. Es además, el marco en el que las interrelaciones estructurales, funcionales y culturales dan sentido y alcance al hecho educativo formal. Su misión trasciende a contribuciones más elevadas como: formar el carácter, la voluntad,

desarrollar habilidades, sentimientos, actitudes y valores que van conformando en el individuo una cultura general.

“La escuela cumple las funciones que le asigna la reproducción económica (calificar la fuerza de trabajo para incorporarla al mercado laboral), las que requiere la socialización o endo-culturación (transmitir la cultura de una generación a otra), las necesarias para interiorizar en los sujetos aquellos hábitos que los distinguen de las otras clases. Pero también realiza las funciones que derivan de la estructura interna del campo educativo. Por eso, la escuela, que sirve a tan diversas demandas sociales, no es el reflejo de ellas. Tampoco es un simple instrumento de las clases dominantes. Se va constituyendo y cambiando según como se desenvuelve la lucha de clases, y también los enfrentamientos entre grupos internos que, al disputarse el capital escolar, van configurando relaciones de fuerza y opciones de desarrollo.”(BOURDIEU,s/d)

Así lo argumenta Canclini, defendiendo la concepción de Pierre Bourdieu. Y pueden leerse en esta explicación elementos sociológicos, que sostienen comprender lo que nos propone Chibás en su delimitación como barrera cultural de la “Tendencia a la internalidad versus externalidad”

ACERCAMIENTOS AL CASO DE ESTUDIO: ESCUELA PRIMARIA EN LA HABANA CUBA²⁰

²⁰ La fundamentación, y datos, así como la justificación muestral y otras precisiones son inéditas, respondiendo a un proyecto sobre “Salud Escolar: realidades y desafíos de la educación cubana.” El caso forma parte de investigaciones sobre la temática. Su empleo para este trabajo son para demostrar que más allá de la identificación de aspectos objetivos y subjetivos que inciden en la labor de los maestros estudiados dentro de la muestra, la lectura desde las barreras culturales, ofrece otras aproximaciones para comprender el contexto y las limitaciones identificadas.

La Escuela Primaria (E.P) "Jesús Hernández Alfonso" se encuentra ubicada en el Consejo Popular Eléctrico, del municipio Arroyo Naranjo de la capital cubana. Pertenece a la periferia y ello hace relevante que es territorio de llegada de migración de otros territorios del país, para acceder a la capital.

La escuela de estudio manifiesta al menos 9 problemas que inciden en la salud escolar. La investigación revela un total de 11 planteados por los especialistas del municipio. Los cuales pueden resumirse en: iluminación deficiente, carpintería en mal estado, filtraciones, problemas hidro-sanitarios, exposición a la calzada, problemas visuales, de ventilación, con el mobiliario escolar y hacinamiento. A su vez, puede plantearse que no hay una asociación significativa entre las ausencias de los escolares al centro y las principales enfermedades recogidas en las estadísticas del policlínico de la localidad. Y que el tratamiento a la salud escolar adopta ciertas particularidades a partir de aspectos subjetivos como la capacitación, la preparación y el conocimiento de los maestros en torno a la salud escolar. No hay correspondencia entre lo declarado como preocupación en el programa nacional de salud escolar y lo que acontece en el nivel de base.

Son 30 los maestros, de éstos 19 frente al aula. La población de maestros estudiada en este trabajo está integrada por 24 maestros. En relación al universo (30) del total de maestros que trabaja en la escuela, la muestra simboliza un 80%.

Referido a la edad se obtuvo que el 29.2% (7) de los docentes se encuentran entre los 55 y 59 años, siendo éste el grupo de edad predominante con los 58 años como la edad que más se repite, con un valor de 31.6% en lo que respecta a las mujeres, y un 20% (1) en los hombres, lo cual reafirma la tendencia que hay en la cantidad superior

total de 19 mujeres para un 79.2%, respecto a los hombres que son 5 con un valor de 20.8%.

No obstante, la edad promedio de los maestros encuestados es de 49.4 años, con un promedio respectivo de 50.6 años para las mujeres y 44.8 años para los hombres. Estos datos no sólo comprueban que los hombres son más jóvenes que las mujeres sino que también reafirma que hay una tendencia de más mujeres que hombres. Obviamente la barrera número tres sobre el sexismo y la número ocho que es tendencia a sobrevalorar la edad, inciden en las prácticas, enfoques y adquisición de sentidos y significados.

Al ubicar a los maestros en el nivel de la Escuela Primaria (E.P) donde se desempeñan, se puede analizar la relación que se establece entre las variables Nivel de la E.P y Sexo. Y puede advertirse que menos en Nivel de la E.P “Especialistas” con un valor de 4.2% (1) para las mujeres frente a un 20.8% (5) de los hombres, en todos los demás niveles existe un predominio total del sexo femenino, el cual representa respecto al total (24) un 79.2%, frente al masculino que tiene un 20.8%, existiendo una relación de 3.8 mujeres por cada hombre. Por tanto, puede inferirse que hay una feminización de la labor pedagógica del maestro en la Escuela Primaria.

En cuanto al nivel escolar, el 75% se concentra en el Nivel Superior, seguido por el 25% que posee el Nivel Medio Superior. Estos datos reflejan que el grado escolar que predomina es el Universitario con 16 Licenciaturas y 2 Maestrías. En este caso la barrera 11 referida a la distancia jerárquica, es considerada, algunos se sienten capaces de ser los directivos, otros cuestionan a los actuales líderes desde la base

hasta estructuras locales, así como los de mayor jerarquía utilizan posturas de sobre o menos valoración de los subordinados.

En cuanto a los años trabajando en la escuela, los años de trabajo que más se repite es 10 y el promedio de años trabajando en la escuela para los maestros es de 16.5 años. Estos datos demuestran que la muestra de maestros investigados cuenta con una vasta experiencia laboral. Consideramos que en estos elementos inciden las barreras culturales número 10, referida a la Tendencia a lo Inmediato Vs. Mediato, y también la 13 tendencia a la Internalidad Vs. Externalidad. La convivencia con ciertas dificultades y carencias acostumbraron a este personal a esperar y creer muy poco en el cambio, lo cual deviene en una cierta convivencia con la inercia.

Respecto al conocimiento de los maestros sobre el Programa de Salud Escolar (PSE), la mayoría, que representa el 83.3% (20) afirma que sí lo conoce, mientras que el 16.7% (4) plantea que no. A pesar de estos datos, es necesario aclarar que según lo expuesto durante la técnica de grupo de discusión, los maestros saben que existe un Programa de Salud Escolar, pero como tal no lo conocen en profundidad ni lo manejan físicamente.

En estos datos la mayor claridad la aportan el análisis de la Barrera 7, referida a esa relación distorsionada con la ética, donde predomina un respeto rígido por las reglas, que condiciona una espera larga de que indiquen lo que debe acontecer, sin posibilitar rupturas y formalidades. Ello lleva consigo un modelo y estilo de comunicación, tal la descripción de la barrera número 9 que se coloca en la posición de recibir y no crear ni buscar alternativas.

Dentro de sus disímiles respuestas, un 12.5% (3) de los maestros, plantearon que suponían importante la existencia del PSE porque la salud es parte vital de la educación pero que necesitan profundizar y conocer un poco más sobre exactamente cuáles son los beneficios que brinda este programa²¹. Puede apreciarse que prevalece la consideración del que el PSE ofrece conocimientos y herramientas tanto a educadores como a educandos para contribuir a su salud. Aquí verificamos la existencia de las barreras 9 sobre el estilo de comunicación, y también al número 12, que tiene que ver con el control de incertezas. Los cambios y transformaciones sucederán, si ya está programado, solo hay que esperar.

Los ejes temáticos o contenidos del PSE que más se reconocieron fueron la *Higiene personal y colectiva*, con un valor de 87.7%, seguida por la *Educación nutricional e higiene de los alimentos*, con un 79.2%, *Comunicación y convivencia*, con un valor de 66.7%, y por último *Prevención de accidentes*, con apenas un 54.2%.

La tendencia hacia aquellas temáticas menos reconocidas por parte de los encuestados fueron la *Educación sexual*, con un valor de 70.8%, seguida por la Educación antitabáquica, antialcohólica y antidroga, con un 62.5% y por último, la Medicina tradicional y natural, con un 58.3%.

El hecho de que los maestros no reconozcan la Educación sexual dentro de los contenidos del PSE infiere, que estos maestros no dominan en su totalidad dicho programa ya que según lo expresado en sus aspectos: "El Programa precisa los contenidos de Salud Escolar incluida la Educación Sexual como punto de partida para ordenar, articular y fortalecer las acciones de Promoción y de Educación para la Salud

21

en el sistema de trabajo metodológico” (Colectivo de autores. 1999 ob.cit: 4). Si la *Educación Sexual* es el punto de partida de este programa entonces es de esperar que sea el contenido que se trabaje con más fuerza, situación que no se da en la escuela de estudio ya que llama la atención que es precisamente la *Educación sexual* el contenido menos reconocido por parte de los maestros, con un 70.8%, lo cual lleva a conjeturar que no se ha trabajado según lo establecido desde el Ministerio de Educación.

Puede apreciarse que muchos de los elementos de análisis, tienen en su centralidad un fuerte componente comunicativo. La actualidad del debate de educación sexual, coloca fuertes barreras culturales sobre la discusión actual, los maestros no saben cómo ordenar los mensajes, como lidiar con muchas contradicciones en las que el discurso no acompaña prácticas y costumbres. Lo cual es una limitante aun cuando cuente con toda una estrategia de carácter nacional y local.

Los mensajes emitidos por los maestros estarán sesgados por las barreras culturales y de comunicación que prevalezcan en ellos, tanto desde lo individual, como las que respondan a su organización institucional, siendo una fuerte limitante para enviar mensajes que se correspondan con la integralidad e intencionalidad de lo formalmente diseñado. En el lenguaje de la sociología de la educación, estaríamos asistiendo a numerosos análisis desde el currículo oculto. Es ello lo que justifica que acciones no indicadas tengan lugar, y otras previstas, planificadas, sean de desconocimiento explícito.

A su vez, no es correcto, si se quiere lograr una promoción y educación para la salud, que los maestros no reconozcan, como contenido del PSE, la *Educación antitabáquica*,

antialcohólica y antidroga ya que la acción educativa de la escuela debe trabajar con rigor en este sentido para disminuir el número de educandos que en un futuro puedan ser vulnerables a estas enfermedades. El escolar debe tener conciencia de los riesgos y daños que acompañan al consumo de tabaco, drogas y alcohol, para lo cual la escuela constituye un instrumento formativo esencial. En la medida en que el niño se desenvuelva en ambientes donde estos riesgos estén controlados o los conozca, se estará actuando de forma preventiva.

De forma general puede afirmarse que, del total de los encuestados, predominan 10 maestros en la identificación de al menos 4 contenidos. Si se declara que para cumplir con la identificación de los contenidos del PSE, de un total de 7 contenidos deben reconocerse al menos 4, entonces puede inferirse que los maestros encuestados de la E.P "Jesús Hernández Alfonso" sí identifican los contenidos del PSE para un valor del 70.8% (17) con respecto al total de maestros.

No obstante, al contrastar estos resultados con una pregunta de control, sobre cuáles son los temas que consideran importantes a realizar como maestro en la promoción y desarrollo de las actividades docentes y extra-docentes, se obtuvieron algunos resultados controversiales.

La tendencia fue de 95.8% para *aseo* y 79.2% para la *práctica sistemática de ejercicios y deportes* con la categoría de muy importante. Estos datos fortalecieron la inclinación positiva de los maestros en la identificación de la Higiene Personal y Colectiva. Lo cual indica que los maestros reconocen como parte de la salud escolar el mantenimiento de hábitos adecuados como de higiene y la motivación de los alumnos hacia el deporte y la actividad física en general.

Se dio una contradicción entre la *Educación Sexual* como el contenido menos reconocido del PSE y el hecho de otorgar por una parte, de muy importante, al tema de *Salud sexual y reproductiva* con un 62.5%, y por otra, de poco importante, a la *violencia y sus manifestaciones* con un 45.8%. Esto infiere, una vez más, que los maestros desconocen éstos contenidos dentro de la temática salud escolar.

Hubo una tendencia entre clasificar de muy importante a la *Alimentación y nutrición* con 20% y reconocer su contenido, definitivamente los maestros advierten que los niños deben incorporar en sus criterios de decisión los conceptos de una alimentación saludable y la importancia que significa para su salud.

Entre la identificación de la *Educación antitabáquica, antialcohólica y antidroga* y las temáticas de *consecuencias para la salud del hábito de fumar y farmacodependencia*, también hubo una tendencia hacia la contradicción, ya que, al igual que la Educación Sexual, es un contenido que no se reconoce. La primera temática fue catalogada como de muy importante para un 54.2%, y la segunda como de poco y nada importante respectivamente con 29.2%, estas dos últimas cuestiones de considerar poco y nada importante abordar la temática farmacodependencia, deben estar asociadas a que en Cuba gracias a la Revolución se prohíbe el consumo de drogas y sustancias nocivas, y los maestros pueden que hayan descartado la posibilidad de encontrar un niño que en Educación Primaria se tenga que enfrentar a una situación vulnerable o derivada de éstas. No obstante, debe tenerse en cuenta que los educandos pueden provenir de familias disfuncionales donde se manifieste algún caso de peligro o amenaza al uso de estas sustancias ilícitas, y por ello, es necesario que el escolar adquiriera un sentido

crítico frente a la amplia gama de estímulos que recibe del entorno, en su reconocimiento y cuestionamiento.

La *comunicación y convivencia* tuvo una tendencia de un 58.3% como muy importante, lo cual se correspondió con la identificación de su contenido, dando con ello muestra del valor que los maestros le confieren a esta temática como parte importante de la salud, al desarrollar en educandos la manifestación y el cumplimiento de las normas de convivencia social como no molestar a los demás, pedir permiso cuando sea necesario, hablar en voz baja, ayudar a los compañeros, ancianos e impedidos físicos, cooperar en las labores del hogar, así como mantener relaciones estables amistosas y afables con su familia, maestros, con otros niños, niñas y adultos.

Y por último, prevaleció considerar de poco importante a la *Medicina tradicional y natural* con un 33.3%, lo cual indica que debe trabajarse más para que los maestros identifiquen esta temática y su contenido.

A partir de lo expuesto, puede decirse que los maestros sí conocen la salud escolar pero no dominan el Programa de Salud Escolar, lo cual infiere que no se ha trabajado lo suficiente (o no al menos como creen los especialistas de los trabajos consultados) respecto a la Educación y Promoción para la Salud en el ámbito escolar. Por tanto, no se puede lograr un objetivo tan importante dentro del marco de la escuela si los propios actores sociales que deben desplegar y promover dichas actividades y funciones no dominan o se orientan de una forma consciente y sistematizada hacia la apropiación de determinados elementos, fundamentos y contenidos que atraviesan la salud.

A modo de resultados se buscó identificar las ***Contribuciones del maestro a la salud escolar***. Aceptando que el trabajo fue de una búsqueda tendiendo fundamentalmente a lo descriptivo que permitiera identificar la situación existente, es muy aceptable revelar el aporte de las barreras culturales para entender respuestas, testimonios y comprensión de las prácticas que tienen lugar.

La labor con padres y familia, coloco las prácticas heredadas, esto recuerda la obra de Pierre Bourdieu, independientemente de la reproducción social que permea la cultura sobre salud de estas familias, debe tenerse en cuenta, que éstas, a partir de su experiencia, de lo que han vivido y de lo creen que es mejor para ellas y sus respectivos hijos, van a educar a estos últimos en un ciclo que, según lo expresado por los maestros, está a veces en oposición y en contradicción con lo que la propia escuela pretende enseñar y formar. Por tanto, estos maestros no sólo tienen que hacerle frente a las adversidades materiales sino que también tienen que luchar contra todos aquellos malos hábitos que el niño trae del hogar y tratar de cambiar su mentalidad. Ello manifiesta barreras culturales y comunicacionales que frustran la labor de la escuela.

Como parte de esta situación, los maestros opinan que la comunidad está desempeñando un papel negativo que se refleja en muchas actitudes de los niños. Por ejemplo, cuando se les explica la necesidad de lavarse las manos y de mantener la higiene colectiva ellos han respondido que no ven el sentido de dichas actividades ya que igual van a contagiarse de las enfermedades puesto que el Reparto tiene en la mayoría de sus calles tanques de basura rotos y desbordados, así como múltiples fosas reventadas.

Los maestros se sienten frustrados con ello ya que aunque en clases ellos logren hacer comprender a los niños, la necesidad de mantener un ambiente limpio y las repercusiones que implica para la salud, su práctica fuera del centro escolar no está en correspondencia con lo que la escuela está tratando de formar. Por tanto, la propia familia es quien propicia que lo que el niño aprenda en la escuela sólo se queda en el mero plano del conocimiento pero no de la práctica.

Sin embargo, según la observación no participante, los niños dentro del centro escolar mantienen una actitud responsable y positiva ya que es muy extraño ver algún papel tirado en los pasillos, en las diferentes áreas exteriores como las de juego, recreación o de formación. Incluso, -según los maestros- los niños se ponen de acuerdo para limpiar sus respectivas aulas antes de irse a sus casas cuando es la hora de la salida definitiva, y por las tardes, durante los turnos de trabajo socialmente útil, hacen brigadas de limpieza. Por tanto, el reto está en lograr un consenso que permita promover una cultura de salud que tenga continuidad fuera de la escuela y no exclusivamente dentro de ésta.

Otra característica de la comunidad es que en la zona donde se sitúa la escuela entra el suministro de agua un día sí y un día no, lo cual provoca que no haya este recurso natural todo el día ni todos los días en el centro, el cual se abastece de una cisterna cuya agua solo puede ser utilizada para la limpieza al no tener la calidad requerida para beberse. Esto, definitivamente, va a en contra de la salud escolar, tal como se expresó en la parte del informe dedicada a los principales problemas de salud escolar en la escuela de estudio, durante la observación no participante, se constató que los niños no tienen acceso a ningún bebedero ni en el comedor ni en toda la escuela, por

lo que dependen del agua que traigan de sus casas. Respecto a esta información, la Promotora de Salud de la escuela, planteó que el problema con el abastecimiento y la calidad del agua no sólo afecta a los niños al no poder tomarla, sino que además, sólo pueden lavarse los dientes los niños de Pre-escolar y Primer Grado ya que si todos los niños a nivel de escuela hicieran esta práctica, entonces la escuela quedaría sin agua. Una barrera cultural a incorporar para otros análisis sería la barrera ecológica, imprescindible en contextos donde el cambio climático y la complejidad de interactuar con el ambiente son imprescindibles para la sostenibilidad humana.

Esto, obviamente, afecta la salud de los niños y su desarrollo integral, es inconcebible y deprimente limitar a un niño a mantener un pomito de agua durante 8 horas cuando se sabe que tomar este recurso forma parte indispensable del sustento de una vida saludable al intervenir en disímiles procesos fisio-biológicos como la digestión, nutrición, hidratación, entre otras necesidades humanas. Además, de que limita al educando a no ejercer una práctica saludable que debe estar incorporada en su estilo de vida desde los primeros años.

Dentro de los indicadores que los maestros identificaron, durante el grupo de discusión, para propiciar y garantizar la salud escolar, están: cambiar la comunidad en el sentido de su higiene, la calidad de vida del territorio; el apoyo de las organizaciones de masas y políticas; mejorar las condiciones físicas y los recursos materiales de la escuela. No es considerada la cultura, y la comunicación, elemento clave que revela este trabajo, y que estaría atravesando la explicación y ofrecimiento de soluciones que los propios actores deben conseguir para transformar la realidad. Los maestros resaltan que las consecuencias afectan el proceso enseñanza-

aprendizaje, se sienten sensibilizados, tristes y afectados emocionalmente por vivir y experimentar junto a estos niños las necesidades que pasan y sólo poder ayudarlos en la medida de lo posible, hasta donde esté su alcance. Existen grupos que tienen más niños con dificultades y otros donde existen menos, pero en todos, de una forma u otra, los hay.

Los maestros a partir de su experiencia han sabido identificar aquellas zonas dentro del mismo Reparto de donde provienen los niños con más problemas o los más beneficiados. Según lo expuesto, en el reparto existen tres escuelas primarias, y éstas se diferencian entre sí, por los niños que tienen a partir de las diferentes zonas que les corresponde. Y en este caso la referencia a la barrera número 1 sobre el etnocentrismo, voltea la mirada al análisis del origen, en este caso social y de ubicación en la estructura de clases.

Como parte de las actividades que más se realizan en la E.P para contribuir a la Salud Escolar, el 91.7% de los maestros encuestados plantearon que son los círculos de interés, el 79.2% señaló la revisión de cabellos en la prevención de pediculosis, el 62.5% afirmó las charlas y conferencias (apoyadas en noticias, videos, programas, documentales, artículos, etc.) y un 58.3% plantea que realiza la divulgación gráfica (murales, carteles, propagandas, dibujos, etc.)

Hubo una tendencia de más de la mitad de los maestros encuestados que plantearon realizar actividades en la comunidad para contribuir a la Salud Escolar como la recogida de materias primas, las charlas con los padres y las actividades dirigidas a la familia, cada una con un valor de 70.8% para 17 maestros, y la participación en campañas vectoriales con un 58.3% para una representación de 14 docentes.

Mientras que en las instituciones de salud, los maestros de seis opciones tendieron sólo a dos: la visita e intercambio con el policlínico con un valor de 62.5% (15), y la clínica estomatológica con un valor de 54.2% (13).

A modo de resumen, puede afirmarse que los maestros de la Escuela Primaria "Jesús Hernández Alfonso" realizan contribuciones significativas, importantes y positivas a la salud escolar. A pesar de las pocas condiciones físicas y de los obstáculos subjetivos a los que se enfrentan buscan soluciones y alternativas para lograr el bienestar del centro escolar al mismo tiempo que educan y promueven la salud para y por los niños y niñas que serán las nuevas generaciones del mañana. Con seguridad si se extiende esta modesta investigación a otros centros educativos se encontrarán maestros que también con afán y dedicación no se dejan abatir por los problemas de la cotidianidad y ofrecen desde su ingenio muchas variantes para seguir brindando una educación con calidad y sobre todo, con salud. Sin embargo, se desconoce el Programa de Salud Escolar.

Mucho podía conseguirse y muy probablemente, los resultados fueran otros si el análisis partiera de identificar las barreras culturales y comunicacionales que predominan en este escenario de estudio, se queda cómo una respuesta pendiente, y muy válida para la continuidad de estas investigaciones.

METODOLOGÍA UTILIZADA

Sobre los métodos, técnicas y muestras: Se utilizó el método Estudio de Caso único, el cual permitió realizar un acercamiento al fenómeno social lo más profundo posible,

con el fin de analizar, describir, comprender y explicar la realidad la realidad de la salud escolar a partir del dominio y las contribuciones del maestro en el centro escolar. El apoyo en este método permitió elaborar una caracterización de la institución seleccionada, a partir de las relaciones con el territorio y su contexto social. De este modo, el estudio de caso se estableció como el método más adecuado para lograr un acercamiento a la realidad objeto de estudio y lograr los objetivos propuestos en la investigación. Dentro de este método, fue conveniente la combinación de técnicas cualitativas y cuantitativas que facilitaran recopilar información con mayor integridad del fenómeno social objeto de estudio. Se aplicaron las siguientes técnicas: Observación no participante, Entrevista, Cuestionario auto-suministrado y Grupo de discusión. El Tipo de Investigación es Exploratoria-correlacional. Y como Universo y Muestra Poblacional se definen La Escuela Primaria donde se realiza este trabajo lleva por nombre "Jesús Hernández Alfonso". Como parte del universo, trabajando en ella, se tiene un total de 30 maestros. La muestra se escogió de forma intencionada, y está conformada por 24 maestros, que representan el 80% del total de maestros de la escuela. El curso de estudio fue 2014-2015. El territorio de análisis es el municipio Arroyo Naranjo, específicamente el Consejo Popular Reparto Eléctrico, seleccionado de forma intencional por considerar que la escuela de interés está en ese territorio y sus condiciones son básicas para conseguir una primera aproximación de carácter exploratorio sobre la salud escolar en un municipio periférico.

CONSIDERACIONES FINALES

La educación, y en particular la escuela, ocupan un lugar fundamental en el mejoramiento de la calidad de vida de los educandos y de la sociedad en general. En nuestro país, la salud escolar, en el marco de las acciones de la política educacional, se ha concebido bajo la lógica de la Educación y la Promoción para la Salud como evidencia de una fuerte voluntad política por integrar las acciones de la Salud Pública y la Educación con el objetivo de formar generaciones con conductas más responsables ante la salud individual y colectiva. No obstante, la presente investigación nos permite llegar a conclusiones que apuntan hacia una reflexión del actual trabajo de salud escolar y su replanteamiento teórico-práctico.

Puede afirmarse que los maestros de la Escuela Primaria "Jesús Hernández Alfonso" del Reparto Eléctrico, Arroyo Naranjo, sí conocen la salud escolar pero no dominan el Programa de Salud Escolar, lo cual nos permite inferir que no se ha trabajado lo suficiente o no al menos como se ha propuesto el Sistema Nacional de Educación respecto a la Educación y Promoción para la Salud en el ámbito escolar, al mismo tiempo que deduce que dicho programa no está logrando su objetivo principal de orientación y guía para el maestro en su quehacer.

Existen orientaciones de actividades, por parte de Salud Pública, para la prevención de enfermedades, que el maestro debe encargarse de cumplir, y sin embargo, no cuenta con las condiciones ni los materiales para llevarlas a cabo. Los maestros que formaron parte de la muestra de estudio identifican realizar varias acciones que contribuyen al desarrollo de la salud escolar a partir de las orientaciones de Salud Pública explicadas

a nivel social y comunitario, como el mantenimiento de una buena higiene y el cumplimiento de las normas determinadas.

Hay un reflejo de las conductas negativas y los malos hábitos de salud que ocurren en la comunidad. Los niños desarrollan y reproducen en sus prácticas los aprendizajes familiares y sociales. El bajo nivel cultural de la comunidad influencia de manera negativa y contrapuesta a lo que la escuela está tratando de promover. La cultura sobre salud de los diferentes tipos de familia que componen a la escuela está impactando de manera significativa y negativa a aquellos hábitos, conductas y valores que la escuela está tratando de formar en los educandos al predominar la reproducción social de la primera, por ello la escuela tiene que hacer trabajo comunitario.

Como parte de ampliar y mejorar las acciones de promoción de salud en la escuela y la comunidad, la educación para la salud juega un papel fundamental. Por tanto, se impone la necesidad del diálogo entre el personal de los servicios de salud y la población para educar a los miembros de la comunidad y fortalecer una acción conjunta con la escuela a favor del educando ya que es la sociedad en su totalidad, el medio social, el que influencia y determina las actitudes y comportamientos individuales de los cuales forma parte la salud.

La identificación de las barreras culturales y de comunicación es esencial para colocar en contexto cualquier análisis de esta naturaleza, su introducción para estudios posteriores es una necesidad, así como la consideración de las barreras ecológicas referidas a las situaciones ambientales.

Para cada conclusión arribada como resultados de innumerables datos procesados, y analizados con precisión y ajuste a la metodología seleccionada, se hace evidente el impacto de barreras culturales y comunicaciones que entorpecen conseguir otros resultados y alimentar otras alianzas imprescindibles para una labor que tiene alcance comunitario y social.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

BOURDIEU, P. *La sociología de la cultura*. Anotaciones de Néstor García Canclini. (material digital).

CEPAL-UNESCO. 2005. *Financiamiento y gestión de la educación en América Latina y el Caribe*, Santiago de Chile, enero.

CHIBÁS ORTIZ, F. 2015. *Creatividad, comunicación y cultura*. Editorial Pueblo y Educación. La Habana. Cuba.

HOPENHAYN, M. 2005. *Educación, cultura y comunicación: una ecuación que no cierra*", en Martín Hopenhayn, *América Latina desigual y descentrada*, Buenos Aires, Norma.

UNESCO. 2005. *Informe de Políticas de Atención a la Diversidad Cultural*. Inciso a).

VIII POLÍTICA E DESIGUALDADES ESCOLARES NO ACESSO E USO DE ÁGUA POTÁVEL: IMPACTOS NA SAÚDE ESCOLAR E QUALIDADE DE VIDA SOCIOAMBIENTAL.

Apontes sobre o Projeto. Resultados e experiências em escolas de IBIÚNA/SP

Bárbara Yadira Mellado Pérez

INTRODUÇÃO

O estudo se inscreve como desafio complexo, que se sustenta em premissas para um diálogo de saberes entre educação e meio ambiente. A questão é de urgência e extrema importância e atualidade para qualquer região e contexto sócio-histórico. A problemática dos acessos a água potável e seu impacto nas desigualdades sociais indica uma condicionante para inúmeras situações que interagem com desigualdades e pobreza na realidade da maioria dos países em desenvolvimento.

A pesquisa associada ao Projeto de Pós-doutorado desenvolvido no Programa de Pós-Graduação do IEE/USP e financiado pela CAPES, no marco do Programa Ciência sem Fronteiras, intitulado: **Política e Desigualdades Escolares no Acesso e Uso de Água Potável, seus impactos na saúde escolar e qualidade de vida socioambiental**, desenvolve uma aproximação desde lógicas que integram e combinam um olhar do indivíduo como um todo. As análises baseadas em enfoques de interdisciplinaridade, foram enriquecidos com a participação no Grupo de Acompanhamento e Estudos em Governança Ambiental, no IEE/ USP.

A motivação e justificativa dos estudos se apoiam na percepção quanto à necessidade de repensar práticas, de modificar o papel dos professores e das lógicas de interação

social que deverão caracterizar a formação e compreensão dos processos escolares. Associado a isso, a relação com a questão de água, possibilita um diferencial muito específico para fazer análises que pretendem colocar a escola promotora de saúde como espaço para garantir qualidade de vida socioambiental.

Essa lógica, desenvolvida em dois países, de características e especificidades próprias, revela diversos desafios e características que evidenciam a complexidade e universalidade de problemáticas desta natureza. Utilizamos referências e abordagens das áreas da educação e sociologia, que pertencem ao pensamento crítico que marcou as décadas dos anos 1970 até a atualidade, em destaque autores como Paulo Freire, Giroux, Appel e outros mais dedicados aos estudos de complexidade como Capra e Morin, os quais propõem uma educação baseada nas práticas, orientações e conteúdo, que transcendam a conservação do ambiente. Citando a Pedro Roberto Jacobi, cientista social, *expert* em temas e estudos ambientais, e supervisor deste projeto, quando expressa parafraseando a Edgar Morin: “(...) a educação ambiental crítica, e o conhecimento para ser pertinente não deriva de saberes desunidos e compartimentado.” Ideia-chave que vai sustentar as reflexões neste trabalho.

QUESTÕES E DEFINIÇÕES METODOLÓGICAS

No período de pesquisa, não aconteceram modificações ao desenho inicial, à exceção de inclusões a solicitação da comissão de pesquisa do IEE, relacionadas aos ajustes de cronograma de trabalho, impactado pela demora na liberação do financiamento da CAPES. E a inclusão de objetivos mais específicos que delimitaram o aporte da pesquisa para o caso brasileiro.

O estudo está baseado em trabalhos que sintetizam esforços de quase uma década, 7 anos de pesquisa da autora em Cuba (2012-2019) e de 3 anos em vinculação com a USP (2015-2017). Tem como objetivo, além dos propósitos de pesquisa incidir na formação de profissionais no âmbito acadêmico para abrir o caminho e inserir nos programas de graduação e pós-graduação, a linha temática de estudos sobre Ambiente e Mudanças Climáticas na Faculdade de Filosofia, História e Sociologia da Universidade da Havana, envolvendo neste período a orientação de 1 doutorado, 3 mestrados, 3 trabalhos de conclusão de curso, 4 trabalhos de iniciação científica. Resultados que vão possibilitar conseguir aproximações teóricas e metodológicas que facilitem maior conhecimento, vivências, práticas sobre a problemática da água e sua relação com a educação ambiental, no particular das escolas promotoras de saúde.

O marco de implementação do projeto foi entre 2015 e 2017, utilizando o conjunto de dados obtidos em diagnósticos e trabalhos de campo no contexto cubano, procurando observações, e aproximações teórico-metodológicas nas experiências em escolas de diferentes contextos peri-urbanos do Brasil.

A Pesquisa no contexto de Brasil e suas definições:

Problema de Pesquisa: Quais dimensões mediam as interações das políticas de acesso e usos da água potável na saúde escolar e a qualidade de vida socioambiental de estudantes em escolas de municípios peri-urbanos em contextos das cidades de Havana e São Paulo?

Objetivos

Geral: Analisar as dimensões que mediam as interações das políticas de acesso e usos da água potável na saúde escolar e a qualidade de vida socioambiental de meninos e meninas em escolas de municípios peri-urbanos no contexto de Havana e São Paulo.

Específicos:

1. Sistematizar o conhecimento Latino-americano e do Caribe elaborado em torno da relação água-saúde escolar - escola promotora de saúde - qualidade de vida socioambiental.
2. Identificar e caracterizar estudos de caso em Havana e São Paulo em contextos escolares.
3. Revelar dimensões do impacto do uso e acesso à água na saúde escolar e a qualidade de vida socioambiental no caso de escolas em Ibiúna, São Paulo.
4. Identificar regularidades e interações associadas a desigualdades de gênero e território nos contextos de Cuba e Brasil, de relevância teórica e metodológica para facilitar propostas de políticas públicas.

Metodologia:

Optou-se nesta pesquisa por utilizar uma abordagem metodológica quali-quantitativa, sendo que os dados quantitativos focaram nas escolas identificadas como casos de estudo, selecionadas de forma intencional, e adequadas ao escopo de pesquisa definido para Havana e São Paulo, especificados em cada caso.

A pesquisa correspondente ao Projeto de Pós-Doutorado está centrada na sistematização dos dados obtidos em Havana, para conseguir identificar dimensões e regularidades de estudo; e na coleta de dados para análises e identificação de regularidades e dimensões no caso das escolas em Ibiúna, o estudo de caso no Brasil. De forma triangular se intercalam técnicas participativas e de consenso reconhecidas com a metodologia de pesquisa-ação, muito relevantes no momento de identificação de conhecimentos, representações e expectativas dos sujeitos da pesquisa, em sua maioria crianças de ensino fundamental. Uma demonstração da sua importância é o resultado obtido com o Festival de Saúde Escolar, desenhado, organizado e desenvolvido de forma participativa, no qual a autora obteve envolvimento direto, com ótimos resultados.

Linha de tempo e Cronograma:

O projeto permitiu o planejamento de Etapas de trabalho, organizando processos de Revisão e análise de documentos sobre a temática no Brasil, identificar grupos de pesquisa de interesse em universidades e instituições de educação superior como UFBA (Universidade Federal de Bahia), e UFMT (Universidade Federal de Mato Grosso) com experiências em estudos de políticas culturais e diversidade, e escolas quilombolas em cada caso.

Interação com equipes e redes de pesquisa de USP, UFBA, UFABC, UnB, UFMT e escolas de ensino fundamental públicas nos municípios Ibiúna/SP e escola quilombola de Mata Cavalo, no município Livramento de Mato Grosso, são

experiências que superam em muito uma experiência, convertendo-se em forte motivação.

Os períodos de trabalho de campo na pesquisa no Brasil transcorreram entre junho 2015 até dezembro 2017, com liberação dos fundos financeiros para implementação no mês de março de 2017, concentrando o período de aplicação e validação dos instrumentos nesse ano. Importantes antecedentes são resultados de trabalhos de pesquisas iniciados desde 2010.

A experiência do Festival de Saúde Escolar em IBIUNA/SP: Resultados.

Caracterização do Município:

Ibiúna, município paulista da região de Sorocaba, com acesso pela rodovia Raposo Tavares, com vasta área rural onde se localiza a maioria da população. Em seu território encontramos duas unidades de conservação. Uma, a Unidade de Conservação de Proteção Integral, que visa preservar a natureza em áreas com pouca ou nenhuma ação humana - o Parque Estadual Jurupará. Outra, a Unidade de Conservação de Uso Sustentável que associa a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela de seus recursos naturais - a Área de Proteção Ambiental Itupararanga. Possui vasta rede hídrica, que por sua localização geográfica é cabeceira de importante bacia hidrográfica dos rios Sorocaba e Médio Tietê.

O município tem base econômica na agricultura, seguida pelo comércio local, com expressiva população flutuante nos finais de semana e feriados, que se dirigem a chácaras, pousadas e condomínios.

A maioria dos serviços de saúde está no centro da cidade, com alguns postos de saúde funcionando na zona rural.

Os serviços de saneamento relacionados ao abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto são de responsabilidade da Sabesp. Os serviços de coleta e destinação dos resíduos domiciliares e de saúde são realizados por empresa contratada.

As questões de drenagem estão sendo tratadas pela gestão pública, a fim de viabilizar o Plano Municipal de Drenagem.

Até a presente data os serviços de saneamento estão concentrados na sede do município, ficando a zona rural, onde se localiza a maioria da população, sem atendimento adequado, trazendo impactos negativos socioambientais e de saúde pública.

Na área da educação existem escolas municipais de educação infantil e ensino fundamental até o quinto ano e escolas estaduais que atendem do sexto ao nono ano do ensino fundamental e o ensino médio. A maioria das escolas localiza-se na zona rural.

A ação do Projeto: FESTIVAL DE SAÚDE ESCOLAR

Escolas e tempos definidos:

Esperamos relatar a experiência vivida em Ibiúna, entre março e setembro de 2017, na realização do Festival de Saúde Escolar. Duas escolas fizeram parte do estudo e permitiram interagir com 11 salas de aula, e 233 alunos, sendo elas Escola da Vargem do Salto - (2) duas salas de educação infantil e (8) oito salas de ensino fundamental,

do primeiro ao quinto ano, 216 alunos; e a Escola do Lageado - uma sala de aula multiseriada - terceiro e quarto anos, 17 alunos.

A Comunidade Escolar nas quais se aplicaram técnicas e instrumentos metodológicos para os dados da pesquisa foi composta de: 11 professores, 1 diretor, 1 coordenador, 1 escriturário, 2 merendeiras, 4 funcionárias serviços gerais.

ORGANIZAÇÃO E METODOLOGIA

A organização do Festival de Saúde Escolar realizado em 2017, foi apresentado para desenvolver quatro eixos, que iriam permitir observar dimensões e categorias para as análises do projeto. Os eixos foram dedicados às seguintes temáticas: **como vivo; como me alimento, como me cuido, como sou**. Todos integrados e com práticas pedagógicas para cada eixo; obtidos desde sua geração a partir de interesses e possibilidades de transformação da realidade e contexto dos participantes. A possibilidade de apresentar a questão ambiental, de nutrição, de proteção e segurança para a infância e de identidade, permitiu apresentar a ideia de Escola Promotora de Saúde para a qualidade de vida socioambiental.

Atividades desenvolvidas e evidências do desenvolvimento de ações:

Na identificação de práticas e hábitos dos alunos foi aplicado:

- 1) Questionário,
- 2) Elaboração de gráficos com resultados para cada sala, e como atividade de interação escola,

3) As famílias e comunidade dos alunos decidiram fazer um dia de massa enriquecida, para gerar um clima no espaço escolar de compartilhar e trocar práticas saudáveis de alimentação que dependem da água.

Planejamento e momentos para obter participação da comunidade escolar

Figura 1 - Planejamento da atividade



Fonte: Autora

Figura 2 - Definição da receita



Fonte: Autora

Figura 3 - Ficha técnica

FESTIVAL DE SAÚDE ESCOLAR
AÇÃO DA COZINHEIRA - CONTRA A OBESIDADE

MASSA ARTESANAL ENRIQUECIDA COM BETERRABA

Ingredientes	Quantidade	Kcal
Farinha de trigo	1 kg	3600 kcal
Ovo	2 unidades	143 kcal
Beterraba	480 g	221 kcal

Itina/SP, 30/06/2017

Fonte: Autora

Figura 4 - Reunião da equipe da escola



Figura 5 - Amostra para degustação e Preparo da massa



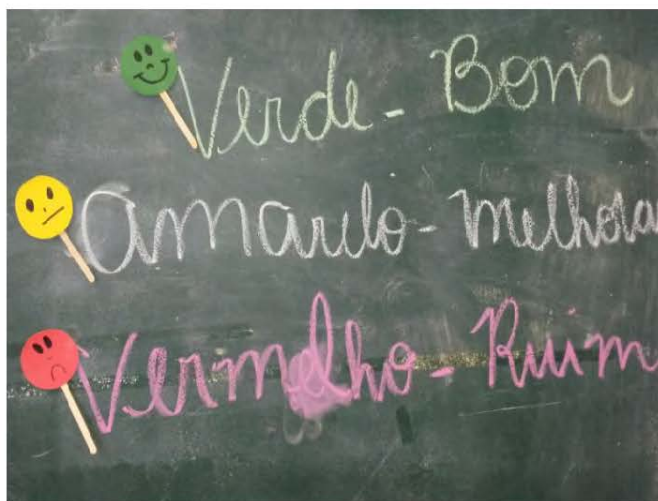
Fonte: Autora

Figura 6 - Dia da degustação



Fonte: Autora

Figura 7 - Avaliação de aceitabilidade



Fonte: Autora

Figura 8 - Mix de momentos da avaliação dos alunos que atuaram diretamente na produção da massa, roda de conversa e confecção de EPIs, higiene corporal, do ambiente e dos utensílios, confecção avental e chapéu de cozinheiro



Fonte: Autora

Figura 9 - Convocação da equipe de apoio com presença de pais, professores e funcionários



Fonte: Autora

Figura 10 - Criação do Caderno de receitas – encadernação e escolha das receitas saudáveis



Fonte: Autora

Recomendações - alimentação saudável, Cardápios da merenda escolar

A importância da Água e sua relação com todo o processo desenvolvido. Provocação de associações com o contexto doméstico e levantamento de aprendizados.

Figura 11 Trabalhos na horta da escola



Fonte: Autora

Ações de Saúde com apoio de profissionais da saúde do território

- A. Realização de Exame parasitológico para cada aluno, implicando: Questionário saneamento para resultados positivos, Gráficos, Rendimento escolar - boletim para casos (+)
- B. Realização de Avaliação Ocular para cada aluno, implicando: Práticas sobre os cinco sentidos, Trilha sensitiva, Acessibilidade, Deficiência visual e alfabeto Braille, Recomendações para "Olhos Saudáveis", Rendimento escolar - boletim para casos com alteração.
- C. Realização na mesma área escolar de Consulta Médica para cada aluno que incluiu: Conversas e orientações, Exames e encaminhamentos, Tratamento dos casos de parasitológicos positivos, Conversas sobre câncer infantil

Figura 12 - Avaliação Ocular para crianças



Fonte: Autora

Figura 13 – Consultas médicas para crianças



Fonte: Autora

Avaliação, experiências e participação da comunidade na ação

A realização de atividades e oficinas envolveu em todas as etapas professores e famílias para explicar sobre a necessidade de novas práticas pedagógicas que considerem a questão da pesquisa-ação como aspecto relevante, oferecendo uma experiência prática de promover saúde ligada ao contexto e realidade socioambiental da comunidade.

Da equipe e objetivos da Ação “Festival de Saúde Escolar”

A equipe foi integrada pela Doutora da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo - FEUSP e do Laboratório de Pesquisa e Práticas em Educação e Sustentabilidade - LAPPES/USP, além de contar com apoio da ONG Ação da Cidadania - Comitê Ibiúna/SP, e uma grande colaboração da comunidade escolar participante, obtendo objetivos que seguem:

- a. Abordar os fundamentos teóricos e metodológicos da educação para sustentabilidade, de forma a permitir a compreensão da natureza complexa do meio ambiente resultante das interações dos seus aspectos biológicos, físicos, sociais e culturais;
- b. Sensibilizar a comunidade local para o seu papel corresponsável nas ações de Saúde Escolar, em harmonia com o patrimônio cultural e ambiental local;
- c. Apresentar e aplicar práticas pedagógicas participativas e de aprendizado coletivo, buscando promover um espaço de troca de informações e experiências e de construção de conhecimentos;
- d. Realizar atividades de diagnóstico participativo sobre a realidade local, estimulando o exercício da cidadania, de forma individual e/ou coletiva, no que diz respeito ao meio ambiente, políticas públicas, saúde, conservação de recursos naturais e culturais, entre outras problemáticas socioambientais.

Figura 13 – Consultas médicas para crianças



Fonte: Autora

Cada objetivo foi relacionado com eixos do Festival através das etapas e atividades desenvolvidas com auxílio de atividades participativas.

Da avaliação das atividades

Foram propostas as seguintes questões:

1. O Festival de Saúde foi logrado por vários atores da comunidade escolar. O que comenta sobre essa experiência?
2. Os temas tratados contribuíram para entender Saúde Escolar e promoção de saúde?
3. Como promover saúde contribui na construção de uma sociedade sustentável?
4. Sugestões e críticas para futuras ações.

Alguns dos depoimentos:

- *"Foi uma experiência maravilhosa, queria que minha mãe aprendesse a fazer comida saudável"*
- *"Teve uma troca de experiências, todos aprenderam algo que ficou como experiência para ser usada no nosso dia-a-dia."*
- *"Foi uma experiência nova, o clima na escola ficou mais interessante. Foi boa essa união da comunidade escolar, eu sempre na cozinha faço tudo e não participo de nada"*

- *“Quando temos novo conhecimento, passamos a ver o mundo a nossa volta com outro olhar.”*
- *“Têm crianças aqui que é primeira vez que faz um exame parasitológico e de visão”*
- *“O festival é uma ideia fantástica”*
- *“Dialogar com a Universidade na Comunidade Escolar, é muito bom, poderia ser um Festival anual.”*

CONSIDERAÇÕES FINAIS RELEVANTES SOBRE O FESTIVAL

O processo de participação e criação das ações em colaboração com a comunidade escolar permitiu validar elementos para a análise das dimensões que mediam as interações das políticas de acesso e uso da água potável na saúde escolar e a qualidade da vida socioambiental de meninos e meninas. Destacam-se as seguintes questões:

- A necessidade de insistir na formação de professores agregando a dimensão socioambiental, permitindo que eles estejam cientes de suas ações e possam se preparar para ações futuras.
- A boa recepção da apresentação de conceitos sobre Saúde Escolar, Promoção de saúde, meio ambiente, as relações entre meio físico, biótico e antrópico e para refletir de forma crítica.
- A efetividade de desenvolver atividades pedagógicas práticas, associadas a discutir e atuar em relação a situação existente na comunidade da escola, atendendo a questões como: água para consumo, destino do esgoto,

resíduos sólidos e problemas com drenagem dos bairros envolvidos, serviram para ilustrar a teoria sobre saneamento local e suas questões legais.

- Importância da universalização do acesso aos serviços e controle social como princípios fundamentais dos serviços públicos de saneamento.
- A possibilidade de despertar uma reflexão crítica da realidade local e a necessidade de transformar e intervir sobre ela na busca por melhores condições de vida.
- A necessidade de assumir outras maneiras de relacionamento entre profissionais, acadêmicos e comunidade, principalmente por se tratar de um público específico.
- Realizar mais atividades na comunidade e de aproximarmos do seu contexto sociocultural e ambiental, para enriquecer as práticas pedagógicas.

CONCLUSÕES

A pesquisa consegue analisar as dimensões que mediam as interações das políticas de acesso e usos da água potável na saúde escolar e a qualidade de vida socioambiental de meninos e meninas em escolas de municípios peri urbanos, nos contextos de Havana e São Paulo. No caso de São Paulo, a experiência na cidade de Ibiúna foi muito satisfatória. Em um cenário com notáveis desigualdades sociais, percebe-se que a escola pode desempenhar um papel fundamental na formação de valores, hábitos e costumes que conduzam a melhor qualidade de vida em harmonia com o ambiente.

No período de pós-doutorado, se conseguiu construir uma base de dados bibliográficos e identificar diversos resultados de pesquisa da Região Metropolitana de São Paulo, sendo parte de equipe de pesquisa e colaboradora de estudos em andamento da FSP, e o grupo de pesquisa de Acompanhamento e Estudos em Governança Socioambiental, fortalecendo os conhecimentos sobre a **relação água-saúde escolar-escola promotora de saúde-qualidade de vida socioambiental**.

Construímos uma base de dados e resultados das aplicações de instrumentos metodológicos nas cidades de Havana e São Paulo, que possibilitará análises de contextos escolares para a questão de promoção de saúde e acesso à água de caráter comparado e desde perspectivas de análises de políticas públicas, considerando aportes para gestão, governança e participação de atores escolares e comunidades.

As dimensões que emergem das análises, e que se referem à questão do impacto do acesso à água, que podem ser consideradas dentro da concepção de Escola Promotora de Saúde com a **Educativa-Cultural-Ambiental-Politica**, possibilita contextualizar e identificar regularidades e interações associadas às desigualdades de gênero e território, além do país, a região dos sujeitos de pesquisa. Esta consideração adquire relevância teórica e metodológica para estudos comparados, contextuais e de propostas para políticas públicas.

As dinâmicas participativas utilizadas facilitaram apresentar abordagens críticas sobre sustentabilidade, participação e aprendizagem social, considerando a relação aprendizagem social-responsabilidade social, sustentada no diálogo, no reconhecimento das interdependências dos atores sociais, na interação entre os atores, na transparência e confiança, na auto-reflexão crítica e na percepção

compartilhada dos problemas e soluções. Foi muito enriquecedor o contato com a equipe de professores, onde identificamos a importância que eles concedem às oportunidades de novos aprendizados, lembrando o pensamento de Paulo Freire, de seu livro *Educação e Mudança* - “a primeira condição para que um ser possa assumir um ato comprometido está em ser capaz de agir e refletir”.

Prevalecem a criatividade e contribuição para fazer acontecer e construir coletivamente, passíveis de serem implantados nas unidades escolares e baseados na educação para a sustentabilidade. O balanço é muito positivo e se logram objetivos planejados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELLEN, H. M. 2005. *Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa*. Rio de Janeiro: Editora FGV.

BRASIL. Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis n 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036 de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei n 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 11 jan. 2007.

CARVALHO, I. C. de M. 2004. *Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico*. São Paulo: Cortez, 2004a.

CAMARGO, M. E. 2011. World Café: Método de Diálogo e Criação Coletiva Como Ferramenta de Educação Ambiental. In: JACOBI, P.R. (coord.). *Aprendizagem Social: Diálogos e Ferramentas Participativas: Aprender Juntos para Cuidar da Água*. São Paulo: IEE/PROCAM.

FREIRE, P. 1979. *Educação como prática da liberdade*. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

FREIRE, P. 2003. *Educação e Mudança*. Editora Paz e Terra S/A. São Paulo.

HORTA, M. L. P.; GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A. Q. 1999. *Guia básico de educação patrimonial*. Brasília: IPHAN: Museu Imperial.

JACOBI, P.R.; FRANCO, M.I.G.C. 2011. Sustentabilidade, Participação e Aprendizagem Social. In: Jacobi PR (coord.). *Aprendizagem Social: Diálogos e Ferramentas Participativas: Aprender Juntos para Cuidar da Água*. São Paulo: IEE/PROCAM.

MINISTERIO DAS CIDADES. 2009. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. Caderno Metodológico para Ações de Educação Ambiental e Mobilização Social em Saneamento. Brasília.

SANTOS, V.M.N. 2006. Formação de professores para o estudo do ambiente: projetos escolares e a realidade socioambiental local. *Tese de Doutorado*. Instituto de Geociências, Unicamp, Campinas.

SANTOS, V.M.N. 2011. *Educar no ambiente: construção do olhar geocientífico e cidadania*. São Paulo: Anablume, Coleção Cidadania e Meio Ambiente.

SILVEIRA, F.L.A.; BEZERRA, M. 2007. *Educação Patrimonial: perspectivas e dilemas*. Antropologia e Patrimônio Cultural. Diálogos e Desafios Contemporâneos. ABA, Goiânia.

SULAIMAN, S.N.; TRISTÃO, V.T.V. *Estudo do Meio: uma contribuição metodológica à Educação Ambiental*.

UNESCO. 2005. *Década das Nações Unidas da educação para o desenvolvimento sustentável (2005-2014)*. Brasília: Unesco.

IX EDUCAÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE - DIALÓGOS COM A COMUNIDADE ESCOLAR EM IBIÚNA/SP - BRASIL²²

Maria Aparecida Pimentel Toloza Ribas

Pedro Roberto Jacobi

RESUMO

Relatamos a experiência vivida em Ibiúna/SP - Brasil, parte da pesquisa de doutorado da autora, na realização do Curso de Difusão/FEUSP, sob o título "Diálogos da Universidade com a Comunidade Escolar sobre Educação para a Sustentabilidade", de trinta horas, e que de forma inédita possibilitou a participação de diretores, secretários, professores, auxiliares, serviços e merendeiras, totalizando 21 participantes.

Definidos oito encontros para abordagem teórica, troca de experiências, trabalho de campo, priorizando ferramentas participativas. Educação para Sustentabilidade; Cultura e Patrimônio Local e Regional; Saúde Pública e Saneamento; Participação e Aprendizagem Social foram temas tratados.

O Curso alcançou seus objetivos, pois abordou fundamentos teóricos e metodológicos da educação para sustentabilidade; colaborou na formação de agentes multiplicadores para o processo de sensibilização da comunidade local; apresentou práticas pedagógicas participativas e de aprendizado coletivo; realizou atividade de

²² Artigo apresentado em PEDAGOGIA2017- Habana/Cuba em **SIMPÓSIO 3/** Desafios da formação de profissionais da Educação para um desenvolvimento humano sustentável.

diagnóstico participativo sobre a realidade local; estimulou a identificação e valorização do patrimônio local e construiu ações educativas coletivas.

A experiência vivenciada foi avaliada positivamente, especialmente pelos temas tratados e pelas práticas dialógicas. Indicou êxito pelo diálogo estabelecido entre universidade e comunidade escolar e pelas propostas de intervenção desenhadas coletivamente durante o curso.

INTRODUÇÃO

Para chegar às práticas dialógicas começamos esta narrativa apresentando parte do cenário - Ibiúna/SP - Brasil.

Ibiúna, município paulista da região de Sorocaba, com acesso pela rodovia Raposo Tavares, com vasta área rural onde se localiza a maioria da população. Em seu território encontramos duas unidades de conservação. Uma, a Unidade de Conservação de Proteção Integral, que visa preservar a natureza em áreas com pouca ou nenhuma ação humana - o Parque Estadual Jurupará. Outra, a Unidade de Conservação de Uso Sustentável que associa a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela de seus recursos naturais - a Área de Proteção Ambiental Itupararanga. Possui vasta rede hídrica que por sua localização geográfica é cabeceira de importante bacia hidrográfica dos rios Sorocaba e Médio Tietê.

O município tem base econômica na agricultura, seguida pelo comércio local, com expressiva população flutuante nos finais de semana e feriados, para chácaras, pousadas e condomínios.

A maioria dos serviços de saúde está no centro da cidade, com alguns postos de saúde funcionando na zona rural.

Os serviços de saneamento relacionados ao abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto são de responsabilidade da Sabesp (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo). Os serviços de coleta e destinação dos resíduos domiciliares e de saúde são realizados por empresa contratada.

As questões de drenagem estão sendo tratadas pela gestão pública, a fim de viabilizar o Plano Municipal de Drenagem.

Os serviços de saneamento estão concentrados na sede do município, ficando a zona rural, onde localiza a maioria da população, sem atendimento adequado trazendo impactos negativos socioambientais e de saúde pública.

Na área da educação existem escolas municipais de educação infantil e ensino fundamental até o quinto ano. Escolas estaduais que atendem do sexto ao nono ano do ensino fundamental e o ensino médio. A maioria das escolas localiza-se na zona rural.

Esperamos relatar a experiência vivida em Ibiúna, na realização do Curso de Difusão sob o título "Diálogos da Universidade com a Comunidade Escolar sobre Educação para a Sustentabilidade", que totalizou trinta horas, divididas em oito encontros e que de forma inédita possibilitou a participação de diretores, secretários, professores, auxiliares, serviços e merendeiras.

O título remete não só a proposta do diálogo entre a comunidade escolar e destes com a universidade, mas também a oportunidade da universidade realizar atividades na comunidade levando o conhecimento além de seus muros.

Foi organizada uma equipe de trabalho com pesquisadores da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo - FEUSP e do Laboratório de Pesquisa e Práticas em Educação e Sustentabilidade - LAPPES/USP, além de contar com apoio da ONG Ação da Cidadania - Comitê Ibiúna/SP, sediada no município.

DESENVOLVIMENTO

Coletivamente elaboramos o Curso direcionado à comunidade escolar municipal de Ibiúna, que teve os seguintes objetivos:

- a. abordar os **fundamentos teóricos e metodológicos da educação para sustentabilidade**, de forma a permitir a compreensão da natureza complexa do meio ambiente resultante das interações dos seus aspectos biológicos, físicos, sociais e culturais;
- b. colaborar na **formação de agentes multiplicadores** para o processo de sensibilização da comunidade local para o seu papel co-responsável nas ações de proteção do patrimônio cultural e ambiental local;
- c. apresentar e aplicar **práticas pedagógicas participativas e de aprendizado coletivo**, buscando promover um espaço de troca de informações e experiências e de construção de conhecimentos; e

- d. realizar atividades de **diagnóstico participativo sobre a realidade local**, estimulando o exercício da cidadania, de forma individual e/ou coletiva, no que diz respeito ao meio ambiente, políticas públicas, saúde, conservação de recursos naturais e culturais, entre outras problemáticas socioambientais.

Para atender aos objetivos propostos definimos oito encontros para abordagem teórica, troca de experiências, trabalho de campo, priorizando ferramentas participativas:

- 1 - Educação para Sustentabilidade;
- 2 - Cultura e Patrimônio Local e Regional;
- 3 - Saúde Pública e Saneamento;
- 4 - Sustentabilidade, Participação e Aprendizagem Social;
- 5 - Workshop - O que construímos e o que relacionamos com nossas práticas;
- 6 - Educação para Sustentabilidade e Estudo do Meio;
- 7 - Estudo do Meio - Caderno de Campo e
- 8 - Propostas Futuras e Avaliação.

Foi aberta inscrição por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, após reuniões com os organizadores, que possibilitou a formação de um grupo de 21 profissionais inscritos voluntariamente. Conseguimos um grupo composto por diretor, secretário, vice-diretor, professoras, auxiliares, serviços e merendeiras.

Contamos também com apoio de dois monitores, alunos da graduação de Geociências USP e Engenharia Ambiental da UNISO - Universidade de Sorocaba.

Relatamos que não houve desistência. Todos que iniciaram, motivados e muito interessados, concluíram o Curso.

Definimos que em todos os encontros os profissionais inscritos seriam estimulados a se envolver diretamente nas atividades, e foi o que aconteceu. Foram apresentadas e utilizadas diferentes técnicas pedagógicas, as quais valorizavam especialmente a dimensão participativa e dialógica. Tivemos a participação de todos com interesse e motivação em realizá-las.

A seguir relato e descrição dos encontros do Curso:

“Gostaria que os conhecimentos que vamos adquirir no curso pudessem nortear mais o trabalho do professor em sala de aula e no dia a dia”,

“Caminhar todo mundo junto”.

Essas e muitas outras foram expectativas relatadas no primeiro encontro, quando perguntados sobre os motivos da participação de cada um.

Iniciamos com “Educação para a sustentabilidade”, que abordou a realidade ambiental do século XXI com: a escassez e má distribuição de água; ameaças à biodiversidade; desmatamentos; padrões de produção e consumo insustentáveis; uso insustentável dos recursos naturais; produção excessiva de lixo; mudanças climáticas; acesso desigual aos recursos naturais e pobreza.

Refletimos sobre a sociedade globalizada em que vivemos suas complexidades e incertezas. Há necessidade de olhar a realidade do entorno, ou seja, o que existe na cidade em que vivemos.

Entendemos que as práticas dialógicas promovem a crítica, a compreensão complexa e a politização da problemática ambiental agregada à participação dos sujeitos, enfatizando a cooperação entre os atores com resgate e desenvolvimento de valores e comportamentos.

Chegamos ao desenvolvimento sustentável que deve conciliar proteção ambiental com justiça social e eficiência econômica, com novos conceitos e estratégias, para os desafios do século XXI em educar para a cidadania e também para aqueles provocados pelos diferentes processos de degradação das condições ambientais.

Neste encontro ficou a reflexão de como educar para a sustentabilidade e como a aprendizagem social pode promover outra maneira de ver o mundo.

Aprendizagem social implica principalmente em pactos para atuar e para obter resultados, baseada no diálogo e na participação.

Em continuidade foram abordados os conceitos e relações entre sustentabilidade, saúde, educação ambiental, a importância do processo educativo, a participação comunitária, finalizando com mais uma questão sobre qual o papel do educador frente aos desafios da educação ambiental.

Como proposta metodológica construímos um Painel Interativo com as questões: O que é educação? O que é sustentabilidade? O que é participação? O que é patrimônio local? O que é saúde?

O segundo encontro Cultura e Patrimônio Local e Regional iniciou com narração de histórias, memórias e experiências dos participantes a partir dos objetos que cada um trouxe.

Foi atribuído um nome para cada objeto e razões da escolha. Momento que possibilitou resgate de histórias familiares, de lembranças da infância, de reflexões sobre o município de Ibiúna e de hábitos e costumes hoje esquecidos.

Na sequência foram tratados conceitos de patrimônio, patrimônio arqueológico, arqueologia e a educação patrimonial, que desencadeou a atividade prática sobre Mapa Patrimonial, com os questionamentos: Como a educação patrimonial se relaciona com a sustentabilidade cultural? Quais seriam os bens patrimoniais de Ibiúna?

Finalizamos com comentários gerais e foi solicitado que trouxessem fotografias do município para próximo encontro.

Abordar o tema Patrimônio Cultural e Local em um curso de Educação para Sustentabilidade foi relevante, possibilitou a compreensão integrada do meio ambiente e dos problemas socioambientais, em sua complexidade e em suas múltiplas dimensões - naturais, sociais, culturais, éticas, econômicas entre outras.

Iniciamos o terceiro encontro com os cartazes elaborados sobre os bens patrimoniais de Ibiúna para tratar a temática integrada: meio ambiente, saúde e saneamento.

Foram apresentados conceitos sobre meio ambiente, as relações entre meio físico, biótico e antrópico e para refletir sobre a temática do encontro foram utilizados resultados parciais da pesquisa de doutorado, realizada na bacia hidrográfica do ribeirão da Vargem do Salto compreendendo cinco bairros rurais de Ibiúna.

Os resultados sobre: água para consumo, destino do esgoto, resíduos sólidos, e problemas com drenagem destes bairros, serviram para ilustrar a teoria sobre saneamento local e suas questões legais. Também foi abordada a universalização do acesso aos serviços e controle social como princípios fundamentais dos serviços públicos de saneamento.

Possibilitou reflexão crítica da realidade local e a necessidade de transformar e intervir sobre ela na busca por melhores condições de vida. O passo seguinte foi a elaboração de Painel Fotográfico com material que o grupo disponibilizou.

As fotos foram agrupadas por semelhança de temas em cinco painéis, com os seguintes questionamentos: por que acontece isso?, e possíveis soluções?. Os painéis foram analisados e discutidos pelos grupos, e os resultados compartilhados e debatidos com a participação de todos.

Para a preparação do encontro seguinte foi solicitado que refletissem e respondessem: como a educação pode fortalecer o diálogo entre comunidade escolar, sociedade e poder público local? Como tenho contribuído nesse processo? O que podemos fazer em nossas escolas em prol de ações mais sustentáveis?

Foi solicitado ainda aos participantes que escolhessem uma problemática tratada no Painel Fotográfico para ser o tema da dinâmica do próximo encontro.

No encontro para tratar sustentabilidade, participação e aprendizagem social, iniciamos com a reflexão sobre aprendizagem social, ou seja, baseada no diálogo, no reconhecimento das interdependências dos atores sociais, na interação entre os atores, na transparência e confiança, na auto-reflexão crítica e na percepção compartilhada dos problemas e soluções.

A temática tratada foi subsidiada pela dinâmica "role playing", para discutir as questões sugeridas no encontro anterior, a partir da problemática dos resíduos sólidos. Os participantes foram então divididos em grupos para que representassem possíveis atores envolvidos na questão: prefeitura, universidade, escolas, moradores, catadores de recicláveis e empresa de coleta de lixo.

A dinâmica possibilitou esse envolvimento pelos papéis assumidos e durante a atividade foi possível entender e vivenciar os diferentes conflitos entre as partes, e verificar que diálogo e pactos são possíveis e podem trazer resultados e ações concretas.

Finalizamos o encontro com a lembrança individual de consumo diário, de quantas e quais coisas foram descartadas, além de comentar sobre o pensamento de Paulo Freire, de seu livro Educação e Mudança - "a primeira condição para que um ser possa assumir um ato comprometido está em ser capaz de agir e refletir".

O quinto encontro foi definido como um *workshop*, utilizando imagens para desencadear os questionamentos: o que construímos até agora? O que relacionamos com nossas práticas? Como fazemos isso?

Possibilitou a retomada dos conteúdos e experiências vividas nos encontros anteriores, permitiu o levantamento das atividades realizadas e o reconhecimento de possibilidades de incorporação dessas novas idéias nas práticas cotidianas, além da construção coletiva de uma proposta educativa para cada área de atuação.

Recebemos a contribuição de cinco novos projetos ("Natureza e Matemática", "Brincadeiras com Sucata", "Incentivar a Comunidade a uma Alimentação Saudável", "Reaproveitamento dos Resíduos produzidos dentro do Ambiente Escolar" e

“Conscientização para a Sustentabilidade”), construídos coletivamente, passíveis de serem implantados nas unidades escolares e baseados na educação para a sustentabilidade.

Desencadeamos proposta para o sexto encontro, sobre olhar socioambiental em preparação para Estudo do Meio, realizado no bairro Recanto das Orquídeas/Ibiúna/SP.

Olhar socioambiental, olhar diagnóstico sobre o ambiente e a ocupação humana, entrevistas, fotografias, desenhos e mapas compuseram esta metodologia.

Iniciamos o sexto encontro abordando a metodologia do Estudo do Meio, dividimos os participantes em quatro grupos, definindo área de estudo para cada um deles com mapas da região, para atividade de campo. Foi solicitada a construção do Caderno de Campo a ser entregue aos organizadores com apresentação dos resultados no último encontro.

No sétimo encontro foi dada continuidade das atividades de campo.

No oitavo e último encontro previsto tivemos apresentação dos grupos sobre Estudo do Meio, avaliação do Curso e propostas futuras de continuidade de formação.

Para avaliação foram propostas as seguintes questões:

1. O grupo de participantes do Curso foi formado por vários atores da comunidade escolar. O que comenta sobre essa experiência?
2. Os temas tratados contribuíram para sua prática profissional?
3. Como você vê sua ação para a construção de uma sociedade sustentável?
4. Sugestões e críticas para futuros diálogos.

Apresentamos alguns dos depoimentos:

“Foi uma experiência maravilhosa, pois quando vamos fazer algo diferente no nosso cotidiano é muito difícil, mas quando nos reunimos para tratar de assuntos para o bem de todos, foi muito gratificante. Teve uma troca de experiências, onde todos aprenderam algo que ficou como experiência para ser usada no nosso dia-a-dia.”

“Foi uma experiência nova e interessante essa união da comunidade escolar, pois eu como merendeira nunca havia participado de cursos, sempre se lembram dos professores, não dos funcionários que compõem a comunidade escolar.”

“Sim, tudo adquirimos de conhecimento de uma forma ou de outra acabamos por utilizar em nossas práticas diárias. A partir do momento que temos novo conhecimento, passamos a ver o mundo a nossa volta com outro olhar.”

Finalizamos o diálogo com a comunidade escolar, levando os participantes para conhecer a Faculdade de Educação da USP.

O Curso buscou embasamento teórico nas referências apresentadas no final desta narrativa, sendo sempre citadas conforme assunto tratado.

RESULTADOS

Entendemos que a realização do Curso foi uma proposta de construção de novas alternativas de extensão-ensino, o que certamente gerou a necessidade de assumir outras maneiras de relacionamento entre profissionais, acadêmicos e comunidade, principalmente por se tratar de um público específico.

Foi uma oportunidade de realizarmos atividades na comunidade e de aproximarmos do seu contexto sociocultural e ambiental, proporcionando em consequência o contato acadêmico com a realidade.

O grupo de participantes constituído pela comunidade escolar que compreendeu diretores, vice-diretores, coordenadores, professores, secretários escolares, inspetores, merendeiras e serviços gerais, todos profissionais da educação de escolas rurais do município de Ibiúna/SP, foi um fato inédito, pois nunca tinham vivenciado este tipo de trabalho coletivo.

Outro aspecto a comentar foi a possibilidade de estender o conhecimento gerado na Universidade a uma população específica que não frequenta o meio acadêmico.

Diálogos da Universidade com a Comunidade Escolar. Foi ótima experiência. Importante replicar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELLEN, H. M. 2005. *Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa*. Rio de Janeiro: Editora FGV.

BRASIL. Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis n 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036 de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei n 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 11 jan. 2007.

CARVALHO, I. C. de M. 2004. *Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico*. São Paulo: Cortez, 2004a.

CICHOSKI, C., Brandimarte, A.L. Monitoramento Participativo dos Riachos. 2011. In: JACOBI, P.R. (coord.). *Aprendizagem Social: Diálogos e Ferramentas Participativas: Aprender Juntos para Cuidar da Água*. São Paulo: IEE/PROCAM.

CAMARGO, M.E. 2011. World Café: Método de Diálogo e Criação Coletiva Como Ferramenta de Educação Ambiental. In: JACOBI, P.R. (coord.). *Aprendizagem Social: Diálogos e Ferramentas Participativas: Aprender Juntos para Cuidar da Água*. São Paulo: IEE/PROCAM.

FREIRE, P. 1979. *Educação como prática da liberdade*. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

FREIRE, P. 2003. *Educação e Mudança*. Editora Paz e Terra S/A. São Paulo.

HARMONICOP. 2003. *Public participation and the European Water Framework directive*. Rolle of Information and Communication Tools. Work Page 3 report of the HarmoniCOP project. P. Maurel, Ed. K.U.Leuven - Centre for Organizational and Personal Psychology.

HORTA, M.L.P.; GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A.O. 1999. *Guia básico de educação patrimonial*. Brasília : IPHAN : Museu Imperial.

JACOBI P.R.; Franco, M.I.G.C. Sustentabilidade, Participação e Aprendizagem Social. 2011. In: JACOBI, P.R. (coord.). *Aprendizagem Social: Diálogos e Ferramentas Participativas: Aprender Juntos para Cuidar da Água*. São Paulo: IEE/PROCAM.

MINISTERIO DAS CIDADES. 2009. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. Caderno Metodológico para Ações de Educação Ambiental e Mobilização Social em Saneamento. Brasília.

SANTOS, V.M.N. 2006. Formação de professores para o estudo do ambiente: projetos escolares e a realidade socioambiental local. *Tese de Doutorado*. Instituto de Geociências, Unicamp, Campinas.

UNESCO. 2005. Década das Nações Unidas da educação para o desenvolvimento sustentável (2005-2014). Brasília: Unesco.

X INTEGRAÇÃO: EDUCAÇÃO, SAÚDE E SANEAMENTO - REGIÃO DA VARGEM DO SALTO - IBIÚNA/SP - BRASIL.²³

Maria Aparecida Pimentel Toloza Ribas

Pedro Roberto Jacobi

RESUMO

Escola adotando os princípios da Promoção de Saúde pode articular ações de naturezas diversas, envolvendo educação, saúde e saneamento. Os objetivos foram: tratar o saneamento como uma abordagem socioambiental para promover não só a saúde do homem e a conservação do meio físico, biótico e suas relações e propor atividades que estimulem a mudança de comportamento e hábitos nos escolares. A metodologia foi participativa, com atividades desenvolvidas em cinco escolas rurais da bacia do ribeirão da Vargem do Salto, em Ibiúna/SP, Brasil. Realizadas reuniões com a comunidade; atividades com professores e alunos; distribuídos materiais educativos; aplicados questionários; realizada avaliação parasitológica dos alunos por meio de exame parasitológico de fezes. Todos os participantes tiveram consentimento livre e esclarecido do pai ou responsável legal. Resultados mais expressivos foram a elaboração do projeto pedagógico com a comunidade escolar e a realização de exames parasitológicos de fezes dos alunos que passaram em consulta com médica pediatra. Pode-se concluir que a interdisciplinaridade está implícita na elaboração e

²³ Artigo apresentado em PEDAGOGIA2017- Habana/Cuba em **SIMPÓSIO 5** - Educação e promoção da saúde nas Instituições Educativas

execução do processo pedagógico com práticas educativas integradas proporcionando o conhecimento de situações e problemas que afetam o bem-estar das pessoas e o ambiente em que vivem. Este trabalho é parte da pesquisa de doutorado da autora.

INTRODUÇÃO

A Promoção da Saúde como estratégia eficaz para melhorar a saúde e a qualidade de vida é o resultado de mudanças na teoria e na prática da saúde pública onde se reconhecem os fatores sociais, ambientais e os estilos de vida como fatores determinantes das condições de saúde.

Promoção da Saúde pode ser entendida como um progresso nas estratégias da saúde coletiva, na medida em que sua abordagem desloca o foco do indivíduo para os atores coletivos como a cidade, a escola, o trabalho, o meio ambiente. Estratégia para enfrentar os múltiplos problemas que afetam o bem-estar das populações humanas e o ambiente em que elas vivem, com a idéia de responsabilização múltipla pelos problemas de saúde, assim como pela proposição de soluções.

Nessa concepção abrangente, inúmeros são os cenários para a implementação de ações que favorecem a melhoria dos níveis de vida e de saúde das populações. Os cenários da promoção da saúde passam a incluir todos os espaços-ambientes onde transcorre a vida cotidiana: a escola, os locais de trabalho e lazer, as cidades em seu conjunto.

A escola, enquanto espaço de convivência e formação de crianças e adolescentes, é considerada um dos cenários privilegiados da promoção da saúde. A escola que

valoriza a criança e o adolescente como sujeitos, garantindo-lhes, ao mesmo tempo, igualdade de direitos e oportunidades, e reconhecimento da sua diversidade, abre espaços para a participação e o exercício da cidadania.

As questões sanitárias do município de Ibiúna/SP - Brasil, apresentam inúmeras dificuldades, principalmente pela sua vasta extensão territorial, sendo a maioria rural, onde se instala grande parte da população da cidade. Na maioria dos bairros rurais o abastecimento de água ocorre pela captação de poço caipira. Para o esgotamento sanitário a população faz uso de fossas sépticas, negras e por vezes sem nenhum destino, sendo disposto a céu aberto e diretamente em corpos d'água.

Para a coleta de lixo doméstico são utilizadas caçambas dispostas em pontos fixos, e em alguns bairros rurais há rota de coleta com caminhão compactador. A cidade já teve programa de coleta seletiva, implantado no centro da cidade e em algumas rotas rurais. Atualmente está em fase de reestruturação para retomada dessa atividade.

A escola adotando os princípios da Promoção da Saúde com visão integral e integrada para estimular o desenvolvimento de condutas e atitudes na comunidade escolar, com participação organizada da comunidade, pode articular ações de naturezas diversas envolvendo educação, saúde, saneamento e criar ambientes favoráveis à vida e fortalecer ação comunitária.

A investigação foi motivada pela possibilidade da escola Promotora da Saúde contribuir com melhores condições de saneamento em bairros rurais, atendendo os objetivos de tratar o saneamento com uma abordagem sócio ambiental para promover não só a saúde do homem, mas também a conservação do meio físico e biótico e suas relações, além de propor atividades que estimulem a mudança de

comportamento e hábitos na busca de melhores condições de saneamento e saúde dos escolares.

DESENVOLVIMENTO

No município de Ibiúna/SP, com vasta zona rural e grande malha hídrica, foram escolhidos cinco bairros rurais, para desenvolvimento do Projeto, a saber: bairro da Vargem, do Salto, do Saltinho, do Samano e do Lageado; pertencentes à bacia do ribeirão da Vargem do Salto.

Nesses bairros encontram-se escolas municipais rurais, com educação infantil e ensino fundamental até o quinto ano. Totalizam 18 salas de aula, 349 alunos de quatro a doze anos de idade.

Foram elaborados e distribuídos materiais educativos por ocasião da primeira reunião com professores e direção das escolas, composto por apostila e um kit de seis painéis, com os seguintes temas: contextualização do Projeto; saneamento; condições ambientais; doenças de veiculação hídrica; usos da água na residência com croqui de fossa séptica e mobilização social.

O projeto Escola Promotora da Saúde foi apresentado para a comunidade escolar em reuniões de horário de trabalho pedagógico coletivo (HTPC), com a finalidade de elaborar coletivamente a proposta pedagógica a ser implantada nas unidades escolares.

Paralelamente foram realizadas reuniões com os pais, apresentando a proposta do Projeto. Aqueles que concordaram com a participação de seus filhos, assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Com os alunos, a fim de estimular a mudança de comportamento e hábitos na busca de melhores condições de saneamento de suas residências e de sua saúde, além de conhecer o ciclo da água na residência, foram realizadas encenações com a temática “Lá em Casa”, para alunos do segundo ao quinto anos.

Para os alunos de primeiro ano e educação infantil foram construídos coletivamente painéis com o mesmo tema “Lá em Casa”.

Foi elaborado e aplicado questionário sobre as condições da residência, saneamento, hábitos alimentares. Para os alunos de educação infantil e primeiros anos, foi solicitado que os pais ou responsáveis preenchessem, já para os alunos de segundo ao quinto anos, os próprios alunos preencheram, o questionário com apoio do professor.

Foi realizada avaliação parasitológica dos alunos por meio de exame parasitológico de fezes.

RESULTADOS

Os resultados parciais, porém, significativos para serem publicados, pois foram constatados na pesquisa de doutorado da autora deste trabalho. Os materiais educativos: seis painéis temáticos distribuídos para cada uma das escolas e as

apostilas para todos os professores contribuíram para fundamentação dos conceitos, motivação e incentivo para o desenvolvimento das atividades pedagógicas.

Foi elaborado projeto pedagógico com a comunidade escolar, sendo incluído no PPP - Projeto Político Pedagógico do Núcleo das Escolas Rurais em estudo.

Algumas atividades desenvolvidas com os alunos foram: estudo do meio, atividades em sala de aula, produção de material direcionado à comunidade do entorno escolar e planejamento da exposição final em cada unidade escolar.

Nas cinco unidades escolares foram realizadas reuniões com professores, com alunos e com pais. Todas as reuniões foram participativas, principalmente com os alunos quando interagiram, fazendo parte da encenação (Figura1), e na montagem de painel (Figura 2)

Figura 1 - Encenação com alunos do ensino fundamental "Lá em Casa".



Fonte: Autora

Figura 2 - Montagem de painel "Lá em Casa" com alunos de educação infantil



Fonte: Autora

As atividades de estudo do meio com alunos das escolas possibilitaram o reconhecimento e conhecimento do entorno da escola, bem como o processo de implantação de fossas sépticas (Figura 3).

Figura 3 - Visita dos alunos às residências onde foram instaladas fossas sépticas



Fonte: Autora

Dentre os 349 alunos das cinco escolas, foram realizados 187 exames parasitológicos de fezes. Os alunos participantes foram convidados a passar em consulta com médica pediatra em cada unidade escolar, em dias e horários previamente divulgados.

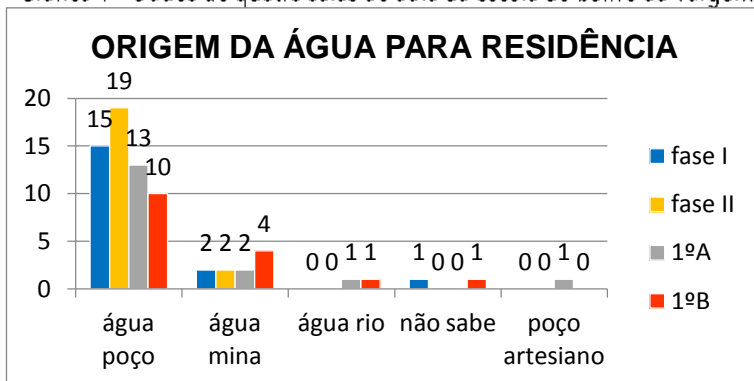
Totalizaram 228 consultas médicas, com inúmeros encaminhamentos médicos a outras especialidades, além de solicitação de novos exames laboratoriais. As consultas, dependendo do caso, contaram com observações e registros realizados pelos professores pessoalmente durante a consulta.

Todos os casos positivos foram tratados gratuitamente, além de orientações para novos comportamentos e hábitos que possam evitar as parasitoses.

Com os resultados dos questionários preenchidos pelos alunos foram organizados gráficos temáticos servindo de recursos pedagógicos, além de propor atividades que estimulem a mudança de comportamento e hábitos na busca de melhores condições de saneamento e saúde dos escolares, com dados concretos da realidade.

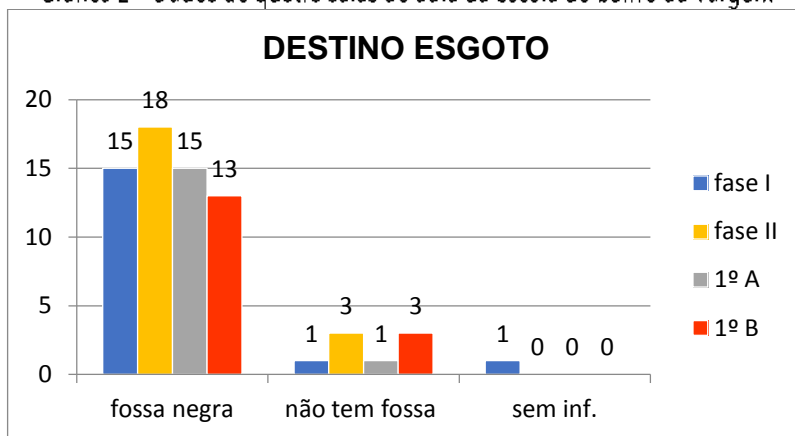
A seguir alguns dos gráficos elaborados para subsídio pedagógico, Figuras 5 e 6.

Gráfico 1 - Dados de quatro salas de aula da escola do bairro da Vargem



Fonte: Autores

Gráfico 2 - Dados de quatro salas de aula da escola do bairro da Vargem



Fonte: Autores

CONCLUSÕES

A pesquisa revelou a importância da parceria celebrada com a Secretaria Municipal da Educação, do apoio e recomendação favorável por parte do Conselho Municipal de Educação e a imprescindível parceria do Prefeito Municipal em possibilitar a investigação, independente do resultado.

Motivada pela proposta da escola Promotora da Saúde em contribuir com melhores condições de saneamento em bairros rurais, promoveu atividades e estimulou mudanças de comportamentos e hábitos na busca de melhores condições de saneamento e saúde dos escolares.

Este estudo apresentou uma integração das comunidades local e escolar.

A participação do professor foi importante, pois proporcionou a integração do conhecimento às situações e problemas que afetam o bem-estar dos alunos e o ambiente em que vivem.

A interdisciplinaridade ficou implícita na elaboração e execução do processo pedagógico.

Fato inédito e enriquecedor foi a realização de consultas médicas interativas - educação, saúde e condições de saneamento, abordadas coletivamente, com as crianças, pais e/ou responsáveis, professor, pesquisador e médica.

Fica a sugestão de fortalecer a proposta pedagógica bem como a definição de política pública integrando: saúde, saneamento, meio ambiente e educação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis n 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036 de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei n 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 5 jan.2007.

FREIRE, P. 1987. *Pedagogia do Oprimido*. Editora Paz e Terra, 17ª Ed., Rio de Janeiro.

JACOBI, P.R. 1997. *Educação para a Cidadania: participação e co-responsabilidade*. In: Debates Socioambientais, n 7, 1997.

JACOBI, P.R. 2006. *Cidade e Meio Ambiente - percepções e práticas em São Paulo*. São Paulo. Ed. Annablume. 2ª ed., 2006.

ORGANIZACIÓN PANAMERICANA DE LA SALUD - OPS. 1996. *Promoción de la salud mediante las escuelas - iniciativa mundial de la salud escolar*. In: Primera reunión y asamblea constitutiva - Red Latino Americana de Escuelas Promotoras de Salud. Memoria. San Jose (Costa Rica): OPS; 1996; p.22.

PEDROSO, G.C. *s/d. A participação comunitária na Escola Promotora de Saúde*. In: HARADA, J. et al. *Cadernos de Escolas Promotoras de Saúde - I Sociedade Brasileira de Pediatria - Departamento Científico de Saúde Escolar, s/d.*

PELICIONI, M.C.F.; TORRES, A.L. 1999. *A Escola Promotora de Saúde*. Série Monografia, nº 12 - eixo Promoção de Saúde. Universidade de São Paulo, Faculdade de Saúde Pública, Departamento de Prática de Saúde Pública, São Paulo.

PELICIONI, M.C.F. 2000. *Educação em saúde e educação ambiental estratégias de construção da Escola Promotora de Saúde. Tese Livre docente*. Universidade de São Paulo, Faculdade de Saúde Pública, Departamento de Prática de Saúde Pública, São Paulo, 2000.

TRISTÃO, M.; JACOBI, P.R. 2010. *Educação Ambiental e os movimentos de um campo de Pesquisa*. Annablume Editora: São Paulo.

Esta publicação reflete o trabalho de pesquisa de Bárbara Yadira Mellado durante seu pós-doutorado no Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo sob a supervisão do Prof. Dr. Pedro Roberto Jacobi.

Ao longo deste período foi desenvolvida uma parceria exitosa com resultados importantes no plano da pesquisa, dos trabalhos desenvolvidos em conjunto e com outros parceiros e diálogos com múltiplos atores sociais sobre um tema que muito nos desafia- A Saúde Escolar, Aprendizagem Social e Responsabilidade Pública-Transversalidades e Diálogos.

Neste livro, a ênfase em práticas que estimulam a interdisciplinaridade e a transversalidade revela o potencial que existe para sair do lugar comum e o trabalho com temáticas que estimulam mudanças no comportamento, responsabilidade social e ética ambiental estimula outro olhar. Trata-se da importância de se compreender a complexidade envolvida nos processos e o desafio de ter uma atitude mais reflexiva e atuante, por conseguinte, tornando os envolvidos mais responsáveis, cuidadosos e engajados em processos colaborativos com o meio ambiente.

Pedro Roberto Jacobi

Sociólogo, Mestre em Planejamento Urbano, Doutor em Sociologia Professor Titular Sênior do Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental/Instituto de Energia e Ambiente (IEE).



ISBN 978-65-88109-01-4 -e-book
DOI 10.11606/9786588109014